

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

UISEU

Instituto de Gestão e das Organizações da Saúde

Mestrado em Gestão – Especialização em Gestão de Negócios

*IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19 NO TURISMO PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA E DA EXPOSIÇÃO DO SETOR A CHOQUES ADVERSOS*

Rodrigo Junqueira dos Santos

Prof. Dr. Luís Bernardes

Viseu, dezembro de 2021



CATÓLICA

INSTITUTO DE GESTÃO E DAS ORGANIZAÇÕES DA SAÚDE

UISEU

*IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19 NO TURISMO PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA E DA EXPOSIÇÃO DO SETOR A CHOQUES ADVERSOS*

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Viseu,
para obtenção do grau de Mestre em Gestão, Especialização em Gestão de Negócios*

Rodrigo Junqueira dos Santos

Prof. Dr. Luís Bernardes

Viseu, dezembro de 2021

“A peste é de fato muito comum, mas achamos difícil acreditar numa peste quando essa nos atinge. Houve tantas pragas quanto guerras na história; ainda assim, pragas e guerras sempre levam as pessoas igualmente por surpresa.”

Albert Camus, 1947

Agradecimentos

Alcançar um grau de mestre é sempre um desafio. Tive a oportunidade de estudar na Universidade Católica Portuguesa – Viseu durante outubro de 2019 a dezembro de 2021: uma universidade com uma maravilhosa estrutura, ótimo acervo acadêmico e excelentes professores. Fui moldado por ótimos mentores, o que me possibilitou apresentar essa dissertação. A todo o corpo docente, funcionários e colegas da Universidade Católica Portuguesa, meu muito obrigado pelos ensinamentos e pela partilha de experiências.

Dedico esse trabalho a minha família:

Primeiramente a meus pais Nilton e Cristiane, que trabalharam muito para me proporcionar essa oportunidade, sem nunca negar qualquer tipo de apoio, fosse financeiro ou emocional. Por serem sempre meus pilares em qualquer decisão de minha vida, meu muito obrigado.

À minha irmã, Amanda, meus tios Marcos Roberto e Simone, meus primos Rafael e Felipe, minha avó, Linda, e também a meu amado avô Samuel (*in memoriam*), que em momentos de dificuldade também estavam sempre presentes com o típico alto-astral e felicidade da família, que me motivou a continuar até nos momentos mais complicados que vivi. Meu muito obrigado a todos vocês.

Por fim, gostaria de deixar meu mais profundo agradecimento a meu orientador: Prof. Dr. Luís Bernardes. Durante nosso tempo trabalhando juntos nessa tese, sua conduta foi extremamente amigável e paciente, sem nunca perder o rigor, a qualidade e a clareza no que estava a ser escrito. Com certeza, sem sua ajuda este trabalho não estaria sendo apresentado. Muito obrigado.

Resumo

O ano de 2020 marcou o início de um período atípico para a humanidade. Uma doença extremamente infecciosa e agressiva atingiu o mundo inteiro, causando um caos extremo que levou muitos dos países a fecharem suas fronteiras. Foi impossível para qualquer país se preparar para o que estava por vir. A COVID-19 atacou sem anunciar sua chegada e causou um efeito devastador nos mais variados setores da economia. Este trabalho foca no setor do turismo, um dos setores mais afetados pela COVID-19, uma vez que essa forçou restrições à mobilidade, numa escala sem precedentes. Embora essa dissertação privilegie o caso específico de Portugal, um país que depende muito do turismo para o crescimento económico e um maior equilíbrio da sua balança de pagamentos, o trabalho analisa também o que se passou noutros países e em crises anteriores, de forma a dar um contexto adequado aos nossos resultados.

Esse trabalho é organizado da seguinte maneira. Primeiro, serão apresentadas informações sobre a COVID-19 e sobre o turismo português. Feito este enquadramento, a dissertação analisa o impacto da COVID-19 no turismo português durante 2020, formula comparações com outros países europeus e não-europeus, analisa o efeito global da COVID-19 face a outros choques vivenciados no passado (sanitários e outros) e, por fim, apresenta um teste prático, que avalia a atividade turística em três regiões de relevância para o estudo: Alentejo, Lisboa e Algarve. As conclusões sobre o impacto negativo global da COVID-19 no turismo são inequívocas, mas está ainda por conhecer a dimensão total desse impacto e a influência que terá sobre o futuro do setor turístico, tão vulnerável a crises sanitárias e, ao mesmo tempo, tão crucial na sua propagação.

Palavras-chave: COVID-19; turismo; Portugal; pandemia; mobilidade; crise

Abstract

The year of 2020 marked the beginning of an atypical period for humanity. An extremely infectious and aggressive disease has hit the entire world, causing extreme chaos that has forced many of the countries to close their borders. It was impossible for any country to prepare for what was to come. COVID-19 attacked without announcing its arrival and had a devastating effect on the most varied sectors of the economy. This paper focuses on the tourism sector, one of the sectors most affected by COVID-19, as it has forced restrictions on mobility on an unprecedented scale. Although this dissertation favors the specific case of Portugal, a country that depends heavily on tourism for economic growth and the improvement of its current account, the work also analyzes what happened in other countries and in previous crises, in order to provide an adequate context for our results.

This work is organized as follows. First, information will be presented on COVID-19 and on Portuguese tourism. With this framework in place, the dissertation analyzes the impact of COVID-19 on Portuguese tourism during 2020, makes comparisons with other European and non-European countries, analyzes the global effect of COVID-19 against other shocks experienced in the past (sanitary and others) and, finally, it presents a practical test, which assesses the tourist activity in three regions of relevance to the study: Alentejo, Lisbon and Algarve. The conclusions about COVID-19's overall negative impact on tourism are unequivocal, but the full scale of this impact and the influence it will have on the future of the tourism sector, so vulnerable to health crises and, at the same time, so crucial in its propagation, remains to be seen.

Keywords: COVID-19; tourism; Portugal; pandemic; mobility; crisis

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice de Gráficos, Imagens e Tabelas.....	viii
Lista de Siglas	xi
Introdução.....	1
I. Revisão da Literatura	4
II. A Importância do Turismo para Portugal e notas sobre a COVID-19.....	16
II.1. Importância do Turismo para Portugal	16
II.1.1. Breve caracterização regional do Turismo em Portugal	22
II.2. Introdução à COVID-19	35
II.3. Procedimento de vacinação Europeu.....	38
II.4. Medidas tomadas ao ano de 2020 pelo governo português	41
II.5. A vulnerabilidade do setor turístico a choques externos. O caso específico do “fator medo” e outros.....	46
III. Dados da Atividade Turística em Portugal durante 2020.....	50
IV. Uma análise comparativa de Portugal com outros países	57
IV.1. Comparação com outros países europeus: dados e algumas lições.....	57
IV.2. Comparação de Portugal com outros países de referência. Análise por incidência média de COVID-19 e políticas.....	67
V. O efeito relativo da COVID-19 face a outras crises com impacto na atividade turística	72
V.1. Introdução.....	72
V.2. As crises sanitárias	75
V.3. Crises políticas, sociais, humanitárias e económicas.....	83
VI. Análise estatística sobre o desempenho turístico relativo de regiões NUTS II.....	88
Conclusão	95
VII. Referências Bibliográficas e Webgráficas	98
VIII. Anexo - Inquérito ao Turismo de Não-Residentes	106

Índice de Gráficos, Imagens e Tabelas

Gráfico 1: Projeção da McKinsey das receitas anuais de turismo até 2030 (mil milhões de dólares americanos, 10 maiores países por receitas turísticas)	11
Gráfico 2: Evolução das exportações de turismo em percentagem do PIB português	19
Gráfico 3: Evolução da faturação nas exportações do turismo (em milhões de euros).....	19
Gráfico 4: Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos turísticos de Portugal (residentes e não residentes).....	20
Gráfico 5: Evolução dos Proveitos Totais do Turismo em Portugal (milhares de euros)	21
Gráfico 6: Mediana das respostas sobre o interesse relativo de cada região – Inquérito ao Turismo de Não-Residentes (escala de 1 - Interesse Mínimo a 5 – Interesse Máximo).....	24
Gráfico 7: Relação entre o crescimento das dormidas no Norte e o crescimento das vendas de Vinho do Porto	26
Gráfico 8: Dormidas de não-residentes no ano de 2019 nas regiões NUTS II.....	33
Gráfico 9: Dormidas de residentes no ano de 2019 nas regiões NUTS II.....	33
Gráfico 10: Proporção de infecção da COVID-19 pelas regiões do mundo, em 2020.....	35
Gráfico 11: Chegada de turistas internacionais aos aeroportos dos Estados Unidos da América (1990-2020).....	48
Gráfico 12: Taxa de crescimento do PIB de 2019 para 2020 (em termos reais).....	55
Gráfico 13: Número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares” (quebra homóloga março-dezembro, 2019-2020, em percentagem).....	58
Gráfico 14: Número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares” (quebra homóloga junho-setembro, 2019-2020, em percentagem).....	60
Gráfico 15: Número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares” (variação homóloga mensal, 2019-2020, em percentagem).....	62
Gráfico 16: Evolução dos casos de COVID-19 por 100.000 habitantes, em alguns países de turismo de verão europeu (média móvel de 7 dias, calculada no dia 15 de cada mês)	63
Gráfico 17: Número de novos casos reportados de COVID-19, média móvel de 7 dias (dados absolutos)	65
Gráfico 18: Percentagem de destinos que encerraram fronteiras em 2020, por regiões.....	69
Gráfico 19: Variação Anual do número de Chegadas de Turistas estrangeiros em 2003, 2009 e 2020, a nível global.....	70
Gráfico 20: Impacto de outras crises no turismo internacional.....	73
Gráfico 21: Queda na chegada de turistas durante o auge do Ébola na África Ocidental.....	77
Gráfico 22: Número de chegadas de turistas não-residentes a Moçambique em um período de 10 anos	78
Gráfico 23: Receitas anuais do Turismo Internacional no México (mil milhões USD).....	80
Gráfico 24: Evolução do turismo da Tunísia em um período de 10 anos: 2009-2018.....	84
Gráfico 25: Número de dormidas em Portugal, 2011-2019 (por origem).....	86

Gráfico 26: Chegadas de turistas internacionais ao Brasil e Argentina durante a crise cambial (1998-2002).....	87
Tabela 1: Importância relativo de cada região NUTS II para o turismo de Portugal.....	22
Tabela 2: Dormidas de residentes e não-residentes para Portugal e por NUTS II (percentagem em função da origem).....	22
Tabela 3: Dormidas de turistas não-residentes no Norte de Portugal em 2019.....	25
Tabela 4: Dormidas de turistas não-residentes no Centro de Portugal em 2019.....	28
Tabela 5: Dormidas de turistas não-residentes no Alentejo em 2019.....	29
Tabela 6: Dormidas de turistas não-residentes na A.M Lisboa em 2019.....	30
Tabela 7: Dormidas de turistas não-residentes no Algarve em 2019.....	30
Tabela 8: Dormidas de turistas não-residentes no Região Autónoma da Madeira em 2019.....	31
Tabela 9: Dormidas de turistas não-residentes na Região Autónoma dos Açores em 2019.....	32
Tabela 10: Número de Hóspedes por Região NUTS II e variação 2019-2020.....	34
Tabela 11: Principais indicadores do turismo português de 2017 a 2020.....	50
Tabela 12: Principais indicadores do turismo português de 2016 a 2020 (Hóspedes e Dormidas de Residentes e Não-Residentes).....	51
Tabela 13: Principais hóspedes por país de residência e variação 2019-2020.....	51
Tabela 14: Número de Dormidas em Portugal por Região NUTS II e variação 2019-2020.....	52
Tabela 15: Taxa líquida de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros por regiões NUTS II e variação 2019-2020, em pontos percentuais (p.p.).....	52
Tabela 16: Evolução dos Proveitos Totais de 2015-2020 por NUTS II e variação 2019-2020.....	53
Tabela 17: RevPAR de 2013-2020 por regiões NUTS II e variação 2019-2020.....	54
Tabela 18: Variação percentual no número de dormidas de não-residentes em países europeus, em “hotéis e acomodações similares”: verão de 2020 (dados mensais e totais).....	61
Tabela 19: Quebra na chegada de turistas estrangeiros entre 2019 e 2020 e nos meses de verão (período homólogo, 2019 – 2020), por regiões e países.....	68
Tabela 20: Número de casos de COVID-19 por milhão de habitantes durante 2020 (dados mensais, por país).....	70
Tabela 21: Impacto do Ébola no epicentro da epidemia e em locais isolados (2014-2016).....	76
Tabela 22: Chegadas de turistas estrangeiros em Moçambique.....	79
Tabela 23: Impacto do H1N1 nas chegadas a pontos turísticos do México.....	81
Tabela 24: Taxa de variação anual das exportações turísticas por região.....	85
Tabela 25: Dormidas de turistas (pré-pandemia e 2020) e taxa de incidência da COVID-19, em Portugal e regiões NUTS II selecionadas.....	88
Tabela 26: Resultados sumariados dos testes práticos 1 (Alentejo).....	90
Tabela 27: Resultados sumariados dos testes práticos 1 (Lisboa).....	90
Tabela 28: Resultados sumariados dos testes práticos 1 (Algarve).....	90
Tabela 29: Resultados sumariados dos testes práticos 2 (Alentejo).....	92

Tabela 30: Resultados sumariados dos testes práticos 2 (Lisboa).....	92
Tabela 31: Resultados sumariados dos testes práticos 2 (Algarve).....	92
Imagem 1: Balança de pagamentos de Portugal: 2016 a 2020.....	56

Lista de Siglas

BCE – Banco Central Europeu

CDC – *Centers for Disease Control and Prevention* (Centro de Prevenção e Controle de Doenças)

CTTE – Consumo de Turismo no Território Económico

DNR – Dormidas de Não-Residentes

DR – Dormidas de Residentes

EPI – Equipamento de Proteção Individual

EUA – Estados Unidos da América

EUR - Euro

FMI – Fundo Monetário Internacional

GBTA – *Global Business Travel Association*

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

INSA – Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge

IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo

IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

NUTS II – 2º nível de nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos

OMS - Organização Mundial da Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

RevPAR – *Revenue Per Available Room* (Receita por quarto disponível)

SPP – Sociedade Propaganda em Portugal

UE – União Européia

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas)

UNWTO – *World Tourism Organization* (Organização Mundial do Turismo)

VABGT – Valor Acrescentado Bruto Gerado pelo Turismo

WTA – *World Travel Awards*

WTTC – *World Travel and Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

Introdução

A crise causada pela pandemia associada à COVID-19, com início em 2019 na China, assolou o mundo inteiro, sendo que o continente europeu foi uma das regiões mais atingidas, com aproximadamente 27.000.000 de casos confirmados até ao final de 2020, de acordo com o painel de monitorização da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para além dos seus devastadores efeitos sanitários e sociais, a pandemia teve também um enorme impacto económico em virtude da sua dimensão global e de afetar simultaneamente (mas por motivos muitas vezes distintos) a procura e a oferta, bem como a confiança e os padrões de comportamento dos agentes económicos. A complexidade desta crise reduziu significativamente a eficácia das políticas económicas tradicionais e colocou desafios excecionais aos agentes económicos, dado que a vasta maioria da atividade económica, formal ou informal, foi afetada. Em síntese pode-se dizer que a pandemia causada pela COVID-19 forçou um *trade-off* entre a proteção da saúde pública (incluindo o confinamento da população e o encerramento ou limitação de diversas atividades e práticas) e a defesa da economia.

Esta dissertação procura dar um contributo para a avaliação e compreensão do impacto que a COVID-19 teve na economia portuguesa, com particular incidência no setor do turismo, quer pelo facto de este ser um dos setores globalmente mais afetados pela crise quer pela relevância deste setor para a economia portuguesa.

O objetivo principal desta dissertação é proporcionar uma análise sobre a dimensão e a natureza do impacto da COVID-19 na indústria turística portuguesa. Contudo, este estudo explora também outros temas relacionados, como o comportamento da procura turística face a choques externos, as políticas de saúde pública tomadas em Portugal e noutros países e a sua influência no desempenho do turismo em 2020, a dimensão relativa do impacto da pandemia no turismo em Portugal em comparação com outros países, o efeito relativo no turismo da crise pandémica provocada pela COVID-19 relativamente a outros choques (sanitários, mas não exclusivamente) e a exposição genérica do setor turístico a choques externos, com vista também a pensar o futuro do setor neste contexto.

A dissertação está organizada da seguinte forma. O capítulo II efetua uma breve revisão do que já foi publicado até o momento, com particular destaque para a literatura que analisa os efeitos da pandemia causada pela COVID-19 sobre o crescimento económico e a atividade turística, mas também para a literatura que estuda algumas das outras principais temáticas

abordadas no nosso estudo, como seja a sensibilidade da procura turística a eventos que afetam a mobilidade das pessoas e a sua disponibilidade para viajar, como por exemplo crises sanitárias, terroristas e financeiras. O capítulo III introduz alguns dos principais conceitos que enquadram a dissertação. O capítulo começa com um breve retrato da atividade turística em Portugal, sua importância para a economia portuguesa e apresentação prévia de alguns dados sobre o impacto da COVID-19 na atividade turística em 2020, no sentido de justificar a pertinência deste estudo. Ainda no capítulo III é apresentada uma descrição sintética da pandemia associada à COVID-19, incluindo a vertente técnica ligada ao vírus e a forma como a pandemia e as políticas de resposta à mesma evoluíram ao longo de 2020, em particular aquelas que de forma mais óbvia traduzem o impacto da crise sanitária sobre a economia. Finalmente, o capítulo III fornece exemplos da vulnerabilidade do setor turístico a choques externos, que servirão de referência a algumas das conclusões deste trabalho.

No capítulo IV utilizamos vários indicadores normalmente associados ao desempenho do setor turístico para quantificar e analisar o impacto da COVID-19 na atividade turística em Portugal em 2020, quer em termos totais quer por regiões NUTS II (segundo nível de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. Os indicadores principais são o número de turistas (estrangeiros e residentes), o número de dormidas; a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros e similares; o RevPAR (“receita por quarto disponível”), que é uma medida de desempenho calculada a partir da multiplicação da tarifa média diária de um estabelecimento de estadia por sua taxa de ocupação; e as receitas ou proveitos de hotelaria.

No capítulo V alargamos esta análise a vários países europeus e a alguns outros países de referência, como os EUA, China e Brasil, de forma a fazer uma avaliação relativa do impacto que a COVID-19 teve na atividade turística em Portugal e, se possível, encontrar explicações mais específicas para o desempenho do setor do turismo em Portugal neste período, seja de natureza sanitária, política ou comportamental.

No capítulo VI avaliamos a dimensão relativa desta crise sanitária, comparando o impacto da mesma na atividade turística de vários países (em particular nos países mais afetados) com o impacto de fenómenos semelhantes no passado, incluindo pandemias e crises sanitárias, mas também outros eventos inibidores do turismo, seja de natureza económica seja de natureza humanitária, social, política ou militar. Isto permitirá, por exemplo, comparar o efeito relativo

no turismo da COVID-19 face a crises sanitárias anteriores e a outros fenómenos, como as crises económicas e financeiras (ciclo económico), sociais e políticas. Para além disso, permitirá abordar a influência que questões menos tangíveis como o “medo” podem ter na atividade turística, no curto e no médio prazo, e a forma como essa influência pode ser gerida. No capítulo III, explicaremos melhor este “efeito-medo”, tomando como principal referência prática os atentados de 2001 nos Estados Unidos da América.

No capítulo VII faremos um simples teste prático baseado nas ideias desenvolvidas anteriormente, mas olhando estritamente para o caso de Portugal. Em particular, procuraremos avaliar o impacto que a taxa de incidência relativa da COVID-19 por NUTS II, as restrições à mobilidade e o referido “efeito-medo” tiveram na distribuição regional da atividade turística em Portugal durante 2020.

O capítulo final sintetiza as principais conclusões bem como as limitações deste estudo e alguns dos desafios e incógnitas que ainda persistem na altura em que se conclui a redação desta dissertação, tendo em conta que a crise pandémica provocada pela COVID-19 ainda perdura e terá com certeza efeito duradouro nas práticas e comportamentos dos agentes económicos.

No Anexo apresentamos ainda os resultados do inquérito que formulamos a uma amostra de indivíduos não-residentes, selecionados aleatoriamente, independentemente dos seus hábitos de viagem e do conhecimento que tinham sobre Portugal como destino turístico. Este inquérito teve dois grandes objetivos: (1) conhecer genericamente os hábitos de viagem destes potenciais turistas estrangeiros e de que forma é que esses hábitos foram influenciados pela COVID-19 em 2020; e (2) perceber o grau de conhecimento e interesse que esses potenciais turistas estrangeiros tinham sobre Portugal como destino turístico. Este anexo será referenciado, de forma simples, como “Inquérito ao Turismo de Não-Residentes”.

I. Revisão da Literatura

A gravidade e a dimensão global dos efeitos sanitários e económicos do vírus SARS-CoV-2 e da pandemia causada pela COVID-19 justificam que, desde cedo, surgisse muita discussão, estudo e análise sobre esta matéria ao redor do mundo inteiro, pelo que existe já uma literatura significativa sobre este fenómeno, quer no âmbito da saúde quer da economia, incluindo neste caso o turismo.

Apesar de aparentar ser uma doença “nova” devido à forma como é referenciada, Andersen et al. (2020) nota que o SARS-CoV-2 é já a sétima estirpe registada de coronavírus humanos.

No que refere à saúde, o SARS-CoV-2 distinguiu-se dos casos anteriores por não atacar exclusivamente o sistema respiratório, como o SARS-CoV-1, observado inicialmente no final de 2002, ou o MERS-CoV (2012). A COVID-19 ocasiona, em conjunto, problemas renais, cardíacos e nervosos, entre outros. É válido lembrar também da extrema facilidade de contágio, o que tornou essa doença em uma situação alarmante em todo o mundo. Isto significa que atingiu quase todos os países a nível mundial com extrema agressividade, forçando uma espécie de *trade off* entre saúde e economia. Em termos simples este conflito de escolhas passou pela decisão entre preservar o crescimento económico, mantendo o funcionamento normal das atividades comerciais e de produção, ou dar prioridade à saúde, com medidas de restrição profunda à atividade económica, incluindo o fecho ou o funcionamento limitado de estabelecimentos industriais e comerciais, bem como o condicionamento ao trabalho (ou à forma de trabalho) e à circulação das pessoas.

Tendo em conta que em muitos momentos foi dada prioridade à questão sanitária, levando à tomada de medidas como o fecho de fronteiras e a restrição às viagens entre países, esta situação prejudicou seriamente a economia turística de diversos países, incluindo Portugal.

Perante isto, não surpreende a emergência rápida de literatura sobre os efeitos económicos e turísticos, de curto e médio prazo, da pandemia causada pela COVID-19. São estudos ainda baseados em informação preliminar e sujeitos a muita incerteza quanto aos dados e às conclusões. Deve notar-se, contudo, que fenómenos anteriores de natureza semelhante (como o H1N1 em 2008, o SARS-CoV-1 em 2002 ou o Ébola em 2015) já foram objeto de estudos científicos, permitindo algum enquadramento a esta análise. O mesmo se pode dizer de outros eventos de natureza não-sanitária, que foram igualmente inibidores do turismo, nomeadamente situações políticas e humanitárias, como por exemplo a Primavera Árabe de 2011 ou os ataques terroristas aos EUA em 2001.

No domínio do impacto económico global da pandemia SARS-CoV-2 os estudos já existentes têm diferentes abordagens, mas convergem na ideia de que este impacto será certamente superior ao verificado em crises anteriores e de que as economias mais expostas ao turismo e mais dependentes do comércio internacional serão mais afetadas, embora o grau de incerteza sobre a dimensão e duração destes impactos seja ainda bastante elevado.

Em particular, Fernandes (2020) nota que os estudos baseados nos efeitos da pandemia SARS-CoV-1 ou da crise financeira de 2008/2009 subestimam as consequências da pandemia provocada pela COVID-19, devido principalmente ao facto de esta ser uma crise de dimensões globais, que não é focada em países com menor nível de desenvolvimento ou economias mais expostas ao setor financeiro. Todos os países, incluindo os mais desenvolvidos e ricos do mundo estão sujeitos ao caos que é instaurado pela COVID-19. Outra diferença importante – mas cuja relevância só foi de facto sentida mais recentemente e com um impacto talvez menor do que a questão sanitária e da mobilidade de pessoas – é que a atual crise pode ser influenciada pelo peso que a China tem no comércio externo e pelo facto de empresas de todo o mundo, independentemente do tamanho, dependerem de matérias-primas e produtos da China, pelo que um agravamento das condições sanitárias na China ou das restrições à mobilidade pelo mundo poderem levar a contrações ou paragens forçadas na produção.

No seu estudo, Fernandes (2020) previa uma quebra média no PIB entre 3 e 6%, mas admitia que em países mais expostos à atividade turística (como a Grécia, Espanha e Portugal) e mais dependentes do comércio externo o produto caísse mais de 10-15%. Estas previsões iniciais não se revelaram muito distantes da realidade. De acordo com dados do FMI, a economia mundial contraiu 3,5% em 2020 (4,9% no caso das economias mais desenvolvidas e 6,2% na União Europeia), mas Portugal registou uma quebra de 7,6% no PIB enquanto Grécia e Espanha tiveram quebras de 8,2% e 11%, respetivamente.

McKibbin e Fernando (2020) analisaram sete cenários, sendo que quatro deles consideravam a hipótese da crise sanitária ter dimensão global (algo que na altura da publicação não era um dado adquirido). Um destes quatro cenários globais admitia que os efeitos da pandemia seriam permanentes mas moderados, enquanto os outros três cenários globais admitiam que os efeitos da pandemia seriam temporários, mas com uma severidade baixa, moderada ou alta, consoante a gravidade da situação epidemiológica da China, que neste caso serviu também

como medida dos efeitos da crise sanitária no comércio mundial e da gravidade da situação epidemiológica noutros países.

De acordo com estes cenários globais os autores apresentaram estimativas para a evolução de diversas variáveis de natureza sanitária, social e económica, incluindo o crescimento do PIB em 2020, sendo que, nos cenários mais severos, os autores estimavam uma quebra no PIB que rondava os 3% a 10% face ao seu crescimento tendencial. Na prática, os resultados genéricos acabaram por ser algo melhores: os dados efetivamente registados são relativamente consistentes com o cenário temporário de severidade moderada deste estudo. Contudo, quando olhamos para os dados país a país vemos algumas grandes discrepâncias entre as previsões e a realidade, que sugerem uma sobrevalorização no estudo da importância de variáveis como a dimensão das economias e a sua dependência do comércio com outros países, em especial com a China (o que afetou, sobretudo, as estimativas para países como a Alemanha, Japão, Rússia, EUA e Reino Unido) e uma subvalorização do impacto das restrições à mobilidade de pessoas e da influência da pandemia no turismo.

Ainda sobre o caso específico da COVID-19, Welfens (2020) salienta que “países que dependem amplamente da indústria do turismo em termos de contribuição para o PIB devem esperar maiores efeitos inibidores do crescimento do produto”. Uma das explicações apontadas é que nenhum país estava preparado para a COVID-19, que foi anunciada no final de 2019 na China, mas que em Março do ano seguinte já estava no mundo inteiro. Não houve nenhum tipo de preparação relevante, pois não houve tempo para isso. Assim sendo, países mais dependentes do turismo que subitamente tiveram de fechar as fronteiras por questões de segurança e saúde, foram mais afetados e evidentemente que isso acabou por ser um grande inibidor para o setor do turismo e para o crescimento económico desses países.

O trabalho de Farzanegan et al. (2020) confirma esta expectativa, embora numa perspetiva diferente, que outros autores também utilizam para discutir o futuro (como iremos mencionar mais à frente). O estudo de Farzanegan et al. (2020) analisa 90 países e encontra uma elevada correlação entre o nível de fluxos turísticos tradicionais pré-pandemia nestes países e o número de casos de COVID-19 e de mortes associadas que se verificaram nos mesmos, pelo menos na fase inicial da pandemia. Este resultado confirmou a tese geral de que países mais dependentes do turismo são aqueles que deverão sofrer um impacto económico mais negativo, (mais do que os países cuja alta exposição ao exterior é de outra natureza), neste caso contudo

devido à facilidade com que o vírus se dissemina através da mobilidade das pessoas e às restrições que isso impõe à mobilidade das pessoas e à atividade turística.

Ainda sobre o impacto específico das pandemias no turismo há alguns estudos anteriores que confirmam o forte impacto negativo que as crises sanitárias têm no setor. São estudos que permitem um enquadramento à análise do caso da COVID-19, embora a sua extrapolação para a situação atual não seja fácil, dado que as crises estudadas tiveram uma natureza mais localizada e relativamente temporária.

Uma das principais referências é o trabalho de Rassy & Smith (2013) sobre o impacto do H1N1 no turismo do México em 2009, que concluiu que, apesar da crise financeira que ocorria no mesmo período (2008-2009), a quebra de turistas no México pode ser quase inteiramente associada à situação epidemiológica do país. De facto, os padrões de turismo no México pouco se alteraram com a crise financeira e só foi visível a quebra no número de turistas quando se instalaram os receios quanto à epidemia e, mesmo assim, essa quebra sucedeu de forma limitada às regiões de maior risco e apenas temporariamente (até a situação epidemiológica ficar controlada, nomeadamente através da vacinação).

Quanto ao SARS-CoV-1 o efeito foi menos devastador, não tendo a mesma dimensão global que a COVID-19, uma vez que atacou sobretudo o sul da Ásia: Hong-Kong, China, Taiwan e Vietname foram os países mais afetados. Contudo, a análise de Pine & McKercher (2004) para o caso de Hong Kong confirma o forte impacto que as crises sanitárias podem ter. De acordo com os autores, o pico da quebra de chegada de turistas estrangeiros a Hong Kong atingiu entre 65% e 70% em Abril e Maio de 2003, o que não difere substancialmente dos valores médios anuais verificados em muitos países europeus durante 2020. Além disso, o número de passageiros aéreos caiu 90% em Maio e a taxa média de ocupação dos hotéis de Hong Kong baixou para 17% neste mês.

A grande diferença face à situação provocada pela COVID-19 é que no caso do SARS-CoV-1 o impacto negativo foi relativamente curto no tempo (Hong Kong foi declarado “livre de SARS-CoV-1” a 23 de Junho de 2003), tendo sido seguido por uma recuperação rápida nos fluxos turísticos e de viajantes, beneficiando de ações promocionais e de pacotes de estímulo financeiro à indústria turística. Em consequência, o número de turistas que Hong-Kong recebeu em 2003 caiu apenas 6% face ao ano anterior (cerca de 38% quando comparamos apenas os dados do primeiro semestre), o que é bastante melhor que qualquer dos países da União Europeia que analisámos para o ano de 2020.

Para além de Hong Kong, Pine & McKercher (2004) mencionam outros impactos que o SARS-CoV-1 causou no turismo asiático, realçando o efeito bastante negativo que o surto teve nas regiões mais diretamente afetadas, mas também a nível global. De acordo com os autores, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) estima que cerca de três milhões de pessoas na indústria perderam seus empregos nos países mais afetados (China, Hong Kong, Singapura e Vietname) e que o contributo do setor turístico para o PIB caiu mais de 40% em Hong-Kong e Singapura e cerca de 25% na China.

De resto, apesar do impacto global da crise não ter sido severo, essa crise revelou pelo menos dois aspetos cruciais, no que concerne aos possíveis efeitos globais de eventos sanitários (até quando comparando com a COVID-19). Por um lado, a importância de agir rapidamente no sentido de conter a crise sanitária: a natureza pontual da crise e a capacidade de controlar rapidamente os seus efeitos fez com que a quebra das chegadas turísticas na região Ásia-Pacífico tenha atingido apenas 9% durante o surto (dados do WTCC). Por outro lado, o facto de a crise ter, mesmo assim, afetado países como o Canadá e os Estados Unidos da América comprova os riscos associados aos eventos sanitários e a vulnerabilidade do turismo a estes choques.

Outro evento de natureza sanitária foi o surto de Ébola ocorrido na África Ocidental em 2014, que atacou violentamente países como a Guiné, Libéria e Serra Leoa. O Ébola é uma doença rara e mortal para humanos. É conhecida como febre hemorrágica por causar o sangramento de órgãos internos. Seus principais surtos ocorreram na África, sendo que o surto de 2014 na África Ocidental foi o mais severo até hoje e é objeto das análises apresentadas a seguir. Um dos principais estudos do tema foi feito por Maphanga & Henama (2019).

Os autores afirmam que para além do forte impacto deste surto no turismo e na economia das regiões referidas (em particular de Serra Leoa, onde o turismo estava em crescimento e a hotelaria e a restauração eram frequentemente as principais fontes de emprego), “o surgimento do Ébola diminuiu a competitividade da África como destino turístico favorável”. Os autores explicam que, no geral, “Há uma tendência típica em que um evento trágico num país ou região de África é geralmente associado a todo o continente, e uma doença como o Ébola tem, então, um impacto de 'vizinhança'. O surgimento do Ébola na África Ocidental foi infelizmente associado a todo o continente africano.”

Esta conclusão é muito relevante dado que ilustra, de forma muito expressiva, como o desconhecimento ou a falta de informação sobre determinados eventos e regiões podem

prejudicar o turismo de forma duradoura e geograficamente vasta, mesmo que esses eventos sejam relativamente localizados. Neste caso, os autores notam que embora Guiné, Libéria e Serra Leoa representem menos de 1% das chegadas de turistas internacionais à região subsaariana, o surto de Ébola levou a um significativo cancelamento de viagens para países como a África do Sul, Quênia, Tanzânia e países da África Ocidental onde não existiam quaisquer sinais da presença do vírus. Por exemplo, as taxas de ocupação dos hotéis na Nigéria caíram em metade logo que surgiram notícias sobre o Ébola e Marrocos decidiu cancelar a realização da Taça Africana das Nações de futebol (prevista para Janeiro de 2015), agravando os receios globais sobre a doença e o impacto da mesma no turismo local e africano.

Outras referências úteis para o nosso estudo têm a ver com o impacto de fenómenos de diferente natureza, mas que influenciaram igualmente a mobilidade das pessoas e o turismo, como a instabilidade política, ataques terroristas ou crises financeiras.

De entre estes estudos podemos salientar, por exemplo, Goodrich (2002), que analisou o impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e demonstrou que alguns Estados americanos não atingidos diretamente, mas que têm o turismo como uma importante fonte de receita, sofreram muito com os ataques: casos de Flórida, Nevada ou Califórnia. A indústria do turismo nos Estados Unidos da América foi severamente afetada, com quedas imediatas no transporte de passageiros pelas companhias aéreas que rondaram os 50% e reduções semelhantes na taxa de ocupação dos hotéis. O autor cita ainda fontes que estimam que estes ataques levaram a uma perda de 105 mil milhões de dólares para a economia americana, prolongando a recessão que já existia no país, sendo que a indústria do turismo acabou por ser a mais afetada pelos ataques.

Como seria de esperar, contudo, o impacto no turismo destes atos terroristas não se limitou aos Estados Unidos da América. Blake & Sinclair (2003) notam que no último trimestre de 2001 o efeito negativo nos fluxos turísticos foi generalizado, com quebras reportadas na chegada de turistas estrangeiros a diversos países: Canadá (-19%), México (-24%), Alemanha (-17%), Áustria (-9%), República Dominicana (-25%), Egipto (-55%), Reino Unido (-12%), Austrália (-21%).

Outros estudos relacionados com a COVID-19 ou com crises sanitárias confirmam a elevada exposição negativa do setor turístico às mesmas e, talvez mais preocupante numa perspetiva

futura, o papel do turismo como catalisador de crises pandêmicas e a vulnerabilidade do setor a crises globais, sejam pandêmicas ou, por exemplo, ambientais.

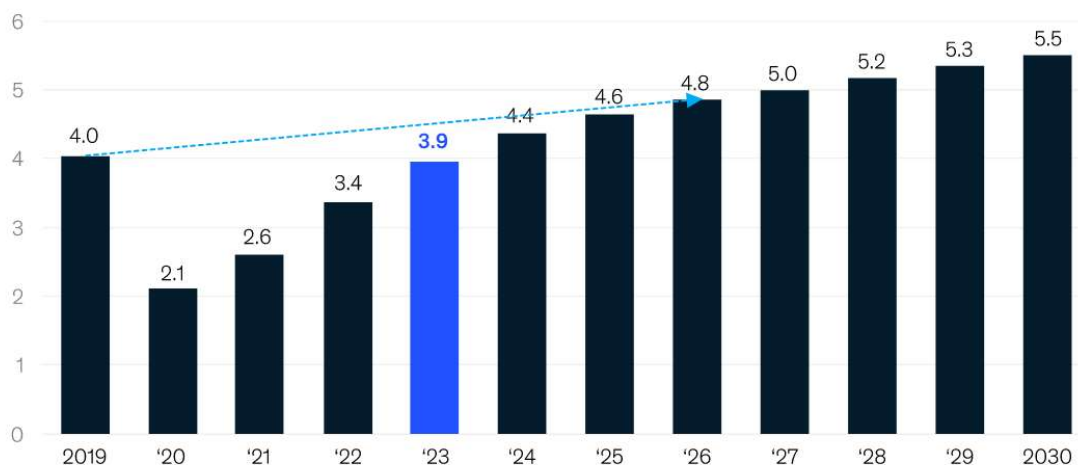
Começando pela perspectiva mais imediata, as opiniões variam um pouco, mas no geral confirmam um cenário difícil, mas ultrapassável se forem tomadas as medidas corretas. Tsionas (2021) prevê um ajuste gradual pós-COVID-19 nos setores de turismo, hotelaria e em outras indústrias relacionadas. Olhando para o caso dos Estados Unidos da América, os resultados obtidos por Tsionas (2021) mostram que uma reabertura gradual que exija apenas lucros não negativos é bastante viável, mas uma reabertura que exija o mesmo nível de lucro do período pré-COVID-19 é mais difícil e só parece alcançável com uma taxa de ocupação mínima de cerca de 33%. Com taxas de ocupação inferiores, as reaberturas só seriam possíveis com apoios governamentais.

No caso de Fotiadis et al. (2021), as suas expectativas iniciais sobre o impacto da COVID-19 parecem estar razoavelmente em linha com o verificado, dado que os seus modelos previam quebras nas chegadas de turistas entre 30,8% e 76,3%, persistindo pelo menos até Junho de 2021 (valores para os Estados Unidos da América). Com base nestes resultados, este estudo calcula que a indústria do turismo irá atrasar o seu crescimento em cerca de 15 anos devido à pandemia, sendo que serão necessários apoios públicos e uma reestruturação do setor em linha com as lições da situação atual, no sentido de devolver a confiança aos turistas e recuperar os níveis de rentabilidade que se projetavam antes da crise.

De acordo com uma pesquisa publicada pela consultora McKinsey¹, mesmo com os planos de recuperação que os países estão a desenvolver, o turismo global provavelmente não irá recuperar plenamente os níveis pré-pandemia até 2023, como ilustrado na figura seguinte. É de destacar ainda que a recuperação será, com certeza, mais lenta para o turismo proveniente do exterior: a consultora nota que em 2023 os níveis de turismo de não-residentes ainda estejam a 70% dos valores de 2019.

¹ <https://www.mckinsey.com/industries/travel-logistics-and-infrastructure/our-insights/covid-19-tourism-spend-recovery-in-numbers#>

Gráfico 1. Projeção da McKinsey das receitas anuais de turismo até 2030 (mil milhões de dólares americanos, 10 maiores países por receitas turísticas)



Fonte: McKinsey (<https://www.mckinsey.com/industries/travel-logistics-and-infrastructure/our-insights/covid-19-tourism-spend-recovery-in-numbers#>)

Esta última previsão está em linha com observações feitas em estudos sobre eventos anteriores, como o caso da pandemia de H1N1 no México, em que a retoma do turismo assentou bastante no turista residente ou tradicional (proveniente, sobretudo, dos Estados Unidos da América), beneficiando do conhecimento destes turistas sobre a situação real no México após o pico da pandemia (Rassy & Smith, 2013). Isso leva-nos de novo aos eventos sanitários ou humanitários ocorridos em África, que tendem a ter efeitos mais duradouros e de impacto geográfico mais vasto, devido, em larga medida, à dificuldade para o turista em conhecer de facto a situação e em ultrapassar eventuais preconceitos resultantes da natureza do evento e das condições de segurança no continente africano.

A importância da proximidade e do conhecimento efetivo da situação pandémica acaba por ser uma lição importante a reter para a retoma no pós-COVID, sendo que o investimento nos mercados tradicionais, na melhoria efetiva da situação pandémica em Portugal e em estratégias de marketing que ponham enfoque na segurança sanitária serão, com certeza, muito importantes.

Falando agora numa perspetiva mais estrutural, Hung et al. (2018) notam que hotéis e acomodações são considerados *hotspots* preliminares que transformam o surto epidémico local em uma pandemia e o ponto preliminar para a importação de uma pandemia global iminente, pelo que é natural que muitas das medidas preventivas a este respeito se dirijam ao setor turístico e à mobilidade das pessoas.

Na mesma linha, outros autores referem que os riscos sanitários do turismo global estão a ser claramente subestimados ou que a vulnerabilidade do turismo a pandemias ou a crises, como o aquecimento global, pode estar a ser insuficientemente estudada

Burkle (2006) realça que as relações entre pandemias e viagens são fundamentais para compreender a segurança da saúde e a mudança global: “Devemos investir em respostas globais a desastres que reflitam, de forma precisa, as expectativas crescentes que decorrem da globalização.” Burkle (2006) enumera três elementos que definem criticamente os requisitos e limitações deste investimento em respostas globais. São eles:

1. O reconhecimento de que a saúde pública deve ter precedência sobre a política;
2. A profundidade e o alcance da capacidade de um estado-nação de proteger a saúde pública durante as crises;
3. A crescente interferência política nos esforços para coordenar e investir em respostas a grandes desastres.

Estes três elementos merecem ser salientados, dado que se enquadram bastante bem no que tem acontecido durante a crise pandémica causada pela COVID-19. Como já mencionámos, esta situação forçou uma espécie de *trade-off* para todos os países: ajudar a economia através da manutenção da atividade económica ou priorizar a saúde pública, adotando medidas de segurança para a população. Além disso, a realidade confirmou a relevância dos restantes elementos citados por Burkle (2006): a saúde pública teve precedência sobre os interesses políticos dos países, conforme recomendação da OMS,² e houve esforços de coordenação para uma resposta a este desastre da COVID-19, sobretudo através das vacinas e mitigação de novas variantes.

Mesmo assim, ficou evidente a necessidade de investir mais e, sobretudo, de forma mais abrangente numa resposta global a este tipo de crises - No discurso do Estado da União, de dia 15 de setembro de 2021 a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, encabeçou a lista de iniciativas prioritárias a tomar pela Comissão em 2022 mencionando aspetos como preservar os esforços de vacinação na Europa, acelerar o ritmo de vacinação global e fortalecer as medidas de prevenção e preparação para futuras pandemias.³

² Ver, por exemplo, <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>

³ <https://ec.europa.eu/newsroom/ecfin/newsletter-archives/34511>

Gössling et al. (2020) adota uma reflexão semelhante. O autor conclui, por um lado, que “a crise encerra mensagens importantes sobre a resiliência do sistema de turismo, também no que concerne a outras crises em curso que não são tão imediatas, mas potencialmente ainda mais devastadoras do que a COVID-19, como as alterações climáticas.”. Por outro lado, contudo, o autor alerta para a falta de preparação na resposta a pandemias: “Embora pesquisas de turismo tenham desenvolvido pelo menos uma percepção superficial dos potenciais efeitos sistêmicos da mudança climática global, não houve a mesma valorização dos efeitos sistêmicos das pandemias, com estudos tendendo a concentrar-se nos impactos em cada país, ao invés de nos desafios e vulnerabilidades a nível do sistema. Vários estudos demonstraram o importante papel das viagens aéreas na aceleração e amplificação da propagação da influenza e coronavírus”.

Ainda neste contexto, há já um conjunto de literatura relevante relacionada com os ajustamentos que o setor turístico (em particular) está ou pode fazer no sentido de se preparar para novas crises pandémicas.

Coelho & Mayer (2020) apontam novas práticas que estão a ser implementadas e gerenciadas em diversas indústrias no pós-COVID, mas cujos resultados e concretização efetiva ainda não são claros. Essas práticas apontadas pelas autoras são:

1. Gestão de processos e tecnologia: Redesenho de processos para redução ou substituição de interações pessoais (máquinas interativas, robôs, inteligência artificial, serviços online, delivery, entre outros); novos controlos de mobilidade e de fluxos de pessoas, materiais, equipamentos e informações; novos protocolos de higiene e biossegurança; novos padrões para gestão de filas e de processos de atendimento.
2. Gestão de capacidade e de instalações: Redesenho de instalações e de equipamentos para redução de aglomerações e para assegurar distanciamento social seguro; revisão de previsões de aproveitamento da capacidade em instalações físicas, meios de transporte e atrativos; inovações para higienização de instalações; e novos usos para instalações físicas (hotéis, centros de convenções, entre outros).
3. Gestão de pessoas: Monitoramento da saúde de colaboradores (prevenção, testes e tratamento); treinamento em novos procedimentos e uso de EPI (Equipamentos de Proteção Individual); adoção de trabalho remoto, quando possível.

4. Gestão de interações com os clientes: Redesenho da experiência e dos encontros de serviços; monitoramento do comportamento e da saúde de viajantes por meio de recursos tecnológicos e bigdata; educação de turistas para adoção de novas práticas de higiene e segurança; novas práticas comerciais e migração para ambientes virtuais, quando possível.

Outros estudos, como Seraphin & Dosquet (2020) e Vaishar & Šťastná (2020), citados no trabalho de Silva (2021), notam que “a literatura académica recente afirma que a pandemia da COVID-19 teve um efeito positivo no turismo rural devido ao aumento de turistas que procuram um destino seguro e de baixo risco em áreas escassamente povoadas.” Este facto foi confirmado para Portugal, com o caso do Alentejo, que apresentou um decréscimo consideravelmente menor da atividade turística durante a pandemia, face às outras regiões portuguesas.

Estudos e resultados como estes e uma boa compreensão dos efeitos da pandemia provavelmente fornecerão aos agentes da indústria do turismo lições substanciais sobre como construir e implementar estruturas de tomada de decisão eficazes que podem, por sua vez, garantir respostas rápidas a eventos imprevistos que ameaçam a sustentabilidade financeira de seus negócios.

Mas claro que uma resposta adequada não depende apenas do setor turístico. O investimento na área da saúde e a resposta atempada às crises são essenciais, sendo que, como notam as Nações Unidas,⁴ deste ponto de vista e do impacto socioeconómico, os países precisam ser firmes em avançar com a implementação de compromissos comuns, tais como investimentos em pessoas, sistemas de saúde e proteção social, e aproveitar a oportunidade de uma economia mais verde e inclusiva. Essas metas devem moldar nossa resposta e recuperação, estabelecendo as bases para pessoas e sociedades resilientes.

Em suma, os estudos existentes parecem corroborar a ideia de que países mais expostos ao turismo foram severamente afetados do ponto de vista económico, quer devido às restrições à mobilidade e ao receio de viajar por parte das pessoas quer devido à maior disseminação inicial do vírus nesses países. Além disso, a dimensão da crise verificada no setor turístico devido à COVID-19 superou a registada em casos anteriores, confirmando que a utilização desses eventos anteriores para projetar os efeitos económicos da pandemia COVID-19 pode ter levado a uma subestimação generalizada da sua dimensão, pelo menos numa fase inicial.

⁴ <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1735902>

O resto da nossa dissertação baseia-se nalgumas das ideias propostas por esta literatura, sobretudo pela literatura relativa aos efeitos da COVID-19 na economia e no turismo e em estudos existentes sobre o impacto de fenómenos pandémicos e outros eventos perturbadores da mobilidade das pessoas e do turismo. Para além de fazer uma avaliação do impacto absoluto da pandemia no turismo em Portugal durante 2020, analisamos também como é que este impacto influenciou os padrões turísticos tradicionais dentro do país e como é que o caso de Portugal se compara com o de outros países europeus ou de países mais afetados pela pandemia. Analisamos ainda como é que o efeito da COVID-19 no turismo se compara com o efeito de outros eventos anteriores (sanitários, financeiros e políticos, por exemplo).

II. A Importância do Turismo para Portugal e notas sobre a COVID-19

II.1. Importância do Turismo para Portugal

Historicamente, pessoas dos mais diferentes locais, culturas e etnias tendem a deslocar-se para outros lugares por períodos limitados de tempo. Claro que antigamente as razões para esta mobilidade temporária seriam diferentes das atuais: vários povos poderiam se aventurar a novos destinos por razões climatéricas comerciais ou religiosas, ou até mesmo no sentido de explorar o desconhecido: algo já mais próximo do que motiva o turismo atualmente. Em suma, a prática sempre existiu, mas nesta perspetiva lata é quase impossível datar quando o turismo começou.

Sabemos, contudo, que é a partir dos finais do século XVI que surgem os novos viajantes que percorrem a Europa por instrução, conhecimento, prazer ou simples curiosidade: a versão mais corrente de turismo. Historicamente, e independentemente do debate sobre o nível e a velocidade de progresso das diferentes regiões do globo, os europeus revelaram uma especial avidez pelo conhecimento e o saber: “à descoberta dos novos mundos sucede-se a descoberta do céu; à exploração do espírito sucede-se a do corpo. Viajantes, astrónomos, médicos, físicos, matemáticos, e filósofos consagram-se à busca do conhecimento e as viagens são um precioso auxiliar” (Cunha, 2010).

Em 2019 foram registadas, globalmente, 1,5 mil milhões de chegadas de turistas internacionais. Este dado representa um aumento de 4% em relação ao ano de 2018 (UNTWO)⁵, sendo que esse era ainda o crescimento previsto para 2020 se não houvesse a pandemia da COVID-19. Estes são dados que confirmam a dimensão e a relevância que a atividade turística atingiu.

Portugal viu uma oportunidade de expandir o interesse turístico em 1906, quando foi criada a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP). Os objetivos dessa sociedade eram de “promover, pela sua ação própria, pela intervenção de junto dos poderes públicos e administrações locais, pela colaboração com este e com todas as forças vivas da nação, e pelas relações internacionais que possa estabelecer, o desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros” (Matos & Santos, 2004).

⁵ <https://www.unwto.org/international-tourism-growth-continues-to-outpace-the-economy>

É sabido, contudo, que o turismo é um setor extremamente concorrencial. Muitos países investem uma grande quantia nesta indústria e têm condições naturais ou culturais atrativas, o que torna esta atividade muito sensível a variações da procura, que podem ir desde choques exógenos à simples mudança de preferências dos consumidores. Diversos fatores oferecidos pelo país podem ser determinantes na escolha de destino de um turista: custo e qualidade, turismo rural (cujas características são paisagens e aldeias, mais afastadas das grandes cidades), turismo de sol e praias, turismo de natureza, turismo cultural (mais focado em grandes cidades) e diversos outros. Dito isto, podemos afirmar sem grande dúvida que Portugal se tem posicionado de forma muito favorável no setor, sendo já um dos países mais relevantes no panorama turístico mundial e que mais recorre ao turismo como fonte de receitas externas.

De acordo com o Turismo de Portugal, I.P. (a autoridade turística nacional), Portugal é o 14º destino turístico a nível global (dados de 2019), sendo que durante o período de 2015 a 2019 recebeu uma média anual aproximada de 14 milhões de turistas não-residentes, originários sobretudo do Reino Unido, Alemanha, Espanha, França, Brasil e Estados Unidos da América. Esses seis países somados proporcionaram pouco mais de 10 milhões de hóspedes em 2019 de um total de cerca de 16,5 milhões (Turismo de Portugal, 2020).

Do ponto de vista económico, em 2019 o setor turístico gerou para Portugal um valor acrescentado bruto próximo de 15,6 mil milhões de euros ou 8,4% do PIB (segundo a Conta Satélite do Turismo de 2019, publicada pelo INE no final de 2020). Acresce que o setor do turismo tem sido nos últimos anos a maior atividade exportadora do país, sendo que em 2019 o turismo representou mais de metade das exportações de serviços e cerca de 20% das exportações totais (dados calculados a partir do Boletim Estatístico do Banco de Portugal). É de notar ainda que, em 2019, o turismo contribuiu positivamente em 6,2% do PIB para a balança corrente e de capital de Portugal (Banco de Portugal, 2020). Isto significa, tudo o resto igual, que retirando o contributo do turismo, Portugal teria apresentado um défice externo equivalente a 5,3% do PIB.

A evidência sobre a importância do turismo para a economia portuguesa não se limita a estes dados macro. Por exemplo, segundo o Banco de Portugal⁶, as empresas referentes ao turismo intensivo (tais como hotéis e outros tipos de alojamento) apresentam um surgimento maior do que empresas de outros setores, além de uma forte tendência de crescimento evidenciada

⁶ <https://www.bportugal.pt/page/economia-numa-imagem-41>

também por empresas de turismo parcial (tais como bares e restaurantes). Além disso, o turismo é frequentemente referenciado como um dos principais motores de recuperação da economia portuguesa, nomeadamente em períodos de crise como a que Portugal sofreu entre 2009 e 2013, coincidente com a crise financeira e da dívida que obrigou Portugal a recorrer ao apoio externo do FMI, BCE e Comissão Europeia.

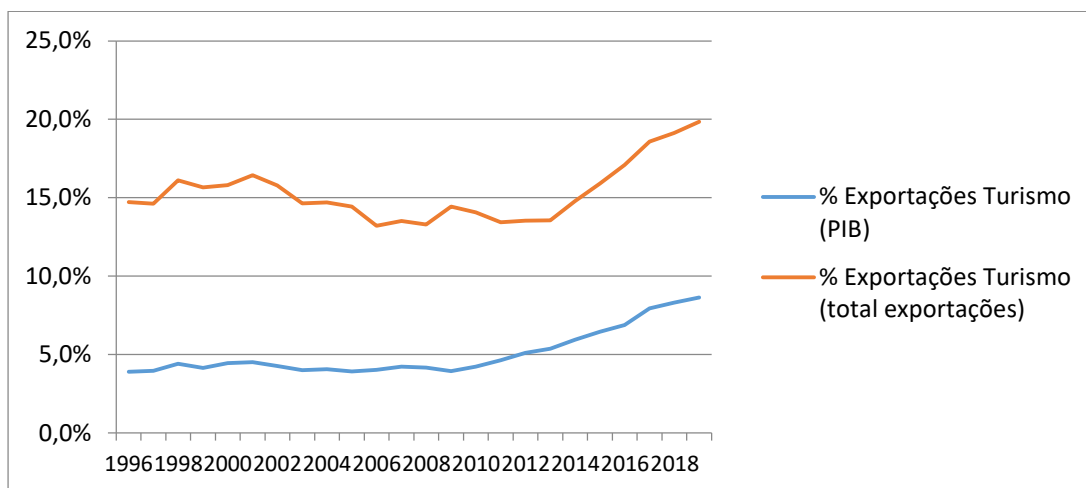
É de realçar ainda outros dados que confirmam o crescimento expressivo do turismo em Portugal em 2019. O Turismo de Portugal destaca:

- Aumento do emprego no turismo (incluindo alojamento, restauração e agências de viagem), atingindo um peso de 6,9% no emprego nacional (336,8 mil empregos). No ano anterior, as atividades relacionadas ao turismo geraram 328,5 mil empregos, causando um aumento de aproximadamente 3%.
- As receitas turísticas (receitas oriundas da atividade do turismo) cresceram 8,1% e os proveitos globais (valores cobrados referentes às dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos) aumentaram 7,8%, superando o aumento de dormidas totais (4,6%). Todos estes indicadores atingiram máximos históricos em termos absolutos.
- É de notar ainda que em 2019 houve um crescimento equilibrado do mercado interno (+8,1% hóspedes residentes ou nacionais) e do mercado externo (+7,8% hóspedes não-residentes), embora entre 2015 e 2019 os valores sejam um pouco mais díspares: neste período o número de hóspedes residentes cresceu a uma média anual de 8,2%, inferior à taxa média anual de 12,1% no caso dos hóspedes não-residentes. Além disso, dentro do segmento de hóspedes não-residentes o crescimento também foi expressivo e consistente com uma diversificação do mercado. Por exemplo, o mercado americano e o mercado brasileiro cresceram de forma expressiva: 22,7% e 16,2%, respetivamente, superando largamente o crescimento do turismo proveniente da Europa. De resto, de entre os maiores mercados é de realçar o chinês que registou um crescimento de 18,9%, enquanto o mercado espanhol cresceu cerca de 10% e o do Reino Unido aumentou apenas 5,7%.

Alguns destes dados são ilustrados nos gráficos seguintes. Os dados mostram não apenas a importância e o crescimento substancial do turismo desde, sobretudo, 2013, mas também a enorme quebra registada em 2020: um facto que introduzimos genericamente neste capítulo

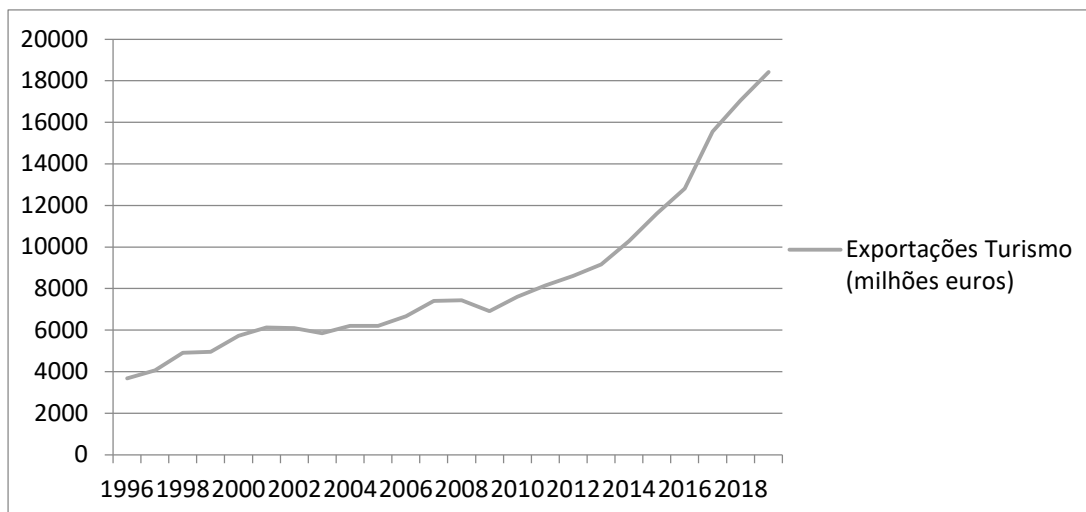
no sentido de ilustrar a pertinência dos temas em análise neste estudo e o contributo que esta dissertação se propõe dar.

Gráfico 2. Evolução das exportações de turismo em percentagem do PIB português



Fontes: Boletim Estatístico do Banco de Portugal: Março/2021

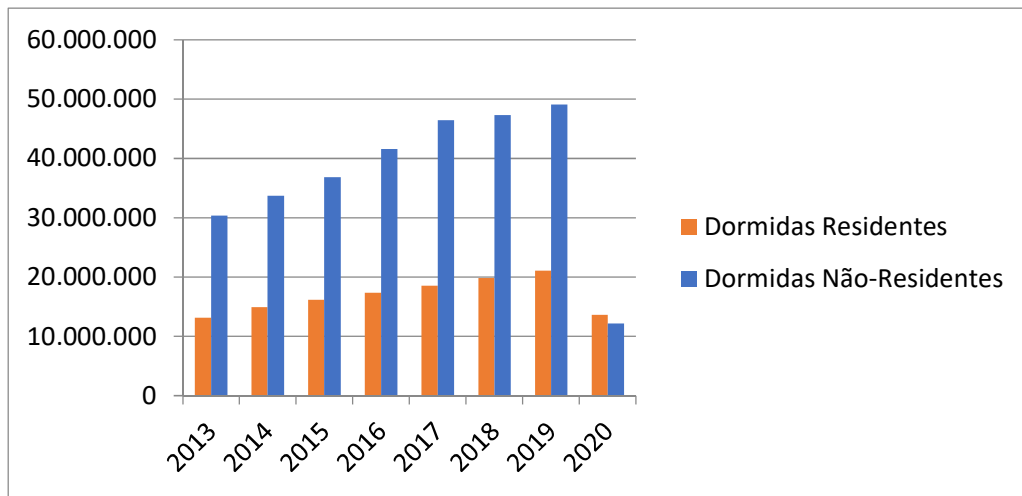
Gráfico 3. Evolução da faturação nas exportações do turismo (em milhões de euros)



Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Portugal: Março/2021

Este crescimento tem sido particularmente relevante no caso de turistas não-residentes, como se apresenta a seguir. Os dados são referentes às dormidas de turistas residentes e não-residentes nos alojamentos turísticos em Portugal, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Gráfico 4. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos turísticos de Portugal (residentes e não residentes)



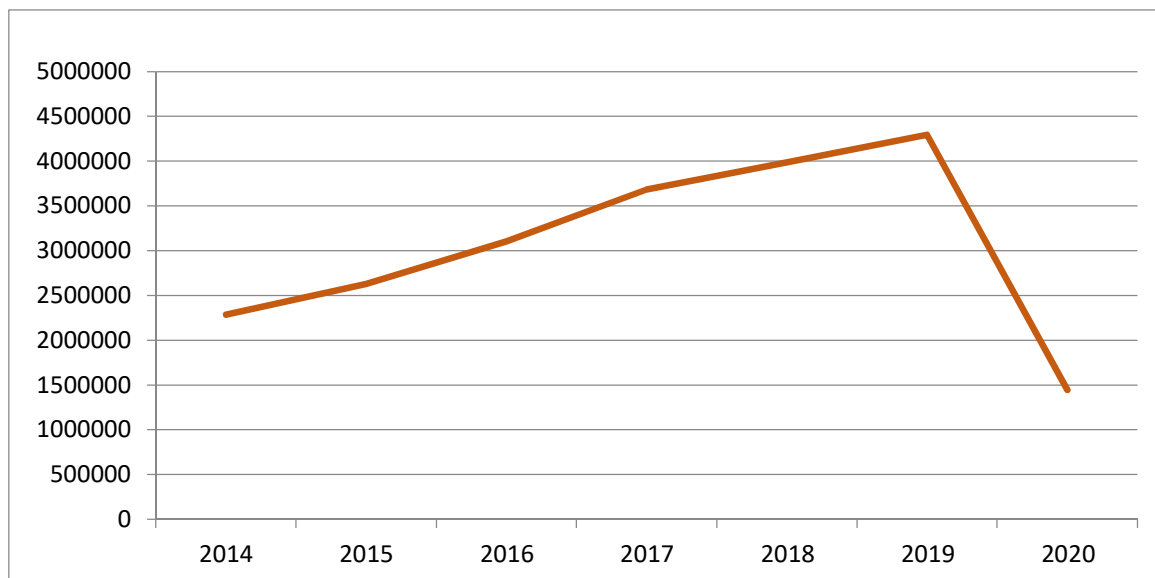
Fontes: Relatório da Atividade Turística do INE: Setembro/2021

Para além da forte quebra no número de turistas verificada em 2020, uma outra importante observação merece ser feita sobre esse último gráfico: o único ano que recebeu um número maior de dormidas de turistas residentes face a não-residentes foi o ano de 2020, auge da pandemia da COVID-19. Intuitivamente, mas também de acordo com as respostas ao inquérito que elaborámos no âmbito desta dissertação, a principal razão para isso terão sido as limitações à mobilidade entre países: em particular, o fecho de fronteiras. Muitos turistas estrangeiros não podiam entrar em Portugal devido às restrições de viagens e muitos residentes em Portugal tiveram que passar férias em território nacional, explicando a menor quebra de dormidas dos turistas residentes face às dormidas de não-residentes. Além disso, o mero receio de viajar para o estrangeiro também terá contribuído bastante para este resultado, sendo que este fator poderá continuar a influenciar os padrões turísticos nos próximos anos, mesmo que as restrições às viagens sejam eliminadas. Contudo, é muito difícil definir por quanto tempo perdurará este efeito: o nosso inquérito e eventos anteriores (México, Hong-Kong) sugerem um prazo relativamente curto, mas estudos já citados como os da consultora McKinsey e de Fotiadis (2021), entre outros, levantam dúvidas quanto a esta hipótese, sobretudo no que toca ao turismo não-residente.

Esta evolução da atividade turística (crescimento desde 2013 e quebra súbita em 2020) é comprovada também pelos indicadores monetários. O gráfico seguinte ilustra este facto para os proveitos totais nas redes hoteleiras, de acordo com dados do INE. Os proveitos totais medem as receitas resultantes da atividade dos meios de alojamento turístico, compreendendo

todos as fontes de rendimento do estabelecimento hoteleiro, incluindo proveitos de aposento, de restauração e outros decorrentes da sua atividade.

Gráfico 5. Evolução dos Proveitos Totais do Turismo em Portugal (milhares de euros)



Fontes: Relatório da Atividade Turística do INE: Setembro/2021

Este gráfico demonstra visualmente o tamanho das perdas e da quebra económica que a pandemia causou no turismo português, sendo que o facto de Portugal ter atingido um máximo histórico de visitantes no ano de 2019, com mais de 27 milhões de hóspedes, gerando excelente impacto na economia, veio dar ainda uma maior dimensão relativa às quebras verificadas em 2020. No que se refere aos proveitos totais dos alojamentos turísticos em 2020 a queda foi de 66% face a 2019, enquanto a quebra de hóspedes foi de 61,5% em comparação com 2019.

Como já se realçou, esta enorme quebra de 2020 é compreensível. As restrições impostas pelos governos e autoridades de saúde limitaram a mobilidade de residentes e, sobretudo, não-residentes, e o receio quanto à saúde limitou as viagens e o turismo no geral. Não surpreende, pois, que estes valores negativos sejam transversais às diferentes variáveis e segmentos estudados, como ilustraremos e abordaremos de forma mais completa no capítulo IV.

II.1.1. Breve caracterização regional do Turismo em Portugal

Como seria de esperar, as características do turismo em Portugal, bem como o volume de atividade, variam consoante as regiões, os seus atrativos específicos e o conhecimento (ou desconhecimento) que os potenciais visitantes têm dessas regiões.

Do ponto de vista estatístico, os principais dados sobre o turismo regional em Portugal estão divididos de acordo com as chamadas NUTS II. As NUTS são as Unidades Territoriais para Fins Estatísticos definidas pela União Europeia para efeitos do tratamento de dados. No caso específico de Portugal as NUTS II são constituídas por sete regiões, das quais cinco no continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e ainda os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A tabela seguinte visa ilustrar de forma simples a força que cada uma dessas regiões NUTS tem para o turismo português, utilizando o número de dormidas em 2019 (pré-pandemia) como referência:

Tabela 1. Importância relativo de cada região NUTS II para o turismo de Portugal

Peso Relativo das NUTS II nas dormidas totais (2019)	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Residentes	20,4%	19,0%	18,5%	9,2%	23,6%	4,7%	4,5%
Não-Residentes	13,2%	6,4%	30,0%	2,0%	32,4%	2,6%	13,3%
Total	15,4%	10,2%	26,6%	4,2%	29,8%	3,2%	10,6%

Fonte: INE

Como se vê, Lisboa e Algarve contribuem com cerca de 56% das dormidas totais em Portugal, sendo que no caso das dormidas de não-residentes são responsáveis por mais de 60%.

A tabela abaixo ilustra a atividade turística das regiões de acordo com a origem dos turistas. Em 2019 quase 70% das dormidas em Portugal foram responsabilidade de turistas não-residentes, sendo que as regiões de Lisboa, Algarve e Madeira dependem em mais de 75% das dormidas de turistas não-residentes, com evidente destaque para o caso da Região Autónoma da Madeira. Pelo contrário, Centro e Alentejo estão mais ligados a turistas residentes.

Tabela 2. Dormidas de residentes e não-residentes para Portugal e por NUTS II (percentagem em função da origem).

Dormidas – Origem (2019)	Total	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Residentes	30,1%	39,9%	56,3%	21,0%	65,9%	23,9%	43,8%	12,6%
Não-Residentes	69,9%	60,1%	43,7%	79,0%	34,1%	76,1%	56,2%	87,4%

Fonte: INE

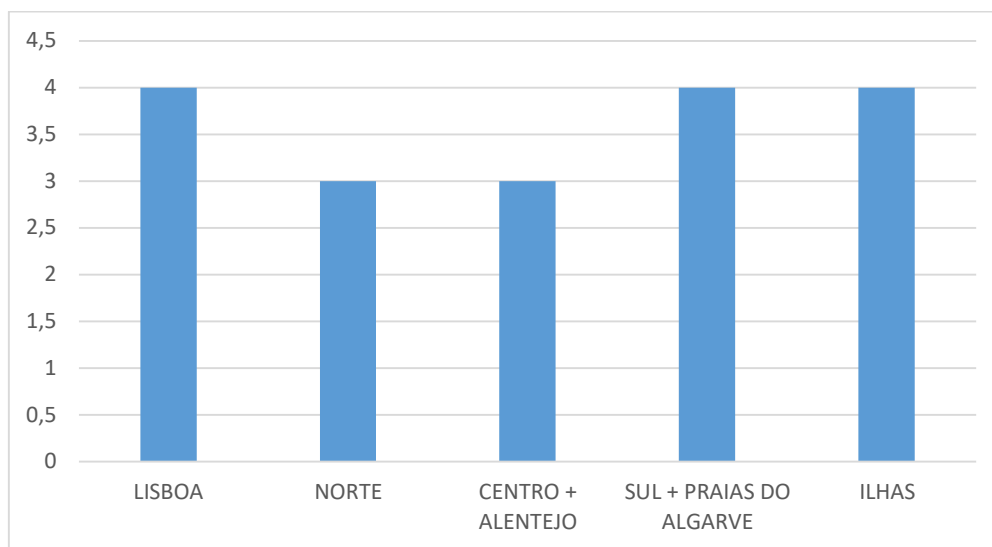
Estes dados são consistentes com o inquérito que fizemos a não-residentes sobre hábitos de viagem e sobre o turismo em Portugal (e que abrangeu pessoas que costumam visitar Portugal e outras que nunca ou raramente fizeram turismo em Portugal). Nesse inquérito ao Turismo de Não-Residentes, cujas questões e respostas são apresentadas na sua totalidade no anexo, incluímos uma questão sobre o grau de interesse que as diversas regiões portuguesas suscitam a estes potenciais turistas. Tendo em conta o relativo desconhecimento dos inquiridos sobre a geografia de Portugal, o inquérito usou uma divisão do território mais intuitiva ou reconhecível que a facultada pelas NUTS II. Assim, foram apresentadas 5 diferentes regiões no inquérito, sendo elas:

1. Lisboa
2. Norte (Porto, Braga, Guimarães,...)
3. Centro (Alentejo, Coimbra, Serra da Estrela,...)
4. Sul (Praias do Algarve, ...)
5. Ilhas Portuguesas (Açores e Madeira)

Para a avaliação destas regiões, foram designadas seis alternativas para cada: de 1 a 5 correspondendo com o interesse do respondente (sendo 1 interesse mínimo e 5 interesse máximo) e também a 6ª opção “Não tenho opinião” para aqueles que não sabiam opinar sobre determinada região.

O gráfico seguinte sintetiza os dados obtidos para esta questão, revelando que existe já uma predisposição para as regiões mais viradas para o sol e praia, como o Algarve e as Ilhas, mas também para Lisboa, como capital do país e com maior grau de reconhecimento no exterior.

Gráfico 6. Mediana das respostas sobre o interesse relativo de cada região – Inquérito ao Turismo de Não-Residentes (escala de 1 - Interesse Mínimo a 5 – Interesse Máximo).



Fonte: Autoria Própria (ver Anexo para mais detalhes)

O principal objetivo dos parágrafos seguintes é estabelecer um enquadramento para o resto do estudo, resumindo as principais características de turismo em Portugal por regiões (usando as NUTS II), bem como os principais visitantes (país de origem) e a importância dessas regiões para o setor do turismo como um todo.

Norte: uma região extremamente importante para o turismo de Portugal por abrigar diversas cidades históricas tais como Guimarães, Braga, Aveiro, mas principalmente, o Porto. A cidade do Porto é a segunda maior de Portugal e, de acordo com o Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, foi responsável por 50,8% da ocupação de todos os alojamentos do norte português em 2017.⁷

De acordo com os dados do INE, em 2019 destacaram-se as visitas de turistas espanhóis, franceses, brasileiros, alemães e americanos no Norte de Portugal, representando 57% das dormidas de estrangeiros da região.

A propósito, como iremos confirmar, a forte predominância do turismo espanhol no contexto do turismo não-residente acaba por ser uma característica transversal às regiões do Continente cujo contributo para o turismo não-residencial é menor: Norte, Centro e Alentejo. Isso reflete em parte o menor conhecimento sobre estas regiões a nível internacional (que no caso espanhol é mitigado pela proximidade geográfica), mas terá ajudado também a conter os

⁷ <https://ahresp.com/app/uploads/2019/01/Perfil-dos-Turistas-do-Porto-e-Norte-de-Portugal.pdf>

prejuízos turísticos que estas regiões sofreram durante o ano de 2020, uma vez que, no geral, as restrições à entrada de espanhóis em Portugal foram, na prática e formalmente, menos severas em comparação com outros países de origem.

Tabela 3. Dormidas de turistas não-residentes no Norte de Portugal em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - NORTE		%
Espanha	1320343	20,3
França	762344	11,7
Brasil	699064	10,8
Alemanha	487111	7,5
Estados Unidos da América	459913	7,1
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES - NORTE		6496645

Fonte: INE

Um dos principais atrativos para a atividade turística na região do Norte de Portugal é com certeza o famoso vinho do Porto, bebida licorosa produzida na Região Demarcada do Douro. É a região vinícola demarcada mais antiga do mundo, sendo que parte desta região (a Região Vinhateira do Alto Douro) é reconhecida desde 2001 como Património Mundial pela UNESCO (Miralles et al., 2008). Citando o trabalho de Aaker (1998), Miralles et al. notam que para muitos negócios, o nome da marca e o que ele representa são o seu mais importante ativo, a base da vantagem competitiva e de ganhos futuros, o que é em parte o que sucede com a região Norte e o vinho do Porto, como se argumenta a seguir.

O vinho do Porto só pode ser produzido em locais específicos de Portugal, o que o torna tão característico da região. As empresas produtoras de vinho do Porto são responsáveis por atrair parte dos turistas ao Norte de Portugal por algumas razões, enumeradas por Miralles et al. (2008):

- Visita às caves do Vinho do Porto, que estão maioritariamente localizadas às margens do rio Douro em Vila Nova de Gaia, ao lado da cidade do Porto.
- Visita às Quintas localizadas no interior do país.

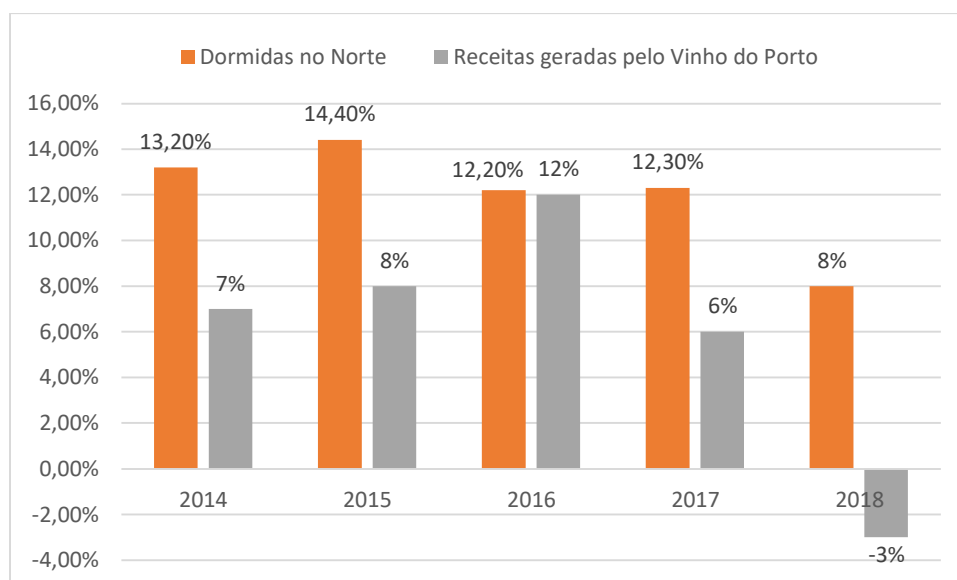
Para além das atrações enumeradas acima, outra atração que merece ser lembrada são as viagens de barco ao longo do Rio Douro, que estão ligadas com o turismo proporcionado pela região, contudo, sem relação direta com as empresas produtoras de vinho do Porto.

Isto ajuda a que o volume de negócios de vinho do Porto tenha alguma relação com o turismo da região, a nível de tendências de crescimento. Quando o turismo no Norte apresenta um

bom crescimento isso tem reflexo positivo nas vendas de vinho do Porto. Mas quando o crescimento do turismo na região abranda, o valor das vendas tende a sofrer.

O gráfico seguinte usa os dados relativos às receitas geradas na indústria do vinho do Porto disponibilizados pelo IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto). Nos anos de 2014 a 2017, o número de dormidas no Norte de Portugal cresceu anualmente sempre acima dos 10%, sendo que o crescimento anual das vendas de vinho do Porto atingiu em média cerca de 8%. Em 2018, contudo, quando a taxa de crescimento das dormidas de turistas baixou para os 8%, as vendas de vinho do Porto caíram 3%. A correlação obtida a partir destes dados não é perfeita, mas parece corroborar a leitura feita por Miralles et al. (2008).

Gráfico 7. Relação entre o crescimento das dormidas no Norte e o crescimento das vendas de Vinho do Porto



Fonte: IVDP (Instituto do Vinho do Douro e Porto) e INE

Centro: Apesar de não fazer parte do turismo mais procurado em território português, a região central também tem muito que oferecer aos visitantes. Por exemplo, a área de Viseu Dão Lafões, mais voltada para o turismo rural e com um reconhecimento muito forte em termos da sua reputação gastronómica e vinícola. A Região Demarcada do Dão é uma das regiões vinícolas mais reconhecidas e importantes de Portugal e evidentemente impulsiona parte do turismo gastronómico, rural e cultural da região. Com uma área de 20.000 hectares, estas vinhas são cultivadas em solos graníticos e protegidas dos ventos provenientes do Atlântico pelas serras do Caramulo, e dão origem e fama aos vinhos gastronómicos do Dão.

Também a região vitivinícola da Beira Interior merece ser referida neste contexto. Com 16.000 hectares, localizado na área rural, possui temperaturas negativas que são

características nos invernos da região, enquanto os verões são quentes e secos, caracterizando um pouco mais dos aspetos únicos que são oferecidos nas vinhas da Beira Interior.

Muito devido à riqueza vitivinícola da região, Kubeka (2019) afirma que apesar de Lisboa, Porto e as praias do Algarve serem de fato destinos turísticos muito apetecíveis, o futuro do turismo em Portugal pode passar por uma melhor exploração do centro do país.

A paisagem da região central é dominada pela grandeza montanhosa das serras, montes e vales verdejantes e pelo charme rural das aldeias históricas que pontuam a paisagem, como por exemplo Almeida, Castelo Rodrigo ou Piódão.

Esta região inclui, em especial, a serra mais famosa e ponto mais alto de Portugal Continental que é a Serra da Estrela. Mais a sul da Serra da Estrela, seguindo na região central, o Médio Tejo oferece barragens e praias fluviais misturadas com uma parte da história portuguesa, em meio a castelos e um convento templário, o Convento de Cristo localizado na cidade de Tomar, que acabou por se tornar património mundial da humanidade em 1983 pela UNESCO. É um dos principais atrativos do centro.

Contudo, talvez a principal atração da região Centro seja a histórica e famosa Coimbra, que abriga a conceituada Universidade de Coimbra, a mais antiga de Portugal. Coimbra fornece um ponto de contacto entre o turismo cultural e de praia, entre a grande cidade e o litoral, como a Figueira da Foz que recebe turistas em todos os verões, bem como as praias fluviais da região que são igualmente procuradas.

Os principais visitantes estrangeiros do Centro no ano de 2019 foram originários de Espanha, França, Brasil, Alemanha e Estados Unidos da América. Juntos representaram quase 60% das dormidas de não-residentes na região, todavia o turismo da região do Centro de Portugal tem uma importância maior para os residentes. Baseado no turismo total da região em 2019, 57% das dormidas eram de residentes em Portugal.

Tabela 4. Dormidas de turistas não-residentes no Centro de Portugal em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - CENTRO		%
Espanha	807255	25,9
França	343843	11,0
Brasil	312589	10,0
Alemanha	204880	6,6
Estados Unidos da América	172308	5,5
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES - CENTRO		3117975

Fonte: INE

Alentejo: Situa-se no sul de Portugal, entre o rio Tejo e o Algarve. Foi considerado pela renomada revista britânica *The Guardian* o local das melhores praias da Europa no ano de 2014. Apesar do seu reconhecimento ser recente, atualmente talvez já se possa dizer que o principal atrativo da região sejam essas praias. Contudo, o turismo rural, histórico e cultural sempre foi a principal imagem de marca do Alentejo. O Alentejo integra cidades como Elvas e Évora que estão listadas como património mundial pela UNESCO, razão que eleva a cultura da região a um patamar singular.

Com muitas vilas históricas, afastadas das grandes cidades, o Alentejo é a maior região de Portugal, representando cerca de 35% da área total de Portugal Continental (30% se incluirmos ilhas), mas apresentando uma densidade populacional muito baixa (cerca de 22 habitantes por km², que é de longe o valor mais baixo de entre as regiões NUTS II). Este facto ajuda a explicar parcialmente que a região de Portugal com maior extensão territorial seja substancialmente menos visitada que as demais. A região alentejana sofre com despovoação e regiões desérticas. Em 2019, o Alentejo tinha apenas cerca de 705.000 habitantes (representando menos de 7% da população de Portugal) o que claramente limita a qualidade das infraestruturas e o investimento para a indústria do turismo. Além de suas dificuldades próprias, a localização geográfica do Alentejo não favorece esta região. É vista como um espaço de “conexão” entre Lisboa e o Algarve, os dois pontos mais visitados pela grande maioria dos turistas, tanto estrangeiros quanto residentes.

De entre a origem dos principais turistas que visitam o Alentejo destacam-se Espanha, Alemanha, Brasil, Estados Unidos da América e França, que no total representaram aproximadamente 60% das dormidas totais de turistas estrangeiros na região no ano de 2019. Porém, assim como a região do Centro (mas no caso do Alentejo ainda de forma mais

evidente), o Alentejo é muito mais procurado por residentes. Em 2019 os residentes em Portugal foram responsáveis por aproximadamente 66% das dormidas no local.

Tabela 5. Dormidas de turistas não-residentes no Alentejo em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - ALENTEJO		%
Espanha	210917	21,1
Alemanha	105138	10,5
Brasil	94398	9,4
Estados Unidos da América	92162	9,2
França	85115	8,5
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES - ALENTEJO		1001351

Fonte: INE

Lisboa: A Área Metropolitana de Lisboa inclui a capital portuguesa, Lisboa, que é uma das cidades mais procuradas para turismo, sendo mencionada frequentemente como estando entre as 100 maiores recetoras de turistas do mundo, por vezes até entre as 20 maiores.

É uma cidade que foi influenciada por muitas culturas distantes ao longo do tempo, sendo que ainda há uma sensação de vila em cada bairro histórico. Esta característica, bem como a sua localização no contexto do país (posição central e junto ao mar), o seu património e o estuário do Rio Tejo, um marco da cidade de Lisboa, quer pela sua beleza e posição geográfica face à cidade quer por estar plenamente integrado com os mais conhecidos símbolos das descobertas marítimas de Portugal, fazem com que a capital portuguesa atraia vários tipos de pessoas e seja tão bem vista por turistas do mundo inteiro. É interessante notar que são poucas as grandes cidades que possuem uma entrada para cruzeiros tão apelativa. Lisboa ou Praga (através do Rio Moldava) são cidades que proporcionam essa experiência de forma intensa, apesar de algumas outras grandes cidades também proporcionarem uma experiência semelhante, mas com impacto menor. Por exemplo, os canais de Amsterdão oferecem algo parecido, porém cruzeiros dessa magnitude não circulam por lá.

Lisboa é uma cidade que oferece tanto uma boa quantidade de pontos históricos para visitas, como a Torre de Belém, o Museu de Lisboa ou o Mosteiro dos Jerónimos, bem como uma vida noturna agitada, típica de uma grande capital, mas relativamente concentrada e perto do centro histórico, o que torna a cidade ainda mais apelativa.

A capital portuguesa recebe uma diversidade enorme de turistas das mais variadas nações. Contudo, destacam-se (como quase sempre para as diversas regiões de Portugal) Brasil,

Espanha, França, Estados Unidos da América e Alemanha. Nos últimos cinco anos estes foram os países que sempre enviaram mais turistas a Lisboa. Em 2019, foram responsáveis por praticamente 50% de todas as dormidas estrangeiras na cidade.

Tabela 6. Dormidas de turistas não-residentes na A.M Lisboa em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - A.M LISBOA		%
Brasil	1590323	10,8
Espanha	1500961	10,2
França	1474331	10,0
Estados Unidos da América	1436803	9,8
Alemanha	1223486	8,3
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES – A. M. LISBOA		14725111

Fonte: INE

Algarve: O Algarve é a região mais a sul de Portugal e é reconhecida como um espaço com ótimas condições atmosféricas, com praias, espaços de lazer muito diversificados e também como contendo excelentes zonas verdes e serras. No geral, contudo, é procurado, principalmente, pelo turismo de sol e praias, sendo, neste domínio, um dos principais destinos de verão na Europa.

O turismo na região é ocupado principalmente pelo Reino Unido, Alemanha, Irlanda, Holanda e França. Em 2019, estes países foram responsáveis por aproximadamente 70% das dormidas totais no Algarve, merecendo destaque o caso dos britânicos, já tradicionalmente os principais visitantes do Algarve, por uma margem substancial.

Tabela 7. Dormidas de turistas não-residentes no Algarve em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - ALGARVE		%
Reino Unido	5916074	37,2
Alemanha	1870377	11,8
Irlanda	1389597	8,7
Holanda	1219837	7,7
França	1178976	7,4
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES – ALGARVE		15914511

Fonte: INE

Madeira: De origem vulcânica, a Ilha da Madeira tem formações rochosas, grandes vales e montanhas, localizada no norte do oceano Atlântico. A vegetação do local, conhecida como Floresta Laurissilva, foi declarada em 1999 Património Natural da Humanidade pela

UNESCO. Foi eleita diversas vezes como “Melhor Destino Turístico Insular” da Europa e do mundo pelo WTA – *World Travel Awards*.

O crescimento e desenvolvimento do turismo na Ilha da Madeira estiveram sempre ligados ao clima e à beleza da paisagem (Ouriques, 2007). Apesar de a Ilha da Madeira ser mais ligada ao paisagismo, existem outros fatores que enriquecem o turismo da região. A Madeira é conhecida pela produção de diversos produtos tais como bordados, bananas, abacates, cana-de-açúcar, o próprio vinho da Madeira, entre outros. A região investe no turismo, até pelas próprias limitações económicas que uma ilha dessa natureza sofre, e este investimento fez com que as infraestruturas turísticas sejam de elevada qualidade e que as empresas de aviação *low-cost* tenham apostado neste destino e tenham atraído muito turismo, inclusive através de voos diretos de países como Reino Unido, Polónia, Alemanha, Holanda e Luxemburgo.

Pertencente ao Arquipélago da Madeira, a Ilha de Porto Santo tem também crescido com o turismo, atraindo bastantes investimentos nesse domínio. Ainda durante o Verão de 2020, a revista Forbes classificou a ilha de Porto Santo como uma das mais seguras durante a pandemia da COVID-19.

Os principais visitantes da região Autónoma da Madeira são na grande maioria não-residentes. Em 2019 os estrangeiros foram responsáveis por praticamente 90% das dormidas na Ilha da Madeira, com destaque para a Alemanha, Reino Unido, França, Holanda e Polónia.

Tabela 8. Dormidas de turistas não-residentes no Região Autónoma da Madeira em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - MADEIRA		%
Alemanha	1749763	26,9
Reino Unido	1737718	26,7
França	658015	10,1
Holanda	281569	4,3
Polónia	278616	4,3
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES - MADEIRA		6516233

Fonte: INE

Açores: A região dos Açores é um arquipélago de nove ilhas localizadas no norte do Oceano Atlântico. Possui uma atividade turística principalmente voltada para reservas naturais, geoturismo e, claro, sol e praias. A região dos Açores é de difícil acesso uma vez que este arquipélago tem as ilhas relativamente distantes umas das outras, o que dificulta um pouco o turismo da região, sem falar da inevitável comparação com a Ilha da Madeira, o que pode

gerar um efeito de substituição na intenção de viagem dos turistas. Ainda com todas as dificuldades e desafios enfrentados pelo arquipélago açoriano, vários prémios já foram atribuídos à região: “Segundas Melhores Ilhas para o Turismo Sustentável” pela *National Geographic Traveller*, “Um dos Melhores Destinos Mundiais para a Observação de Cetáceos” pela *Sunday Telegraph*, Prémio “*Quality Coast – Coastal & Marine Union*” pela Comissão Europeia, entre outros.

No ano de 2019, os seus principais turistas foram oriundos da Alemanha, Estados Unidos da América, Espanha, França e Holanda.

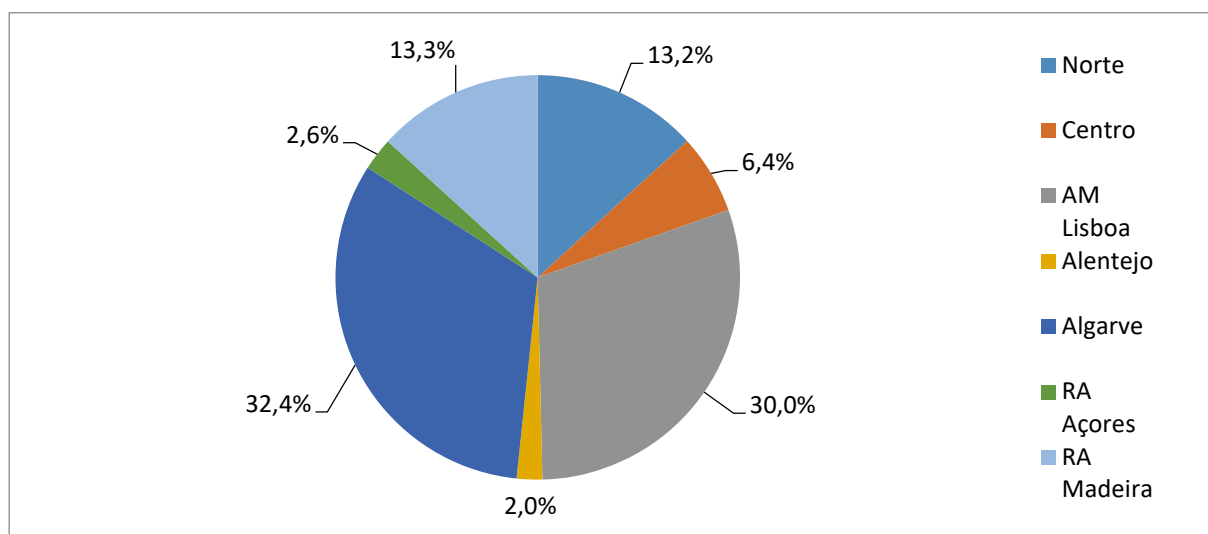
Tabela 9. Dormidas de turistas não-residentes na Região Autónoma dos Açores em 2019

DORMIDAS PORTUGAL 2019 - AÇORES		%
Alemanha	278880	21,8
Estados Unidos da América	214606	16,8
Espanha	113939	8,9
França	92769	7,2
Holanda	73536	5,7
DORMIDAS TOTAIS DE NÃO-RESIDENTES - AÇORES		1280006

Fonte: INE

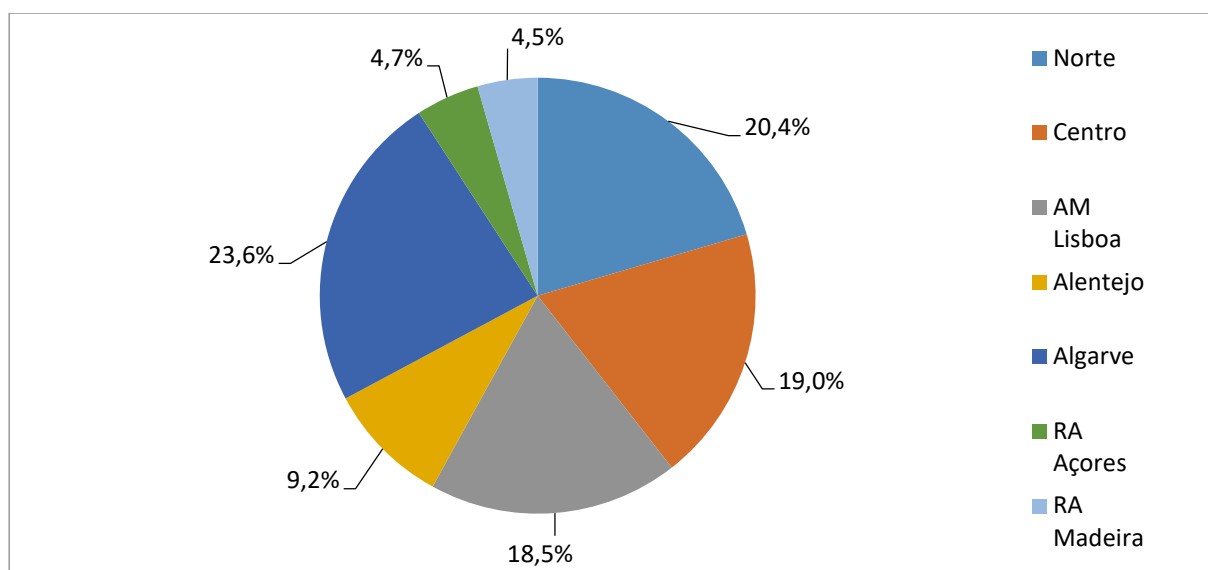
Em conclusão e retomando o que escrevemos no início deste subcapítulo, tomando como referência o número de dormidas por NUTS II as regiões mais procuradas pelos turistas não-residentes são, de longe, o Algarve e Lisboa, sendo que em termos relativos a Região Autónoma da Madeira tem também um peso grande. Para residentes, contudo, a procura por regiões é mais equilibrada. Os gráficos seguintes ilustram este facto com base nos dados de 2019 (i.e., pré-pandemia).

Gráfico 8. Dormidas de não-residentes no ano de 2019 nas regiões NUTS II



Fonte: INE

Gráfico 9. Dormidas de residentes no ano de 2019 nas regiões NUTS II



Fonte: INE

Como se disse, estes valores estão muito condicionados pelo tipo de turismo que estas regiões proporcionam: é natural que o turismo de sol e praia seja aquele que mais atraia o turista estrangeiro face às vantagens relativas de Portugal neste domínio. No entanto, é possível que o fraco conhecimento prévio das atrações das diversas regiões continue a influenciar bastante estes padrões. Isso é visível por um lado pelo diferente comportamento entre turistas residentes e não-residentes. Este fraco conhecimento relacionado com as demais regiões de

Portugal (que não o Algarve, Lisboa e Ilhas) pode ser visto no nosso “Inquérito ao Turismo de Não-Residentes” (ver Anexo), já explicado na introdução e mencionado acima, em que 27% das respostas relativas ao interesse turístico na região do Centro/Alentejo obtiveram como resposta a alternativa “Não tenho opinião”. É uma situação que talvez possa ser resolvida com uma ação de Marketing ou incentivo turístico por parte das autoridades da indústria em Portugal.

Um facto importante, que é um dos aspetos que iremos destacar nesta dissertação, é que as regiões foram atingidas de forma diferenciada pela crise do COVID-19. Em termos simples, o Alentejo foi a região que registou menor diminuição no número de dormidas em 2020 face a 2019, recuando 37,3%, enquanto os maiores decréscimos se registaram em Lisboa (-71,5%) e nos Açores (-71,1%). O mesmo se passou em termos genéricos para o número de hóspedes, como se mostra na tabela seguinte.

Tabela 10: Número de Hóspedes por Região NUTS II e variação 2019-2020.

	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira	Total (Portugal)
2013	2 996 651	2 241 208	4 469 396	792 277	3 241 351	345 211	1 119 327	15 205 421
2014	3 392 300	2 498 106	5 270 717	919 205	3 669 497	359 667	1 186 469	17 295 961
2015	3 882 255	2 879 206	5 759 648	1 058 492	3 842 267	444 140	1 278 231	19 144 239
2016	4 358 420	3 227 138	6 294 694	1 169 785	4 189 237	528 275	1 449 554	21 217 103
2017	4 892 605	3 805 166	7 135 483	1 369 619	4 517 862	615 822	1 549 015	23 885 572
2018	5 285 297	3 895 612	7 542 389	1 470 950	4 732 165	718 033	1 605 458	25 249 904
2019	5 873 026	4 118 656	8 216 681	1 616 058	5 064 067	771 688	1 482 240	27 142 416
2020	2 469 917	1 883 999	2 433 171	891 396	1 991 835	238 271	522 011	10 430 600
Varição 2019/2020	-57,9%	-54,3%	-70,4%	-44,8%	-60,7%	-69,1%	-64,8%	-61,6%

Fonte: INE

Ou seja, as regiões mais dependentes do turismo não-residente registaram naturalmente grandes quebras, embora, como iremos mostrar mais à frente, os receios provocados pela COVID-19 tenham sido também um fator importante nas escolhas dos turistas residentes, que além de terem diminuído em número, optaram mais (em termos relativos, face a anos anteriores) por destinos com menor aglomeração de pessoas e menores taxas de incidência da COVID-19, talvez a atração genérica do Algarve continue a ser bem evidente nos dados.

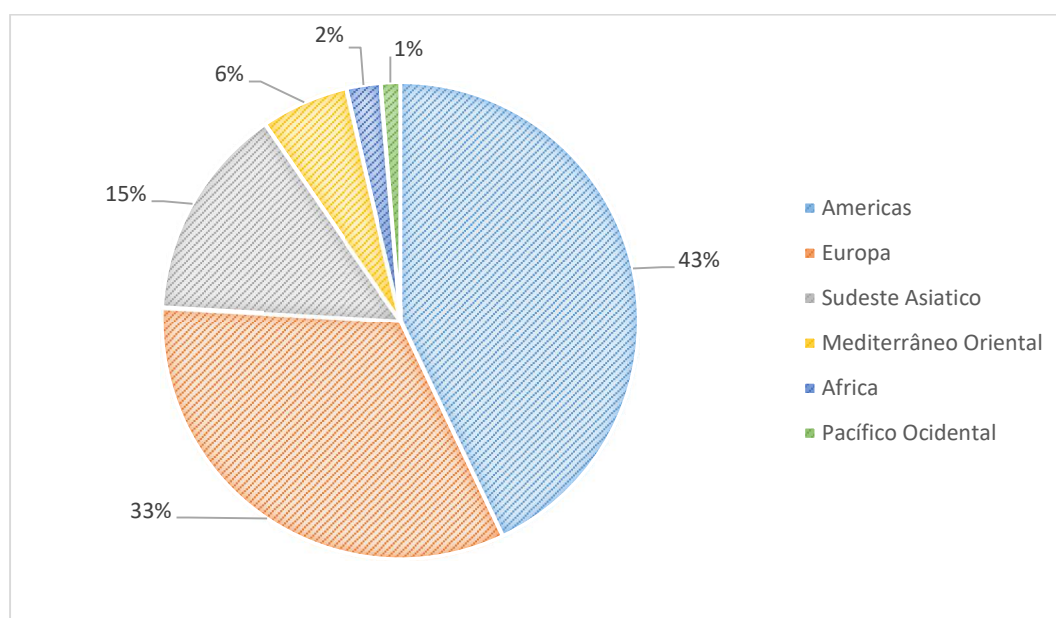
Nos capítulos IV e VII, esta dissertação debruçar-se-á um pouco mais sobre estes dados, quer apresentando um conjunto mais completo de indicadores quer testando a sensibilidade relativa do turismo nas diferentes regiões à pandemia.

II.2. Introdução à COVID-19

A COVID-19 é uma doença extremamente infecciosa que foi descoberta no fim de 2019 em *Wuhan*, no interior da China, e assolou o mundo inteiro no ano seguinte. O SARS-CoV-2 é uma pandemia que está causando pânico no mundo como há muito tempo não se via, gerando, só durante o ano de 2020, cerca de 82,5 milhões de casos confirmados e mais de 1,8 milhões de mortes no mundo inteiro, de acordo com os dados da OMS.⁸

Em termos relativos, e apesar dos primeiros casos terem surgido na China e no continente asiático em geral, as Américas e a Europa terão sido as regiões mais atingidas durante 2020, como se comprova no gráfico seguinte.

Gráfico 10. Proporção de infecção da COVID-19 pelas regiões do mundo, em 2020



Fonte: Portal de monitoramento do COVID-19 da OMS (<https://covid19.who.int/>)

Foi visto que a COVID-19 surgiu no interior da China, em *Wuhan*, no fim de 2019. Durante esse período, diversas fontes relataram “uma doença misteriosa” que estava a se espalhar com extrema velocidade pelo país. Contudo, a primeira morte oriunda do vírus só veio a ser reportada em janeiro de 2020. A partir deste momento, o vírus já se estava a disseminar para todos os outros cantos do mundo: os primeiros casos fora do epicentro da pandemia ocorreram no Japão, Coreia do Sul e Tailândia. Talvez seja seguro dizer que a proximidade geográfica entre esses países facilitou o acesso do vírus.

⁸ Os dados estão disponíveis em <https://covid19.who.int/>

Pouco tempo depois, o primeiro caso fora da Ásia foi confirmado, nos Estados Unidos. O contágio continuou rápido e atuando violentamente no mundo inteiro. Com a situação se alarmando foi declarado o estado de emergência global pela OMS no dia 30 de janeiro de 2020.

Em meados de fevereiro a primeira morte de COVID-19 atingiu a Europa, na França, e foi a partir desse momento que o continente europeu passou a ser uma das regiões mais afetadas. Não demorou muito até que a Itália e a Espanha passassem a reportar o maior número de casos da doença, tendo colocado grandes cidades como Milão, Madrid e Barcelona em completo *lockdown*.

No mesmo mês de fevereiro de 2020, em vários outros países, como no Irão e países da América Latina (principalmente o Brasil), pessoas passaram a apresentar sintomas da COVID-19, confirmando a gravidade da situação que a pandemia causou. Em pouco tempo o mundo inteiro já estava sujeito à contaminação e ao impacto da doença.

O que gera tanto medo no que diz respeito à COVID-19 é a sua facilidade na transmissão. De acordo com a CDC (*Centers for Disease Control and Prevention*), a doença é transmitida de duas formas principais: gotículas respiratórias e contato. “A disseminação de pessoa a pessoa ocorre principalmente por gotículas respiratórias, semelhante à disseminação da Influenza (ou gripe). O vírus libertado nas secreções respiratórias quando uma pessoa com infecção tosse, espirra ou fala pode infectar outras pessoas se entrar em contato direto com as membranas mucosas. A infecção também pode ocorrer por contato se uma pessoa tocar numa superfície infectada e depois tocar nos olhos, nariz ou boca, embora essa não seja a principal via de infecção” (Mcintosh & Bloom, 2020).

As pessoas são consideradas mais contagiosas quando estão sintomáticas. Porém, também foi comprovada a propagação do vírus na fase pré-sintomática, quando as pessoas estão no período de incubação. A transmissão no período pré-sintomático ajuda a explicar a alta transmissibilidade em domicílio e ambientes fechados, lares e entre profissionais de saúde. Estudos recentes sugerem que as pessoas podem ser infecciosas 1 a 3 dias antes do aparecimento dos sintomas e que a carga viral tende a cair após aproximadamente 1 semana de sintomas (Bhat et al., 2020; To et al., 2020). Casos mais graves podem transmitir o vírus por mais tempo.

O INSA (Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge) identificou, até ao início de 2021, diversas variantes genéticas do vírus na amostragem nacional. A primeira variante a ter

registro foi inicialmente detetada na Espanha. Seguiram-se outras variantes, algumas de origem indefinida, outras oriundas ou classificadas como provenientes do Reino Unido, África do Sul, Brasil, Estados Unidos da América, Bélgica, Holanda e Índia. A variante conhecida como variante inglesa ganhou peso rápido no início de 2021 e terá sido responsável pelo crescimento súbito de casos em Portugal e por toda a Europa, levando a novos confinamentos e, no caso de Portugal, ao encerramento de escolas no fim do mês de janeiro de 2021. Subsequentemente, já foram identificadas outras variantes com expressão significativa em Portugal e no mundo, como as mencionadas variantes da África do Sul, Brasil e Índia, o que tem ajudado a manter o nível de preocupação com a doença e com a própria eficácia das vacinas entretanto desenvolvidas.

Os grupos de risco da doença incluem: pessoas com idade avançada, pessoas com doença crónica (como doenças cardíacas, pulmonar, hipertensão arterial, entre outros) e pessoas com sistema imunitário comprometido, como por exemplo pacientes em tratamento de quimioterapia. Contudo, com a referida evolução do vírus, tem-se verificado uma disseminação e um grau elevado de incidência da doença cada vez mais transversal aos vários grupos etários.

A estes dados acresce a conclusão, cada vez mais clara, de que a resolução desta pandemia, com um efeito tão destrutivo em todos os países do mundo, irá requerer uma resposta igualitária ou minimamente equilibrada a nível geográfico e económico, independentemente do nível de riqueza de cada país. Não faria sentido uma política de contenção e de resposta mais incisiva em nações mais ricas se a COVID-19 é uma praga que se espalha tão facilmente, pois mesmo os países mais desenvolvidos estariam para sempre sujeitos a um recrudescimento dos níveis de contaminação. É neste sentido que a própria estratégia de vacinação fomentada pela OMS insiste num acesso universal às vacinas contra a COVID-19, incluindo os países de baixo e médio rendimento.

II.3. Procedimento de vacinação Europeu

A vacinação na União Europeia (UE) teve seu início nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2020 com a aprovação de vários contratos que totalizaram 2,3 mil milhões de doses de futuras vacinas. Os contratos iniciais foram firmados com as seguintes empresas, que vieram a desenvolver uma vacina em tempo recorde:

- BioNTech-Pfizer
- AstraZeneca
- Sanofi-GSK
- Johnson and Johnson
- CureVac
- Moderna
- Novavax
- Valneva

A vacinação começou através da BioNTech-Pfizer, que foram as primeiras a desenvolver e entregar uma solução eficiente em Portugal. Outras vacinas foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo, porém algumas delas sofreram certa resistência por parte da população uma vez que algumas pessoas que foram vacinadas apresentaram efeitos colaterais. Por exemplo, alguns casos de vacinação ministrada pela AstraZeneca causaram um problema incomum de coágulos sanguíneos. Uma vez que a da Johnson & Johnson é baseada na mesma tecnologia, foi acusada também de oferecer os mesmos sintomas indesejados. É claro que uma vez que a população fica receosa de receber uma vacina que pode (ainda que raramente) oferecer efeitos colaterais graves, atrasa o processo de vacinação do país.

A estratégia da UE assenta em dois pilares:

- Garantir a produção de vacinas na UE e suprimentos suficientes para seus Estados Membros por meio de acordos de compra antecipada com produtores de vacinas por meio do Instrumento de Suporte Emergencial, além de um possível financiamento adicional que pode ser viabilizado através desses acordos.
- Adaptar o quadro regulamentar da UE à atual urgência e fazer uso de flexibilidade regulatória existente para acelerar o desenvolvimento, autorização e disponibilidade de vacinas, mantendo os padrões de qualidade, segurança e eficácia das mesmas.

A estratégia da Comissão Europeia tem os seguintes objetivos:

- Garantir a qualidade, segurança e eficácia das vacinas.
- Garantir o acesso rápido às vacinas para os Estados Membros e suas populações, enquanto lidera o esforço de solidariedade global.
- Garantir o acesso equitativo a uma vacina o mais cedo possível.

Inicialmente, o principal desafio foi fazer uso efetivo desses acordos de compra com as produtoras em nome dos Estados-membros da União Europeia. Esses acordos têm por objetivo principal a compra antecipada e o direito da aquisição de um determinado número de doses das vacinas produzidas em determinado período. A Comissão celebrou a efetivação desses acordos de aquisição com os produtores de vacinas em nome dos Estados-Membros. Como contrapartida do direito de comprar um determinado número de doses de vacinas num determinado prazo e a um determinado preço, a Comissão financiou uma parte dos custos iniciais dos produtores de vacinas a partir da dotação de 2,7 mil milhões de EUR do Instrumento de Apoio de Emergência.

O financiamento disponibilizado pela Comissão naturalmente possui critérios. É levado em consideração: solidez da abordagem científica e tecnologia utilizada, velocidade de entrega em larga escala, custo, partilha de risco, responsabilidade, cobertura de diferentes tecnologias, envolvimento precoce com reguladores da UE, solidariedade global e capacidade de fornecimento por meio do desenvolvimento da capacidade de produção dentro da UE. O objetivo é transferir alguns dos riscos da indústria para as autoridades públicas visando garantir aos Estados-Membros o acesso equitativo e acessível a uma vacina, caso se torne disponível.

Em 19 de janeiro de 2021, a Comissão Europeia adotou uma comunicação exortando os Estados-Membros para que acelerem a implantação das vacinas em toda a UE. Até ao final de março de 2021, cada Estado-Membro deveria ter vacinado pelo menos 80% das pessoas com mais de 80 anos e 80% dos profissionais de saúde e da assistência social. Até ao verão de 2021, os Estados-Membros deveriam ter vacinado pelo menos 70% de toda a população adulta.

Em 29 de março de 2021, a Comissão organizou o primeiro encontro pan-europeu com mais de 300 empresas participantes de 25 Estados-Membros tendo em vista aumentar a capacidade de produção de vacinas contra a COVID-19 em toda a Europa e eliminar os estrangulamentos. O evento visou acelerar as interligações entre produtores de vacinas e empresas de serviços, tais como as organizações subcontratantes que desenvolvem e fabricam, efetuam o

enchimento e o acabamento, produtores de equipamento e outras, com vista a melhorar o planeamento da produção atual e futura de vacinas na Europa.

II.4. Medidas tomadas ao ano de 2020 pelo governo português

Com a COVID-19 saindo da Ásia e atacando violentamente o continente europeu, as autoridades passaram a atuar com mais rigor. No caso de Portugal a resposta incluiu várias medidas de relevo, que apresentamos aqui brevemente, seguindo um critério cronológico e tomando como base os documentos oficiais do Governo⁹. Com início no dia 18 de março de 2020, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, declarou o Estado de Emergência “com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública”. O período do Estado de Emergência foi de 15 dias, uma vez que a quarentena deveria acabar com o prazo de contaminação do vírus.

Dado que as medidas iniciais não interromperam o aumento no número de casos, o governo instituiu novas medidas mais restritivas e a situação de calamidade foi prolongada até ao dia 30 de junho de 2020. Além das medidas padrão de segurança estabelecidas pela OMS (como o distanciamento social e o uso das máscaras), o governo determinou neste período as seguintes regras em território nacional:

- Confinamento obrigatório para pessoas doentes com COVID-19 e em vigilância ativa;
- Dever cívico de recolhimento domiciliário;
- Proibição de ajuntamentos com mais de 20 pessoas, exceto se pertencerem ao mesmo agregado familiar;
- Uso obrigatório de máscara ou viseira em transportes públicos (utentes e trabalhadores), nos serviços de atendimento ao público, nas escolas (funcionários, professores e alunos) e nos estabelecimentos comerciais e de serviços abertos ao público. A obrigatoriedade do uso de máscara ou viseira apenas é aplicável aos cidadãos e às cidadãs com idade superior a 10 anos e pode ser dispensada com base em declaração médica que ateste que a condição clínica da pessoa não se coaduna com o uso de máscaras ou viseiras;
- Lotação máxima de 2/3 dos passageiros e uso obrigatório de máscara ou viseira pelos ocupantes nos veículos de transporte de passageiros com lotação superior a cinco pessoas, excetuando-se os casos em que todos os ocupantes integrem o mesmo agregado familiar.

⁹ A fonte principal foi o sítio do Governo: <https://www.acm.gov.pt/-/covid-19-medidas-orientacoes-e-recomendacoes>.

Na sequência da evolução mais favorável da situação epidemiológica da COVID-19, o XXII Governo Constitucional aprovou, em 30 de abril de 2020, a resolução que iniciou o processo de desconfinamento no país. As medidas foram divididas entre as regiões de Lisboa e do resto do território nacional, devido ao elevado número de casos que persistiu na região de Lisboa. Assim, para a Área Metropolitana de Lisboa foi aplicada a Situação de Contingência, enquanto no resto do país foi aplicada a Situação de Alerta. No geral, as novas mudanças durante o período foram:

Situação de Contingência (A. M. Lisboa):

- Os horários dos estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços passaram a poder ser adaptados pelo presidente da Câmara Municipal territorialmente competente, mediante parecer favorável da autoridade de saúde local e das forças de segurança;
- Encerramento dos estabelecimentos comerciais às 20 horas, exceto:
 - Restauração para serviço de refeições e *take-away*;
 - Super e hipermercados (até às 22 horas);
 - Abastecimento de combustíveis;
 - Clínicas, consultórios e veterinários;
 - Farmácias;
 - Funerárias;
 - Equipamentos desportivos;
 - Aluguer de veículos;
 - Estabelecimento no interior do aeroporto de Lisboa.

Situação de Alerta (Território Nacional com excessão de Lisboa)

- Os estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços podiam abrir antes das 10 horas;
- Confinamento obrigatório para doentes e pessoas em vigilância ativa.
- Mantêm-se as regras sobre o distanciamento físico, uso de máscara, lotação, horários e higienização.
- Ajuntamentos limitados a 20 pessoas.
- Proibição de consumo de álcool na via pública.
- Os bares e as discotecas podiam funcionar como cafés ou pastelarias até às 01:00 horas (com limite de entrada às 24:00 horas).

- Contraordenações (em caso de violação das regras em vigor): 100,00 € a 500,00 € (pessoas singulares), ou 1.000,00 € a 5.000,00 € (pessoas coletivas).

De 15 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2020 foi aplicada a Situação de Contingência a todo o território de Portugal Continental, incluindo a A. M. Lisboa. As mudanças desta vez foram:

- Ajuntamentos limitados a 10 pessoas;
- Estabelecimentos comerciais não podem abrir antes das 10h (com exceções);
- Horário de encerramento dos estabelecimentos entre as 20h e as 23h, por decisão municipal;
- Em áreas de restauração de centros comerciais, limite máximo de 4 pessoas por grupo;
- Proibição de venda de bebidas alcoólicas nas estações de serviço e, a partir das 20h, em todos os estabelecimentos (salvo refeições);
- Proibição de consumo de bebidas alcoólicas na via pública;
- Regresso às aulas em regime presencial com:
 - Readaptação do funcionamento das escolas à nova realidade sanitária;
 - Planos de contingência em todas as escolas;
 - Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual;
- Referencial de atuação perante caso suspeito, caso positivo ou surtos;
- Nos restaurantes, cafés e pastelarias a 300m das escolas, limite máximo de 4 pessoas por grupo;
- Brigadas distritais de intervenção rápida para contenção e estabilização de surtos em lares;
- Recintos desportivos continuam sem público.

Como se disse, as decisões acima foram aplicadas a toda Portugal Continental, contudo, cidades mais populosas e, naturalmente, de maior risco, como Lisboa e Porto sofreram algumas regras adicionais. Foram elas:

- Equipas em espelho:
 - Escalas de rotatividade entre teletrabalho e trabalho presencial;
- Desfasamento obrigatório de horários:
 - Horários diferenciados de entrada e saída;
 - Horários diferenciados de pausas e refeições;

- Redução de movimentos pendulares.

No dia 27 de outubro de 2020, foi publicada, em Diário da República, a Lei n.º 62-A/2020 que determinou, a título excepcional, a obrigatoriedade do uso de máscara por pessoas com idade a partir dos 10 anos para o acesso, circulação ou permanência nos espaços e vias públicas sempre que o distanciamento físico recomendado pelas autoridades de saúde se mostre impraticável.

Já no dia 23 de dezembro de 2020 foi decretada a proibição da circulação na via pública (em qualquer conselho) durante o período das 23:00 até as 05:00 do dia seguinte. Algumas medidas de segurança foram tomadas para o fim do ano. Medidas anteriores foram mantidas, porém, o Governo Português procedeu com novas medidas de segurança para o período do Natal e do Ano novo: medidas essas que prevaleceram de 24 de dezembro de 2020 até 7 de janeiro de 2021. As principais medidas tomadas foram:

Para o período do Natal:

- Circulação entre concelhos: permitida.
- Circulação na via pública:
 - Noite de 23 para 24: permitida apenas para quem se encontre em viagem;
 - Dias 24 e 25: permitida até às 02h00 do dia seguinte;
 - Dia 26: permitida até às 23h00.
- Horários de funcionamento:
 - Nas noites de 24 e 25, funcionamento dos restaurantes permitido até à 01h.
 - No dia 26, funcionamento dos restaurantes permitido até às 15h30 nos concelhos de risco muito elevado e extremo.
 - Nos dias 24 e 25 os horários de encerramento não se aplicam aos estabelecimentos culturais.

Para o período do Ano Novo:

- Circulação entre concelhos:
 - Proibida entre as 00h00 de 31/12 e as 05h00 de 4/01.
- Circulação na via pública para todo o território continental:
 - No dia 31/12, proibida a partir das 23h00;
 - Nos dias 1, 2 e 3/01, proibida a partir das 13h00.
- Horários de funcionamento em todo o território continental:

- No dia 31/12, funcionamento dos restaurantes permitido até às 22h30.
- Nos dias 1, 2 e 3/01, funcionamento dos restaurantes permitido até às 13h00, exceto para entregas ao domicílio.
- Proibidas festas públicas ou abertas ao público.
- Proibir ajuntamentos na via pública com mais de 6 pessoas.

Essas medidas de Natal e Ano Novo mostraram-se ineficientes, uma vez que os números continuaram a subir mesmo na passagem do ano. Em consequência, Portugal iniciou o ano de 2021 em estado de emergência.

II.5. A vulnerabilidade do setor turístico a choques externos. O caso específico do “fator medo” e outros.

Um dos aspetos que pode influenciar as tendências do turismo é aquilo que podemos designar como efeito substituição: é natural que haja uma alteração dos padrões de procura turística quando algum destino suscita preocupações de natureza política, social, económica e ambiental, ou quando surge um destino alternativo mais convidativo em termos de preço ou de qualidade da oferta.

Este efeito pode atingir dimensões extremas quando as preocupações em causa suscitam receio de viajar para uma determinada região do mundo ou simplesmente um receio de viajar a nível global. Muitas das crises turísticas observadas em anos recentes têm como denominador comum este “fator medo”, cujo impacto parece superar claramente o efeito no turismo causado por crises económicas e financeiras. Em concreto, a literatura a este respeito sugere que as limitações à mobilidade e o “medo” de viajar são as razões principais para a quebra do número de turistas em determinados períodos ou regiões.

De facto, quando se trata do instinto de segurança do ser humano, não importa quão bons sejam os atrativos de um país destino para um turista. Se uma situação alarmante ocorrer, haverá impacto negativo. As pessoas tendem a fugir de situações onde estarão expostas a algum tipo de perigo, como sintetiza Korstanje (2011): “Falando antropologicamente, pode-se especular que evitar riscos é um comportamento natural em sociedades sedentárias devido ao surgimento de necessidades de proteção.” Choques como a crise sanitária do Ébola, a crise social e humanitária da primavera árabe e a própria gripe provocada pelo vírus H1N1 certamente afastaram possíveis visitantes das regiões mais atingidas por estes fenómenos (e por vezes também das regiões vizinhas) durante o período em que ocorreram, devido a esse instinto de proteção do ser humano. Contudo, este fenómeno pode ter dimensões globais relevantes, como foi o caso do período que se seguiu aos ataques terroristas de 2001 aos Estados Unidos da América. Um dos argumentos que fazemos neste estudo é que este “efeito-medo” esteve com certeza presente no comportamento do turismo durante 2020 devido à pandemia da COVID-19, ajudando a explicar em parte a dimensão da quebra da atividade turística global (e, em consequência, do crescimento económico nos países mais expostos ao turismo) e levantando dúvidas sobre de que forma é que se irá processar a retoma do setor.

O caso dos ataques terroristas de 2001 aos Estados Unidos da América encerra algumas lições a este respeito, que talvez sejam úteis para projetar o pós-COVID. Os Estados Unidos da

América, terceiro país mais visitado do mundo em números de chegadas de turistas não-residentes, de acordo com o Indexmundi, sofreu um grande impacto em 2001. O ataque terrorista de 11 de setembro ao *World Trade Center* em Nova Iorque e a outras instituições americanas é com certeza um dos maiores atentados vividos nos tempos modernos. Talvez seja seguro dizer que além do medo, o atentado de 2001 gerou uma crise de confiança, semelhante à que a COVID-19 está a provocar.

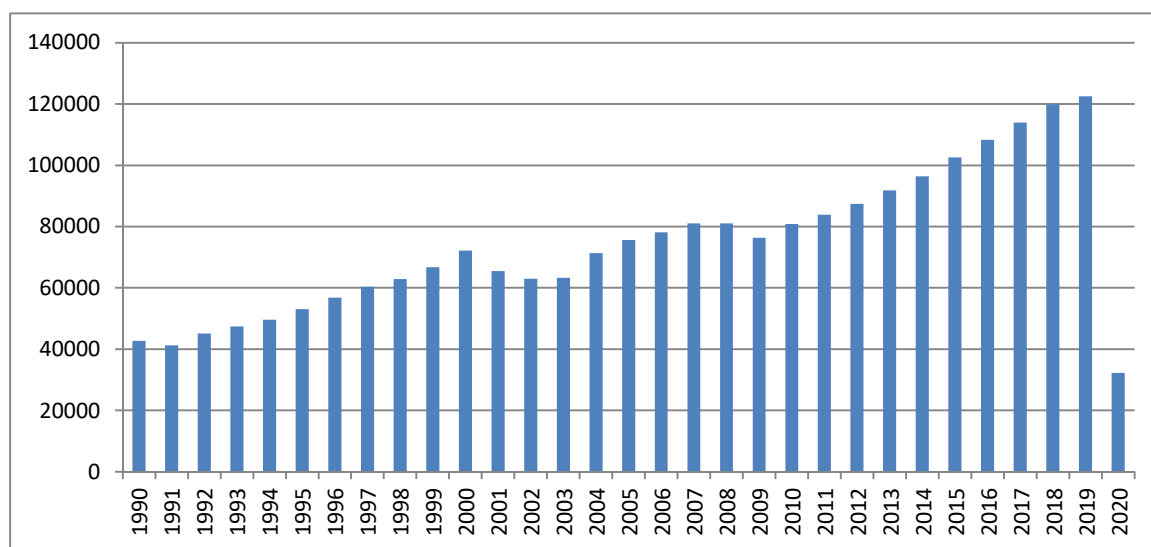
Apesar de o ataque ter ocorrido nos Estados Unidos da América e claramente este ser o país que mais sofreu com o ocorrido, todo o mundo foi impactado na indústria do turismo. Neste fatídico dia, os voos 11 e 77 da *American Airlines* e os voos 175 e 93 da *United Airlines*, foram sequestrados por um grupo terrorista, servindo de instrumento direto para o ataque.

Por esta razão, para além do efeito imediato dos ataques, as indústrias do turismo e da aviação entraram em colapso: não havia como prever ou garantir a prevenção de um possível novo ataque, que poderia ocorrer em qualquer altura e lugar do mundo. Sendo assim, inúmeros voos foram cancelados e os que continuaram a operar tinham poucos viajantes, independentemente do destino. Essa situação acabou por afetar a economia do turismo em praticamente todos os países, de todos os continentes.

Os números apresentados no gráfico seguinte mostram a quebra de visitas turísticas aos EUA na sequência do evento e o efeito relativamente duradouro deste fenómeno. Como seria de esperar, em 2001 os números registaram logo uma baixa significativa (cerca de 7 milhões face a 2000: ou seja, 9%), mas a chegada de viajantes internacionais só atingiu um valor mínimo em meados de 2002, só regressando aos níveis pré-ataques em 2005 (isto é, 4 anos depois). Entre 2000 e 2002, o número de chegadas de turistas internacionais caiu mais de 9 milhões, ou cerca de 13% face ao valor de 2000.

Dito isto, pode-se dizer mesmo assim que, face à dimensão e impacto do ocorrido, a recuperação do turismo americano foi muito eficaz. Até 2020, o turismo americano esteve em alta, apresentando uma nítida tendência positiva, sendo de realçar a propósito que o efeito negativo da crise financeira de 2008/2009 também é visível no número de turistas internacionais chegados aos EUA nesse período, mas o impacto foi claramente menor e, sobretudo, mais passageiro do que o verificado após os atentados de 2001, como se comprova no mesmo gráfico.

Gráfico 11. Chegada de turistas internacionais aos aeroportos dos Estados Unidos da América (1990-2020)



Fonte: <https://www.bts.gov/content/air-passenger-travel-arrivals-united-states-selected-foreign-countries-thousands-passengers>

É claro que esta tendência positiva durou apenas até 2019, uma vez que os Estados Unidos da América foi um dos países mais afetados durante o ano de 2020 pela COVID-19. Porém, como foi visto, essa não é a primeira crise de confiança turística que os Estados Unidos da América enfrentam, pelo que há lições que podem ser retiradas da experiência de 2001 (quer para os EUA quer para muitos outros países agora afetados pela pandemia). É natural que as medidas de apoio económico sejam ineficazes no atual momento e que a questão sanitária continue a determinar a apetência das pessoas para viajar, contudo há algumas soluções direcionadas para o setor turístico e para a confiança dos consumidores que podem funcionar como catalisador de uma retoma mais rápida.

De acordo com Blake & Sinclair (2003), as medidas mais importantes tomadas pelo governo americano em 2001 no sentido de suportar a retoma do turismo foram:

1. Fornecer um crédito de imposto de \$ 500 para despesas com viagens domésticas em avião, cruzeiro, trem, ônibus, aluguel de carro e acomodação;
2. Modernizar programas de empréstimo para pequenas empresas;
3. Conceder um crédito fiscal à força de trabalho para empregos na indústria de turismo e viagens;
4. Organizar financiamento federal para campanhas de marketing;
5. Estender as deduções fiscais para equilibrar as perdas comerciais com os ganhos futuros;

6. Obter dedutibilidade fiscal total para despesas de entretenimento de negócios que estavam em um nível de 50% apenas face ao período pré-ataques.

Dito isto, quando verificamos a ascensão muito gradual que o turismo americano apresentou depois desses ataques é difícil argumentar que estas medidas foram eficazes. Em vez disso, é mais razoável supor que a recuperação do turismo terá sido sobretudo uma questão de adaptação à nova realidade, um conceito que tem relevância também para a situação atual. A principal dificuldade enfrentada com a pandemia causada pela COVID-19 é a natureza diferente do “inimigo”, mais imprevisível e invisível, sabendo-se pouco sobre a sua dinâmica. Nem a vacinação da população garante uma saída segura da crise, devido às dúvidas que persistem quanto à sua eficácia e aos riscos que novas variantes podem colocar.

Em todo o caso, é de notar que os americanos anunciaram já algumas medidas de recuperação do turismo, incluindo um pacote legal que promete fornecer assistência tão necessária à devastada indústria turística e de viagens dos Estados Unidos. Este projeto fornecerá apoio por meio de inúmeras medidas de incentivo e alívio, como um crédito fiscal temporário para empresas para revitalizar reuniões de negócios, conferências e outros eventos. Ainda assim, os responsáveis reconhecem que a implementação e eficácia desta medida e de outras semelhantes dependem em larga medida da vacinação. Seguindo as informações da autoridade turística dos Estados Unidos, apresentados em agosto de 2020, 87% dos americanos já possuem planos de voltar às viagens mantidas pré-pandemia e, segundo o GBTA (*Global Business Travel Association*), 84% dos membros dizem estar confortáveis em voltar a viajar em negócios uma vez vacinados.

Não obstante a reconhecida importância da vacinação, é de notar que apesar da taxa de vacinação de grupos de risco, como pessoas acima de 65 anos, já estar próxima dos 100%, a taxa de vacinação geral nos Estados Unidos da América ainda está longe do ideal. Em finais de Novembro de 2021, a taxa de vacinação total era de apenas 59%, apesar de que 70% dos americanos já estavam com a primeira dose. Perante isto, e tendo em conta a informação que vai surgindo sobre novas variantes ou a eficácia das vacinas, é natural que estas perspetivas enunciadas em agosto de 2020 estejam em revisão frequente.

III. Dados da Atividade Turística em Portugal durante 2020

Já salientamos a grande importância que a atividade do turismo tem para a economia portuguesa e para o financiamento da mesma. Foi visto também que, antes da pandemia da COVID-19, a indústria estava a registar um crescimento contínuo e significativo e que em 2020 houve uma quebra substancial do número de turistas e das receitas geradas pelo setor. Este capítulo visa apresentar em maior detalhe a quebra verificada no turismo em Portugal durante 2020, através do recurso aos indicadores tradicionais da atividade turística e da sua decomposição (por região de destino ou de origem, por exemplo), quando a mesma se justificar.

As tabelas abaixo identificam, em termos agregados nacionais, o impacto sofrido nos principais indicadores do turismo: hóspedes, dormidas, taxa de ocupação, RevPAR e Proveitos Totais. Também é destacada a diferença nos números referentes a residentes e não-residentes, que ajudam a demonstrar a quebra significativamente maior no que diz respeito aos turistas não-residentes, refletindo sobretudo os maiores constrangimentos à mobilidade entre países e o maior receio em viajar para destinos distantes.

Tabela 11. Principais indicadores do turismo português de 2017 a 2020

	HÓSPEDES TOTAIS	DORMIDAS TOTAIS	RevPAR (euros)	PROVEITOS TOTAIS (milhares de euros)	TAXA DE OCUPAÇÃO (CAMA, %)
2017	23 885 572	64 965 741	46,7	3 681 207	49,0
2018	25 249 904	67 076 459	48,5	3 986 553	48,0
2019	27 142 416	70 158 964	49,4	4 295 814	47,3
2020	10.430.600	25 798 299	22,6	1 445 682	24,1
Varição 2019/2020	-61,6%	-63,2%	-54,2%	-66,3%	-23,2 pontos percentuais (p.p.)

Fonte: Relatório da Atividade Turística do INE: Setembro/2021

Tabela 12. Principais indicadores do turismo português de 2016 a 2020 (Hóspedes e Dormidas de Residentes e Não-Residentes)

	HÓSPEDES RESIDENTES	DORMIDAS RESIDENTES	HÓSPEDES NÃO-RESIDENTES	DORMIDAS NÃO-RESIDENTES
2016	8 686 097	17 326 870	12 531 006	41 560 536
2017	9 354 421	18 548 891	14 531 151	46 416 850
2018	9 928 164	19 827 034	15 227 164	47 249 425
2019	10 732 302	21 107 132	16 410 114	49 051 832
2020	6 525 655	13 598 609	3 904 945	12 199 690
Varição 2019/2020	-39,2%	-35,6%	-76,2%	-75,1%

Fonte: Relatório da Atividade Turística do INE: Setembro/2021

De acordo com os dados do INE, os estabelecimentos de alojamento turístico terão registado, durante o ano de 2020, cerca 10,4 milhões de hóspedes e 26 milhões de dormidas, que correspondem a quebras ligeiramente superiores a 60% face a 2019. O mercado interno (residentes) contribuiu com 13,6 milhões de dormidas (-35,6% que em 2019) e os mercados externos (não-residentes) com 12,2 milhões de dormidas (-75,1%). Desde 1993, ano em que se registaram 23,6 milhões de dormidas, que não se observava um número de dormidas tão reduzido como o verificado em 2020. De resto, os indicadores monetários ou qualitativos, como o RevPAR (-54,2%) e os Proveitos Totais (-66,3%) acabaram por acompanhar as quebras verificadas nas variáveis quantitativas.

Estes valores agregados são compostos, contudo, por realidades diferentes, quer a nível dos países de origem quer a nível regional. As tabelas seguintes decompõem a quebra no número de hóspedes por principais países de origem e do número de dormidas por região NUTS II.

Tabela 13: Principais hóspedes por país de residência e variação 2019-2020

	Espanha	Reino Unido	França	Alemanha	Brasil	EUA	Itália	Países Baixos
Hóspedes 2019	2 285 829	2 145 902	1 623 207	1 541 398	1 281 675	1 202 247	722 115	598 375
Hóspedes 2020	795 290	456 639	470 695	438 321	272 884	133 056	162 028	179 947
Varição	-65,2%	-78,7%	-71,0%	-71,6%	-78,7%	-88,9%	-77,6%	-69,9%

Fonte: INE

Tabela 14: Número de Dormidas em Portugal por Região NUTS II e variação 2019-2020.

	PORTUGAL (TOTAL)			Residentes			Não-Residentes		
	2020	2019	Varição 2019/2020	2020	2019	Varição 2019/2020	2020	2019	Varição 2019/2020
Total	25 798 299	70 158 964	-63,2%	13 598 609	21 107 132	-35,6%	12 199 690	49 051 832	-75,1%
Norte	4 366 056	10 810 712	-59,6%	2 749 967	4 314 067	-36,3%	1 616 089	6 496 645	-75,1%
Centro	3 362 011	7 134 863	-52,9%	2 614 902	4 016 888	-34,9%	747 109	3 117 975	-76,0%
AM Lisboa	5 254 354	18 639 062	-71,8%	1 940 933	3 913 951	-50,4%	3 313 421	14 725 111	-77,5%
Alentejo	1 829 255	2 938 830	-37,8%	1 488 438	1 937 479	-23,2%	340 817	1 001 351	-66,0%
Algarve	7 890 711	20 900 495	-62,2%	3 813 998	4 985 984	-23,5%	4 076 713	15 914 511	-74,4%
RA Açores	654 376	2 277 805	-71,3%	459 427	997 799	-54,0%	194 949	1 280 006	-84,8%
RA Madeira	2 441 536	7 457 197	-67,3%	530 944	940 964	-43,6%	1 910 592	6 516 233	-70,7%

Fonte: INE

Há ainda outros indicadores importantes que confirmam a dimensão da forte quebra verificada em 2020 e a distribuição regional da mesma. A taxa de ocupação mede o nível de vendas do estabelecimento em determinado período face à sua capacidade instalada. A tabela abaixo demonstra a quebra verificada em 2020, no total e por regiões NUTS II, usando como referência da capacidade instalada o número de camas disponíveis. Como se vê, em 2020, a taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos turísticos em Portugal caiu 23,2 pontos percentuais face a 2019.

Tabela 15. Taxa líquida de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros por regiões NUTS II e variação 2019-2020, em pontos percentuais (p.p.)

TAXA DE OCUPAÇÃO-CAMA (%)					
NUTS II	2017	2018	2019	2020	Varição 2019-2020 (p.p.)
Norte	42,0	42,6	42,6	22,3	-20,3
Centro	34,3	32,8	32,8	19,8	-13,0
A. M. Lisboa	58,4	58,6	56,8	23,1	-33,7
Alentejo	32,1	33,2	34,0	25,9	-8,1
Algarve	51,6	50,2	50,1	26,9	-23,2
Açores	47,5	42,8	43,5	19,5	-24,0
Madeira	66,2	62,4	58,0	30,8	-27,2
Total Global	49,0	48,0	47,3	24,1	-23,2

Fonte: INE

Para além da quebra generalizada da taxa de ocupação, é interessante notar em especial que no ano de 2020 a região do Alentejo apresentou uma das mais elevadas taxas de ocupação-cama entre as regiões NUTS II do Continente, sendo que nos anos anteriores era a região com pior ou segundo pior valor, à frente apenas da região Centro.

Aliás, são vários os indicadores que confirmam que o Alentejo foi a região de Portugal na qual o setor do turismo menos sofreu, em termos relativos, durante 2020.

Uma das razões para esse desempenho relativamente melhor terá sido a ausência de restrições para viagens domésticas, o que motivou os turistas portugueses a conhecer áreas habitualmente menos exploradas, como a alentejana. No geral, contudo, os indicadores de turismo no Alentejo sugerem que houve uma deslocação relativa substancial do turismo de residentes e não-residentes para o Alentejo face a outras regiões, cuja dimensão (que iremos estimar no capítulo VII) dificilmente é explicável apenas pela maior disponibilidade para viajar para novos destinos. Pelo contrário, os dados sugerem que o “efeito-medo” já referido desempenhou um papel importante na reafecção relativa de turistas entre regiões, dado que o Alentejo é uma zona que concentra menos população e foi das regiões menos afetadas por casos de COVID-19, o que terá constituído um fator de atração para quem decidiu fazer turismo.

Outro indicador extremamente importante na aferição da atividade turística são os proveitos totais do setor, cuja quebra global em 2020 já foi apresentada previamente. O quadro seguinte detalha esta quebra por regiões de Portugal.

Tabela 16. Evolução dos Proveitos Totais de 2015-2020 por NUTS II e variação 2019-2020

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS TOTAIS E VARIAÇÃO 2019/2020 (MILHARES DE EUROS)								
	Total	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
2015	2 627 741,0	329 972,6	222 523,8	813 055,2	94 729,6	780 067,1	56 491,2	330 901,5
2016	3 103 754,9	403 944,9	256 513,8	931 173,3	110 894,5	941 038,9	73 139,7	387 049,8
2017	3 681 207,1	489 312,0	316 307,5	1 151 787,0	135 134,4	1 078 233,2	90 763,2	419 669,8
2018	3 986 552,8	560 282,7	332 789,6	1 267 348,9	149 831,3	1 144 530,4	105 018,9	426 751,1
2019	4 295 814,4	642 934,6	355 414,2	1 372 192,4	174 955,6	1 225 745,6	117 115,0	407 456,9
2020	1 445 682,2	231 354,8	164 199,5	315 729,3	112 841,6	461 563,5	30 045,9	129 947,4
Varição 2019/2020	-66,3%	-64,0%	-53,8%	-77,0%	-35,5%	-62,3%	-74,3%	-68,1%

Fonte: INE

Era já de esperar que as regiões mais visitadas de Portugal sofressem as maiores descidas de proveitos em termos absolutos. Em termos relativos, contudo, é de notar sobretudo as fortes quebras de Lisboa, Madeira e Açores, enquanto a região alentejana apresentou uma quebra de apenas 35,5%. Estes resultados decorrem, em larga medida, da maior ou menor exposição das regiões ao turismo estrangeiro, mas também do nível de aglomeração populacional das

regiões e correspondente receio da COVID-19. Lugar algum com uma forte densidade de pessoas é bem visto para lazer quando existe uma pandemia tão violenta como essa.

Em termos relativos é de notar, também, o caso do Algarve que registou uma quebra menor que a média nacional, sendo notório que a região continuou a atrair turismo residente devido sobretudo às suas praias, infraestruturas turísticas e até ao melhor conhecimento genérico que o turista residente tem sobre a realidade específica da região a nível pandémico (o efeito proximidade ou de conhecimento, cuja importância já foi mencionada anteriormente nesta dissertação).

O RevPAR, ou receita por quarto disponível, caiu para 22,6 euros em 2020, ou seja menos de metade em comparação com o ano de 2019, onde apresentou uma média de 49,4 euros. Este resultado reflete largamente a quebra da procura, sendo certo que terá havido também necessidade de ajustar a oferta e os preços à realidade da pandemia. Também aqui é de notar o resultado menos desfavorável do Alentejo e até do próprio Algarve, cujo poder de atração terá permitido manter um nível de preços médio superior ao das outras regiões.

Tabela 17. RevPAR de 2013-2020 por regiões NUTS II e variação 2019-2020

	RevPAR POR REGIÃO EM EUROS							
	Total	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
2013	28,9	20,9	15,0	42,3	17,6	32,7	22,2	33,6
2014	31,5	22,9	16,6	47,3	19,4	34,7	21,9	35,2
2015	35,1	26,4	18,0	52,6	20,5	39,3	26,3	39,3
2016	40,2	32,0	20,4	57,5	22,6	46,1	31,4	45,1
2017	46,7	37,8	24,2	68,9	28,4	51,9	36,3	48,1
2018	48,5	40,7	24,4	74,2	30,1	52,7	35,6	47,5
2019	49,4	42,9	24,8	73,7	33,1	54,6	38,1	44,3
2020	22,6	19,2	15,4	23,3	27,1	29,3	14,7	22,5
Varição 2019/2020	-54,2%	-55,1%	-38,1%	-68,4%	-18,1%	-46,4%	-61,3%	-49,1%

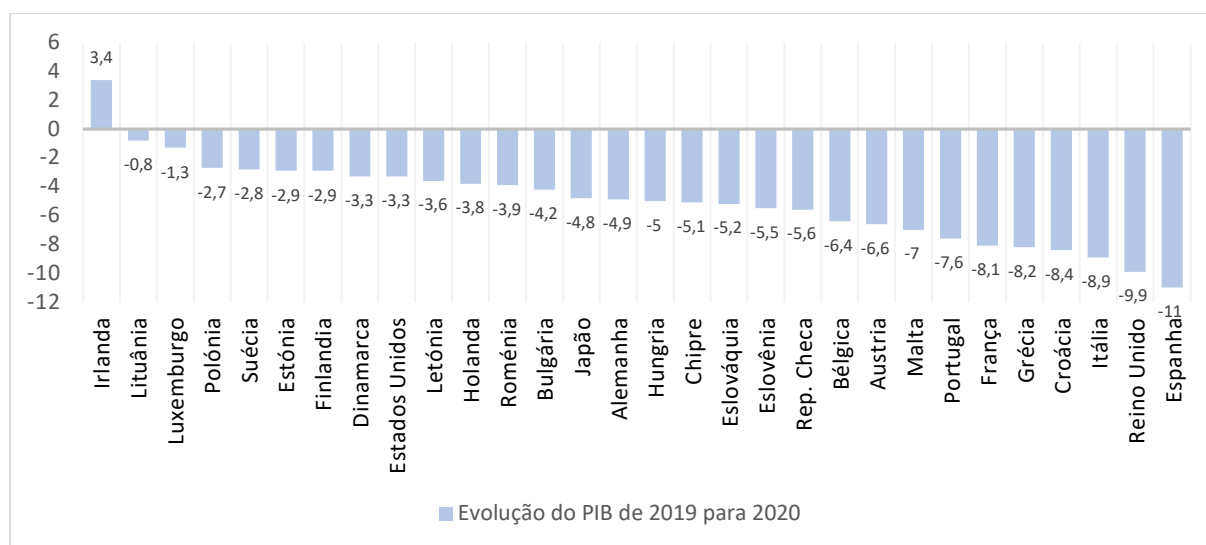
Fonte: INE

Para além deste retrato do impacto da pandemia na atividade turística, importa ver até que ponto os indicadores macroeconómicos do país foram afetados, até tendo em conta a expectativa de que os países mais expostos ao setor do turismo seriam aqueles que enfrentariam uma maior quebra do Produto Interno Bruto (PIB) e de outros indicadores macroeconómicos, como as contas externas.

Os resultados parecem dar razão a essa previsão. Enquanto o PIB real da zona do euro caiu 6,6% face a 2019 (6,2% no caso da União Europeia), o PIB de Portugal registou uma

contração de 7,6%, o que compara negativamente com a maioria dos países da União Europeia, tendo apenas um desempenho melhor que a Grécia e a Croácia – países também altamente dependentes do turismo –, além de Espanha, Itália, Reino Unido e França, países que acumularam a sua exposição ao turismo com um elevado número de casos da COVID-19 desde o início de 2020, tendo por isso adotado desde cedo medidas altamente restritivas do ponto de vista da mobilidade e da economia.¹⁰

Gráfico 12. Taxa de crescimento do PIB de 2019 para 2020 (em termos reais)



Fonte: Boletim Económico do Banco de Portugal de Março de 2021

No que toca às contas externas, os resultados de 2020 foram igualmente negativos. Apesar da Balança Corrente e de Capital de Portugal ter apresentado um saldo positivo (no caso, 0,1% do PIB versus 1,2% em 2019), a Balança de Bens e Serviços teve um saldo negativo de 1,8% do PIB, sendo este resultado explicado por um excedente de 4,2% na Balança de Serviços e um défice de 6,0% na Balança de Bens. Em 2019, pelo contrário, a Balança de Bens e Serviços tinha sido positiva em 0,7% do PIB, sendo então de destacar o excedente de 8,3% da Balança de Serviços.

De acordo com o Banco de Portugal, a redução de 4,1 pontos percentuais no excedente da Balança de Serviços registado entre 2019 e 2020 foi quase totalmente justificada pela rubrica de "Viagens e Turismo", que passou de um saldo positivo de 6,1% do PIB para um saldo positivo de apenas 2,4% do PIB: uma diminuição de 3,7 pontos percentuais que ilustra o

¹⁰ Entretanto, o INE já reviu a quebra do PIB de Portugal em 2020 para 8,4%, o que confirma o impacto muito negativo da pandemia na economia portuguesa e coloca a quebra da atividade económica de Portugal em níveis ainda mais próximos dos piores registos verificados entre países da União Europeia.

impacto negativo da quebra do Turismo nas contas externas portuguesas e na economia portuguesa durante 2020 (Boletim Económico de Maio de 2021, Banco de Portugal).

Imagem 1. Balança de pagamentos de Portugal: 2016 a 2020

Quadro I.8.1 • Balança de pagamentos | Em percentagem do PIB

	2016	2017	2018	2019	2020
Balança corrente e de capital	2,1	2,2	1,5	1,2	0,1
Balança corrente	1,2	1,3	0,6	0,4	-1,2
Balança de bens e serviços	1,7	1,5	0,9	0,7	-1,8
Bens	-5,4	-6,8	-7,6	-7,6	-6,0
Energéticos	-1,7	-2,2	-2,5	-2,5	-1,7
Outros bens	-3,6	-4,6	-5,1	-5,1	-4,3
Serviços	7,1	8,3	8,5	8,3	4,2
Viagens e turismo	5,0	5,9	6,1	6,1	2,4
Outros serviços	2,1	2,4	2,4	2,2	1,8
Balança de rendimento primário	-2,3	-2,3	-2,4	-2,4	-1,5
Balança de rendimento secundário	1,8	2,1	2,0	2,1	2,1
Balança de capital	0,9	0,9	1,0	0,8	1,3
Balança financeira	2,1	2,1	1,7	1,4	0,4
Erros e omissões	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Fonte: Boletim económico do Banco de Portugal de Maio/2021

Outros dados sobre o turismo em Portugal são muito importantes de serem citados para perceber a dimensão relativa da quebra do setor no contexto da economia portuguesa. A este propósito, o INE destaca:

“Em 2020, o Valor Acrescentado Bruto gerado pelo Turismo (VABGT) terá registado um decréscimo de 48,2%, face a 2019, em termos nominais, que compara com a redução de 4,6% do VAB da economia nacional. O Consumo de Turismo no Território Económico (CTTE) caiu 50,4%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 5,4%, verificando-se uma redução sem precedentes da despesa do turismo recetor (exportações de turismo).” Ainda a respeito da importância do Turismo na economia portuguesa e do impacto que a quebra da atividade turística teve nas contas nacionais de Portugal é de acrescentar os dados preliminares avançados pelo INE, relativos à Conta Satélite do Turismo de 2020. De acordo com estes dados, o Valor Acrescentado Bruto do setor caiu de 15.635 milhões de euros (8,4% do PIB) em 2019 para apenas 8.104 milhões de euros (ou 4,6% do PIB) em 2020: uma quebra anual de 48,2%. Neste sentido, o INE estima que a redução da atividade turística terá contribuído com -5,8 p.p. para a quebra do PIB, “o que corresponde a mais de $\frac{3}{4}$ da redução do PIB” (Conta Satélite do Turismo 2020, INE).

IV. Uma análise comparativa de Portugal com outros países

IV.1. Comparação com outros países europeus: dados e algumas lições

No sentido de ter um retrato mais completo do impacto da COVID-19 no turismo de Portugal, apresentam-se a seguir algumas comparações com o que se verificou noutros países europeus. Estas comparações vão ajudar-nos a enquadrar a dimensão das quebras registadas em Portugal e a tentar encontrar algumas explicações para o desempenho turístico relativo de Portugal, levando em conta variáveis como a taxa de incidência da COVID-19, as medidas tomadas pelos Governos a nível de restrições de viagens, as características do turismo nos diversos países e outros aspetos que se revelem importantes e que possam ter influenciado as escolhas dos consumidores.

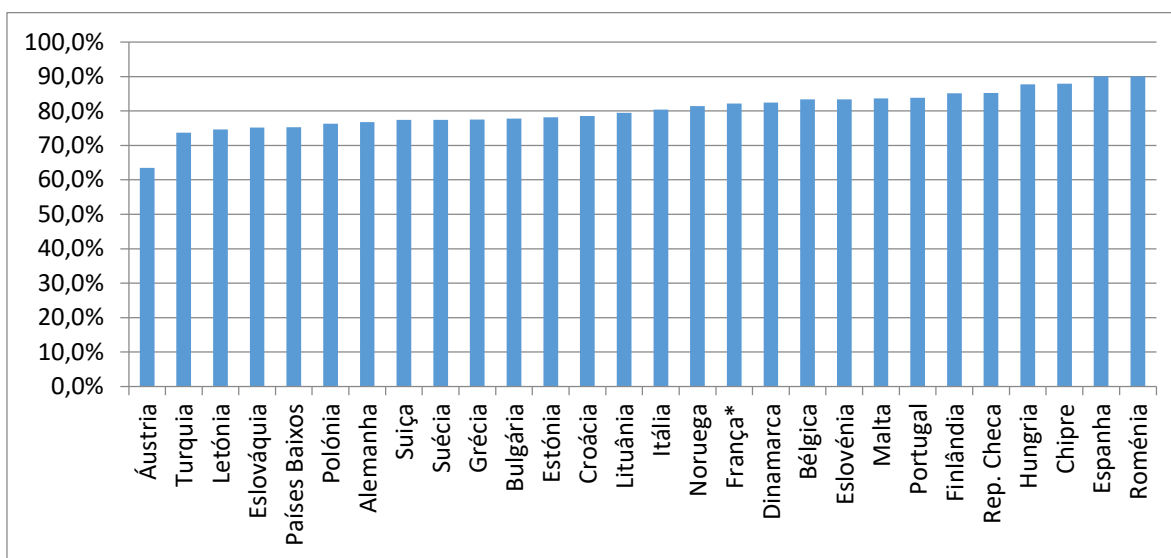
O capítulo começa com uma análise genérica sobre o desempenho turístico dos vários países europeus durante o período de março a dezembro de 2020 face ao período homólogo de 2019. A escolha deste período é justificada pelo facto de os efeitos da COVID-19 sobre a mobilidade das pessoas só começarem a ser relevantes após março de 2020, sendo que a importância relativa do turismo em janeiro e fevereiro varia substancialmente entre países (por exemplo, tomando como referência o número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares”, em 2019 o peso do turismo em janeiro e fevereiro na Áustria superou os 20%, enquanto em países como a Grécia, Turquia e Croácia ficou abaixo dos 5%). Essa discrepância tão grande é dada pela espécie de turismo oferecido no país. Janeiro e Fevereiro são meses de inverno na Europa, e países com forte turismo de inverno (como a Áustria), não tiveram a sua principal onda de turistas afetada pela COVID-19. Já países onde predomina o turismo de sol e praias, como é o caso de Portugal, sofreram de forma mais nítida os efeitos da pandemia na sua atividade turística, uma vez que durante o verão de 2020, período onde estes países deveriam receber mais turistas, a mobilidade entre fronteiras já estava substancialmente limitada.

A amostra que iremos utilizar consiste nos países da União Europeia (com exceção da Irlanda, por falta de dados, e do Luxemburgo), e mais três países: Noruega, Turquia e Suíça.

O gráfico seguinte apresenta o desempenho turístico dos países na nossa amostra, comparando o período março-dezembro de 2020 face ao período homólogo de 2019. A variável escolhida para ilustrar o desempenho turístico é o número de dormidas de não-residentes apenas em “hotéis e acomodações similares”, sendo que a fonte utilizada é o Eurostat.

A escolha desta variável decorre da disponibilidade de dados (mais completa neste caso), sendo que a sua correlação com outras variáveis, como o número de dormidas totais de não-residentes ou o número de hóspedes não-residentes é normalmente elevada. A principal exceção encontrada (com algum significado para este estudo) é a da Croácia, que beneficia desproporcionalmente da contabilização de dormidas em “acomodações de curto-prazo”¹¹. De resto, o uso de dados relativos apenas a não-residentes visa comparar melhor os efeitos da pandemia no turismo de cada país. Note-se que a mobilidade interna nos países ainda foi possível, sendo que o comportamento do turismo “residente” foi influenciado por fatores muito específicos, como a dimensão do país, pelo que o uso de dados para o turismo “residente” retiraria um pouco de significado ao estudo comparativo. Além disso, outros estudos semelhantes e as principais estatísticas disponíveis focam-se, normalmente, no turismo de estrangeiros.

Gráfico 13: Número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares” (quebra homóloga março-dezembro, 2019-2020, em percentagem)



Fonte: Eurostat

A respeito deste gráfico é de salientar os seguintes aspetos, que procuramos desenvolver à frente.

- A forte quebra generalizada da atividade turística nos diversos países europeus. A quebra média não ponderada foi de 80%, tendo oscilado entre 63,5% e 90%

¹¹ Aquilo a que o Eurostat designa como “Holiday and other short-stay accommodation” e que é caracterizada por incluir apenas acomodações de muito curto prazo (apartamentos, bungalows, hostels de juventude) e sem serviços complementares, como limpeza ou alimentação. Ver https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Holiday_and_other_short-stay_accommodation.

(excluindo a Áustria, a quebra variou apenas entre 73,5% e 90%). Em Portugal, a quebra na variável analisada atingiu os 83,8%, superando a média.

- No topo do gráfico de desempenho há vários países cujo peso do turismo de inverno é muito elevado (Áustria, Suíça, Eslováquia ou Países Baixos). Contudo, estes casos não bastam para estabelecer uma relação de causalidade entre estas variáveis. De facto, países como a Finlândia e a República Checa (onde o peso do turismo de inverno é também muito elevado) estão perto do fundo do gráfico, enquanto Turquia e Grécia, onde o turismo de inverno é residual, tiveram um desempenho relativo favorável.
- Portugal registou um desempenho modesto, em particular face a países mais diretamente concorrentes, como a Turquia, Grécia e Croácia. Malta teve um comportamento parecido com Portugal, enquanto Chipre e Espanha ficaram claramente pior. Claro que, no caso de Espanha, o elevado número de casos registados durante o auge da pandemia da COVID-19 colaborou para essa situação tão desvantajosa.

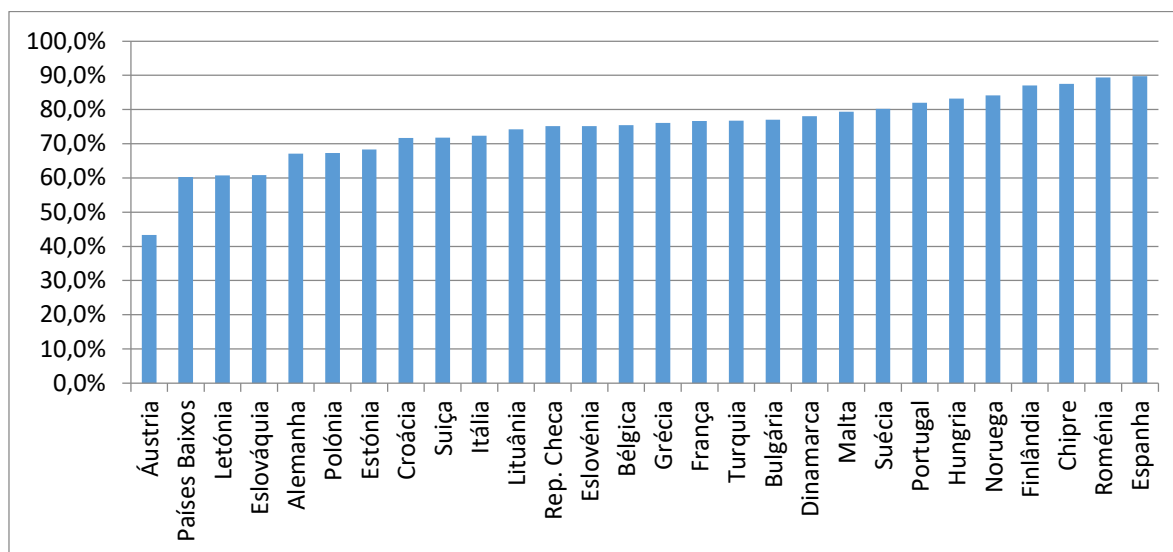
A seguir, iremos limitar a nossa análise aos dados da atividade turística durante o período de verão. A análise específica do turismo de verão justifica-se pelo facto de Portugal ser, genericamente, mais dependente do turismo de “sol e praia” e também mais competitivo neste domínio. É, pois, importante ver o comportamento relativo do turismo em Portugal durante o verão.

Além disso, em termos gerais, será interessante ver de que forma é que a pandemia influenciou os padrões turísticos durante este período, quer entre os países diretamente concorrentes de Portugal no turismo de “sol e praia” quer na escolha dos consumidores entre turismo de “sol e praia” e outro tipo de turismo. Ou seja, poderemos avaliar o efeito-substituição não apenas entre países mais vocacionados para o turismo de “sol e praia”, mas também face a outros tipos de turismo.

No gráfico seguinte apresentamos o desempenho turístico dos países que fazem parte da nossa amostra, mas considerando apenas os meses de verão (de junho a setembro; note-se que os resultados são muito semelhantes quando usamos dados de maio a outubro, pelo que a escolha precisa de datas não é crucial para as conclusões).

A variável escolhida para medir o desempenho turístico é novamente o número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares”.

Gráfico 14: Número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares” (quebra homóloga junho-setembro, 2019-2020, em percentagem)



* A França só disponibiliza dados até Outubro. Fonte: Eurostat

A tabela seguinte decompõe estes resultados por mês.

Tabela 18. Variação percentual no número de dormidas de não-residentes em países europeus, em “hotéis e acomodações similares”: verão de 2020 (dados mensais e totais)

	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Áustria	-77,7%	-36,5%	-31,2%	-36,1%	-43,3%
Países Baixos	-77,3%	-51,2%	-50,3%	-65,2%	-60,3%
Letónia	-79,6%	-45,9%	-46,3%	-80,7%	-60,8%
Eslováquia	-86,8%	-53,2%	-48,7%	-60,9%	-60,8%
Alemanha	-82,7%	-62,7%	-61,4%	-63,6%	-67,1%
Polónia	-87,5%	-65,8%	-59,7%	-58,1%	-67,3%
Estónia	-83,0%	-57,8%	-60,6%	-77,5%	-68,3%
Croácia	-88,8%	-64,1%	-57,1%	-85,1%	-71,6%
Suíça	-88,5%	-70,2%	-60,9%	-69,1%	-71,8%
Itália	-93,8%	-74,9%	-60,7%	-59,9%	-72,3%
Lituânia	-83,1%	-65,1%	-70,8%	-80,5%	-74,2%
Rep. Checa	-90,2%	-71,7%	-65,4%	-75,4%	-75,1%
Eslovénia	-87,2%	-72,2%	-69,5%	-75,4%	-75,2%
Bélgica	-87,0%	-64,9%	-73,2%	-77,5%	-75,4%
Grécia	-99,1%	-79,7%	-63,6%	-63,5%	-76,1%
França	-92,6%	-68,6%	-66,9%	-81,8%	-76,6%
Turquia	-98,5%	-88,3%	-59,7%	-62,9%	-76,7%
Bulgária	-96,4%	-78,1%	-67,1%	-67,9%	-77,0%
Dinamarca	-91,1%	-76,3%	-72,8%	-72,7%	-78,0%
Malta	-98,9%	-79,7%	-63,4%	-78,2%	-79,3%
Suécia	-87,4%	-83,1%	-78,3%	-68,0%	-80,2%
Portugal	-97,5%	-85,8%	-73,8%	-72,7%	-82,0%
Hungria	-92,9%	-77,3%	-73,5%	-92,0%	-83,2%
Noruega	-91,2%	-83,4%	-81,0%	-80,4%	-84,1%
Finlândia	-93,0%	-85,5%	-84,4%	-86,2%	-87,1%
Chipre	-96,7%	-88,5%	-81,9%	-83,2%	-87,5%
Roménia	-94,9%	-88,6%	-88,0%	-86,0%	-89,4%
Espanha	-98,7%	-85,3%	-83,1%	-93,0%	-89,7%

Fonte: Eurostat

Notamos no gráfico e na tabela acima que dos seis países com melhor desempenho (menos quebra durante o verão de 2020) apenas dois não fazem fronteira com a Alemanha (Eslováquia e Letónia), três países possuem fronteiras com os alemães (Áustria, Países Baixos e Polónia), e a própria Alemanha está incluída na lista.

Durante o verão de 2020, as viagens para a Alemanha mantiveram-se possíveis para todos os membros da União Europeia e países do tratado de Schengen, incluindo Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein. Para além dos países na Europa, chegadas ao território alemão provenientes da Austrália, Israel, Japão, Nova Zelândia, Singapura, Coreia do Sul, Tailândia e outros também foram permitidas com normalidade. O grande número de viagens (de dentro e fora da Europa) facilitado pelos alemães pode ajudar a explicar a quebra menor que tiveram,

bem como os seus países vizinhos, além de que os próprios turistas alemães terão preferido viajar para países mais próximos.

De resto, sintetizando, podemos salientar o seguinte relativamente aos dados de verão:

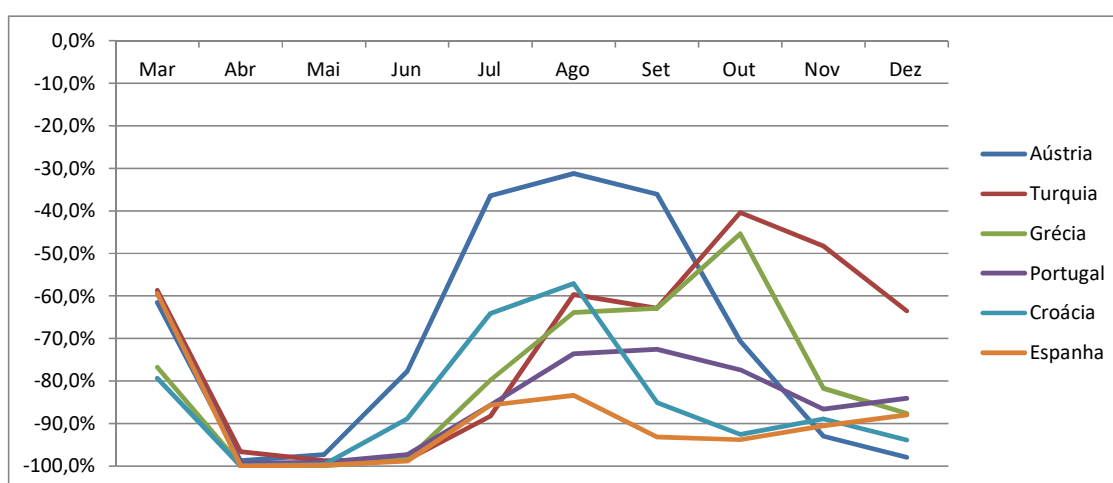
- Novamente, a forte quebra generalizada da atividade turística nos diversos países europeus. A quebra média não ponderada foi de 75%, tendo oscilado entre 43,5% e os 90% (mais uma vez, se excluirmos a Áustria, a amplitude das quebras é menor: entre 60% e 90%). Em Portugal, a quebra na variável analisada atingiu os 82%, ainda acima da média.

- O topo da tabela de desempenho apresenta fortes semelhanças com o que se verificou para o ano inteiro (março – dezembro), com a clara exceção da Turquia, muito afetada pela quebra no turismo de verão, mas capaz de compensar parcialmente essa quebra fora desse período. Também a parte inferior do gráfico é bastante semelhante à que vimos no gráfico anterior, com exceção da República Checa (mais um país vizinho da Alemanha).

- Portugal registou também no verão um desempenho modesto, em particular face a países concorrentes, como a Croácia, Grécia e Turquia. Contudo, países como Chipre e Espanha apresentaram um desempenho pior.

Um dado interessante para compreender este conjunto de resultados é o desempenho mensal dos diversos países, o qual ilustramos no gráfico seguinte para o grupo de países mais relevantes nesta análise.

Gráfico 15: Número de dormidas de não-residentes em “hotéis e acomodações similares” (variação homóloga mensal, 2019-2020, em percentagem)



Fonte: Eurostat e cálculos próprios.

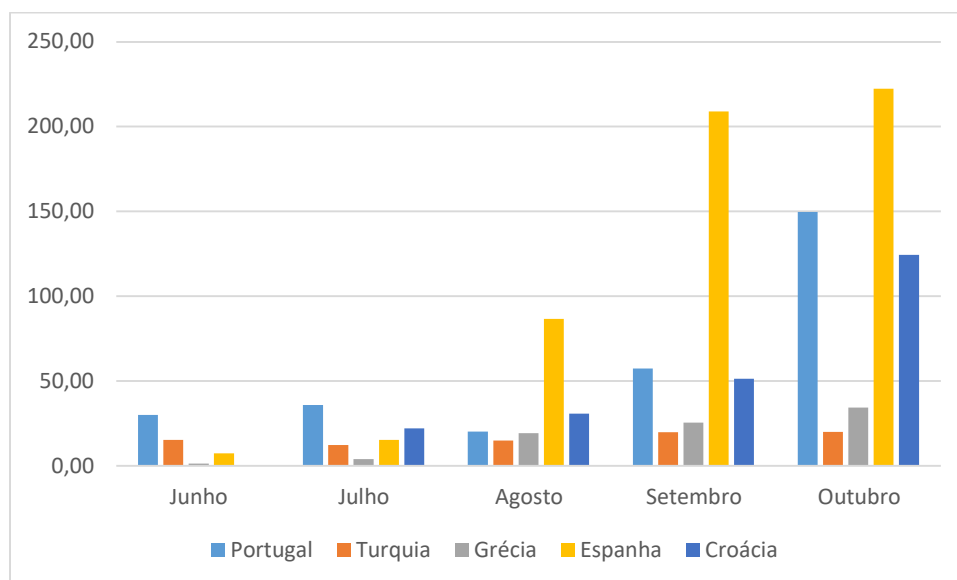
Como se vê no gráfico acima, uma das explicações para o caso positivo da Áustria (e de alguns outros países mais conhecidos pelo seu turismo de inverno), é o seu bom desempenho relativo durante os meses de verão, beneficiando talvez da sua posição geográfica no centro da Europa, fazendo fronteira com a Alemanha, de ter instalações turísticas de qualidade e de proporcionar um tipo de turismo relativamente mais seguro do que o turismo de “sol e praia” (um pouco à imagem do que sucedeu no Alentejo, no caso do turismo em Portugal).

Além disso, não podemos ignorar o efeito base: países onde o turismo de verão é menos importante sofreram menos durante esse período (como os casos da Eslováquia ou Letónia).

Já no que toca aos tradicionais concorrentes de Portugal no que respeita ao turismo de “sol e praia” verificamos precisamente o contrário: o bom desempenho relativo da Turquia e da Grécia dependeu sobretudo do período final do verão e do mês de outubro, sendo que no caso da Turquia esse desempenho mais favorável se estendeu quase até final do ano.

Este bom resultado da Turquia e da Grécia pode estar diretamente associado ao facto destes países terem registado (ou anunciado) um número de infeções de COVID relativamente baixo a partir de Agosto, comparativamente com Portugal e com a própria Croácia (cujos dados para o início do verão eram melhores). O gráfico seguinte ilustra este facto.

Gráfico 16. Evolução dos casos de COVID-19 por 100.000 habitantes, em alguns países de turismo de verão europeu (média móvel de 7 dias, calculada no dia 15 de cada mês)



Fonte: Our World in Data (valores absolutos) e cálculos próprios (valor aproximado por 100.000 habitantes)

Como se vê, Portugal começou o verão logo numa situação de desvantagem em termos de casos de COVID, o que ajuda a explicar que o Reino Unido tenha colocado Portugal continental numa lista negra durante a maior parte do verão e meses seguintes, forçando quem viesse de Portugal a realizar testes à COVID-19 e permanecer em quarentena, o que na prática privou todo o Portugal continental do turismo proveniente do Reino Unido. A mesma política foi adotada em setembro pela Alemanha, embora aplicável apenas à A. M. Lisboa.

Além disso, também no início do verão e auge da pandemia, oito países europeus proibiram a entrada de viajantes de Portugal nesses países, devido ao elevado número de casos reportados em solo português. Foram eles: Dinamarca, Finlândia, Áustria, Lituânia, Eslováquia, Letónia, Chipre e Malta. Em consequência, a imagem de Portugal ficou prejudicada, além de que potenciais turistas provenientes destas regiões ficariam impedidos de regressar ao seu país de origem em condições normais. O facto de o governo português se ter reservado o direito de aplicar a “reciprocidade”, terá afastado também alguns turistas.

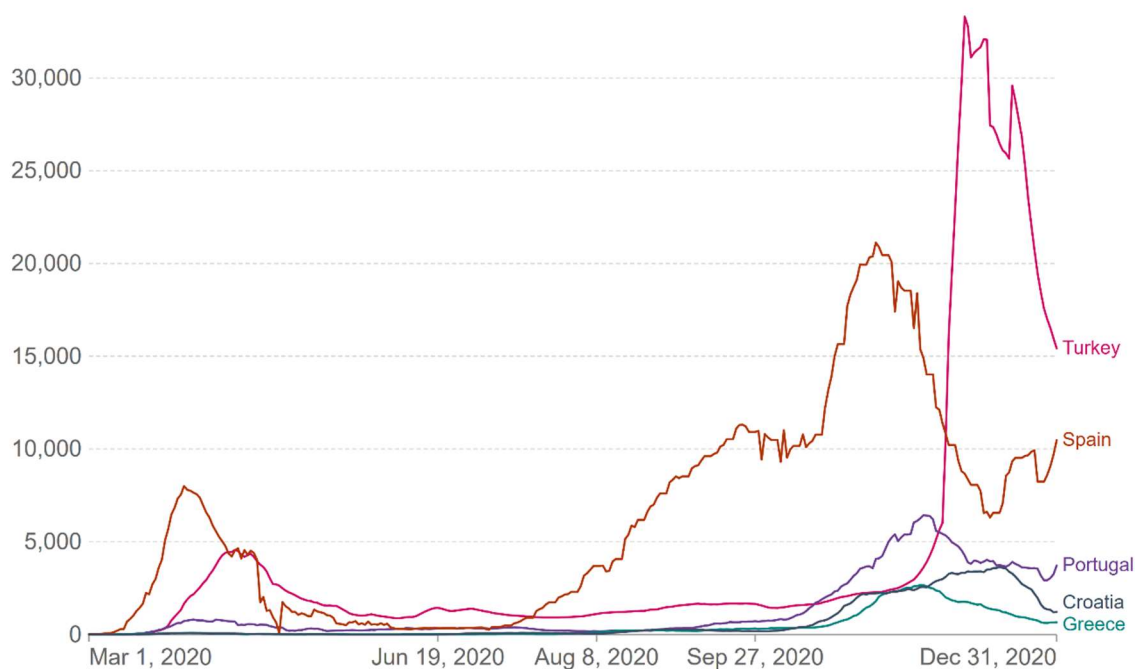
De resto, é de salientar que a Croácia apresentou poucos casos de COVID-19 durante os primeiros meses de verão, o que ajuda a explicar o seu desempenho superior em termos de atividade turística, face a outros países diretamente concorrentes. Contudo, a situação alterou-se a partir de finais de agosto, altura em que Grécia e Turquia passaram a apresentar as taxas de incidência mais baixas em termos de novas infeções por COVID. Este facto teve com certeza influência no melhor desempenho turístico apresentado por estes países até meados de Novembro, dado que permitiu reduzir as barreiras à mobilidade nestes países, levando também a que países como o Reino Unido tenham facilitado a circulação de turistas para estes destinos, com benefício especial para a Turquia, dado que é um país muito procurado pelos turistas britânicos.

É, de notar, contudo que este desempenho poderá ter sido baseado em premissas incorretas, dado que uma das razões para o baixo número de casos reportados pela Turquia durante o verão (na verdade, até ao final de Novembro) foi o facto de, segundo a Reuters, até aí o país sinalizar apenas casos sintomáticos. A partir do dia 25 de Novembro, os casos assintomáticos passaram a ser reportados também, e isso gerou um aumento súbito e enorme no número de casos, com consequências no turismo (ver gráfico seguinte).

Gráfico 17. Número de novos casos reportados de COVID-19, média móvel de 7 dias (dados absolutos)

Daily new confirmed COVID-19 cases

Shown is the rolling 7-day average. The number of confirmed cases is lower than the number of actual cases; the main reason for that is limited testing.



Source: Johns Hopkins University CSSE COVID-19 Data

CC BY

Fonte: <https://ourworldindata.org>

Em suma, verificam-se dois efeitos que “prejudicaram” Portugal em termos relativos. Por um lado, durante o verão houve, para além de muitas pessoas que desistiram de viajar, uma deslocação dos tradicionais turistas de “sol e praia” para outros destinos considerados mais seguros ou mais próximos do ponto de vista geográfico, sendo que o melhor desempenho relativo da Áustria, mas também da Eslováquia, dos Países Baixos, da Alemanha ou da Polónia durante os meses de verão tem, com certeza, uma justificação geográfica importante (note-se que países menos centrais, como a Noruega, Suécia e Finlândia acabaram por ter desempenhos piores).

Por outro lado, mesmo entre os destinos tradicionais de “sol e praia”, houve uma deslocação para países menos sujeitos a restrições à mobilidade, como Croácia, Turquia e Grécia. Isso foi mais notório para estes dois últimos destinos a partir de finais de agosto até meados de Novembro, altura em que se registou uma maior abertura da Grécia e da Turquia (associado ao menor número relativo de casos reportados de COVID-19) e uma maior entrada de turistas

britânicos nestes países, o que não aconteceu em Portugal, que esteve quase sempre condicionado a este respeito.

IV.2. Comparação de Portugal com outros países de referência. Análise por incidência média de COVID-19 e políticas.

A análise comparativa dos efeitos da COVID-19 na atividade turística de Portugal pode beneficiar também de uma comparação com os dados a nível mundial e, mais especificamente, de alguns outros países de referência, nomeadamente Brasil, Argentina Itália, Espanha, EUA, Japão, México, Austrália, Tailândia e China. Esta escolha resulta de alguns critérios simples e visa tirar conclusões que sejam relativamente fáceis de interpretar. São países com relativa importância turística, que estiveram no epicentro ou muito expostos à origem da crise, e que também podem servir de referência a Portugal dado que são destinos turísticos alternativos ao nosso país. É importante notar que não há dados disponíveis para o Brasil, e sendo assim, informações da Argentina (um importante parceiro turístico e económico do Brasil) foram utilizadas em substituição para ter uma representação do caso da América do Sul.

No geral, o principal objetivo deste subcapítulo é transmitir uma ideia transversal do efeito da pandemia no turismo mundial, comparar o comportamento das diferentes regiões/continentes, procurar algumas explicações e situar o caso da Europa e de Portugal, em particular, no panorama geral. Além disso, estes dados globais podem ajudar-nos a comparar a dimensão da crise provocada pela COVID-19 com a crise verificada noutras situações.

A tabela seguinte quantifica a quebra que a atividade turística sofreu em 2020 face a 2019 e destaca também o cenário registado nos meses de verão europeu. A variável escolhida para esta análise é a “chegada de turistas estrangeiros”, como definida pelas autoridades estatísticas internacionais (neste caso, a *World Tourism Organization* – UNWTO – que é a agência das Nações Unidas responsável pela promoção de turismo responsável, sustentado e universalmente acessível).

Tabela 19. Quebra na chegada de turistas estrangeiros entre 2019 e 2020 e nos meses de verão (período homólogo, 2019 – 2020), por regiões e países

	Quebra 2019/2020	Verão Europeu (Jun - Set)*
Mundo	73%	81%
Europa	69%	73%
Portugal	76%	82%
Itália	61%	55%
Espanha	77%	84%
Ásia e Pacífico	84%	97%
China*	88%	94%
Austrália	81%	99,5%
Japão	87%	99,5%
Tailândia	83%	99,5%
Américas	68%	87%
México	46%	60%
EUA	76%	93%
Brasil	Sem dados disponíveis	Sem dados disponíveis
Argentina	72%	99,5%
África	69%	87%
Médio Oriente	74%	93%

Fonte: UNWTO (www.unwto.org/unwto-tourism-dashboard)

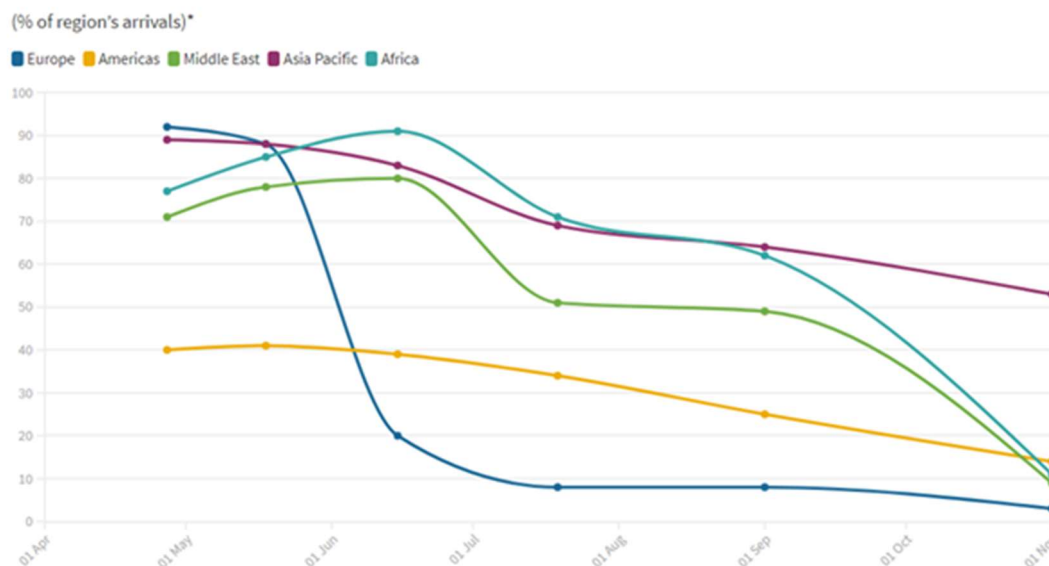
*Notas: dado que não dispomos de dados absolutos, os dados relativos ao “verão europeu” são valores aproximados, tendo sido calculados fazendo uma média não-ponderada das variações homólogas registadas nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Os dados para a China reportam-se ao período janeiro-novembro.

A primeira conclusão a que chegamos é clara: houve uma enorme quebra da atividade turística, que foi transversal às diferentes regiões do globo. Para além disso, a quebra registada durante os meses de verão (europeu) – o período mais relevante na perspetiva de Portugal – foi extremamente elevada em praticamente todas as regiões, mesmo em países como a Itália ou a Grécia, que tiveram desempenhos muito melhores que outros países nesta amostra que registaram praticamente 100% de quebra (este caso extremo é explicado pela opção que alguns países fizeram de encerrar totalmente as fronteiras, em particular até setembro). Muitos destes países situam-se na região da Ásia Pacífico, como se pode constatar no gráfico seguinte:

Gráfico 18: Percentagem de destinos que encerraram fronteiras em 2020, por regiões.

SHARE OF DESTINATIONS WITH COMPLETE CLOSURE OF BORDERS, BY REGION, 2020 (%)

Progressive decline in number of completely closed destinations



Fonte: UNWTO (2021)

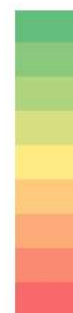
De entre as razões para esta forte quebra em termos do turismo de verão podemos salientar o facto de estarmos no auge da pandemia e ainda existir muito medo de viajar e permitir viagens, havendo vários casos ainda de *lockdowns* (encerramento de fronteiras) estipulados pelos países (por decisões próprias ou orientação da OMS). Em média, os países estudados somaram 73% de quebra do número de chegadas de turistas estrangeiros (e aproximadamente 81% no período de Junho a Setembro), o que coloca Portugal apenas ligeiramente pior, ou em linha no caso do verão, que a média geral.

No geral, a região “Ásia e Pacífico” foi a mais atingida porque a China foi a origem da pandemia o que afastou desde cedo os turistas de toda a região asiática: por causa do receio, das restrições às viagens (incluindo o encerramento de fronteiras) e do desconhecimento, mas não necessariamente por causa do número de casos de COVID-19 país-a-país ou região-a-região. Pelo contrário, verificamos que China, Japão ou Austrália registam um nível de infeções por milhão de habitantes relativamente baixo, como é possível notar na tabela abaixo, face aos números registados pela Europa ou as Américas.

Tabela 20. Número de casos de COVID-19 por milhão de habitantes durante 2020 (dados mensais, por país)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Austrália	0,349	0,621	175,816	85,581	16,907	27,844	362,958	331,122	49,518	19,35	12,294	19,893
Brasil	0	0,01	26,705	380,712	1998,485	4145,889	5890,106	5821,615	4218,178	3386,41	3739,712	6262,318
China	6,398	48,105	1,565	0,936	0,101	0,357	0,559	0,498	0,244	0,406	0,377	0,364
Itália	0,033	18,655	1733,783	1651,071	456,109	125,579	115,278	359,085	756,152	6039,163	15275,18	8375,57
Japão	0,104	1,825	15,947	95,429	19,57	14,789	139,777	255,153	120,547	140,706	377,902	688,999
México	0	0,031	9,296	138,252	548,429	1039,634	1524,222	1342,853	1102,82	1395,233	1447,702	2399,399
Portugal	0	0	732,006	1731,13	733,188	948,178	878,351	682,539	1724,049	6465,136	15419,275	11370,76
Espanha	0	0,963	2051,076	2513,885	557,145	209,475	839,678	3729,495	6553,188	8909,789	9894,256	5991,587
EUA	0,021	0,051	576,886	2669,939	2158,906	2533,725	5778,37	4380,212	3629,032	5810,174	13557,959	19440,96
Argentina	0	0	23,114	73,982	272,399	1045,46	2779,733	4965,004	7307,53	9119,955	5648,6	4406,916
Tailândia	0,214	0,328	23,001	18,626	1,815	1,283	1,985	1,455	2,242	3,074	3,201	45,104

Menos casos

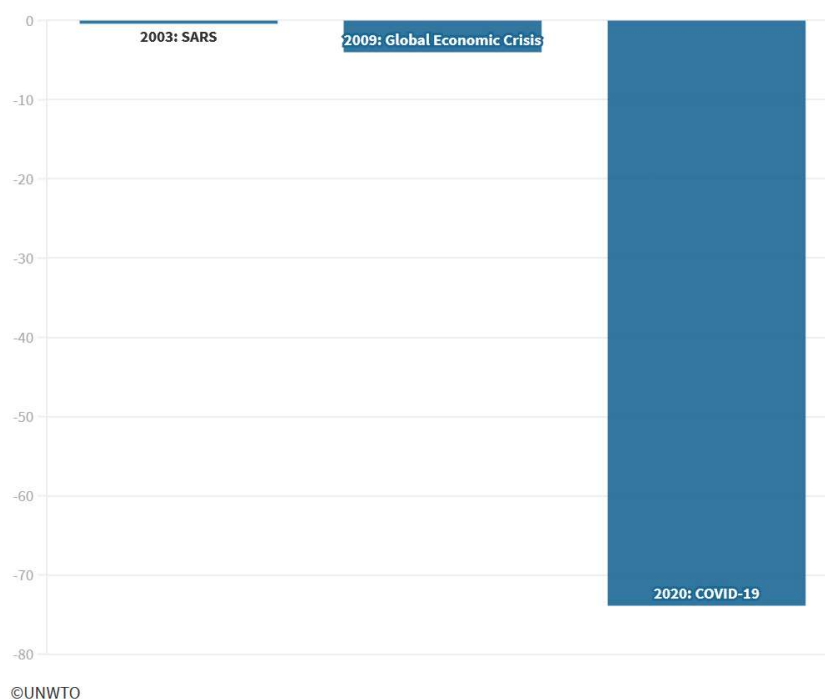


Mais casos

Fonte: <https://ourworldindata.org/coronavirus>, <https://github.com/owid/covid-19-data/tree/master/public/data> e cálculos próprios

O mais interessante, contudo, é que, excluindo este caso especial da Ásia (onde o alerta se manifestou mais cedo), o efeito no mundo foi semelhante entre continentes – como já pudemos ver na Tabela 19 –, mas também sem paralelo com crises anteriores (ver gráfico seguinte).

Gráfico 19: Variação Anual do número de Chegadas de Turistas estrangeiros em 2003, 2009 e 2020, a nível global.



Fonte: UNWTO (2021)

Em suma, ao contrário de crises anteriores (mais pontuais e localizadas), a pandemia causada pela COVID-19 foi uma crise verdadeiramente transversal, com impacto elevado e idêntico nas diferentes regiões do Mundo, refletindo não apenas a dimensão e a gravidade da crise sanitária, mas também o impacto severo das restrições às viagens e do efeito-medo nas decisões de turismo (mais do que ligeiras diferenças no número de infeções reportadas em cada país ou região). Este corolário não se aplica a crises anteriores, como a SARS-CoV-1 de 2003 e a crise económica global de 2009.

Dito isto, como já vimos para a Europa (em particular na comparação entre Portugal, Croácia, Espanha, Grécia e Turquia) ou como podemos ver no caso do México, houve casos pontuais em que se verificou um desempenho melhor de certos países, devido em larga medida ao menor número de casos reportados de COVID-19 (especialmente nos destinos mais habituados a turismo de massa).

O México, por exemplo, parece ter constituído um “refúgio” relativo para muitos turistas. Para isso, poderá ter contribuído o menor número de casos reportados de infeções, sobretudo a partir de setembro (ver tabela 20 acima). Neste período, o número de casos no México por milhão de habitante compara muito favoravelmente com Portugal, Espanha ou Itália, e sobretudo com os EUA, que constituem a maior fonte de turistas estrangeiros no México.

Finalmente, estes resultados, além de denotar o receio de viajar e as restrições às viagens, pode também refletir o já mencionado medo do desconhecido. O nível de conhecimento que os turistas têm sobre certas regiões pode ser reduzido e qualquer notícia negativa num qualquer país de uma região com menos influência turística pode afetar todo o continente (foi isso, pelo menos, o que a literatura constatou para África, como por exemplo no trabalho de Maphanga & Henama, 2019, já mencionado anteriormente).

V. O efeito relativo da COVID-19 face a outras crises com impacto na atividade turística

V.1. Introdução

Crises podem ser definidas como “o ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão”. Essas crises podem ocorrer de diversas maneiras: a vida de uma região pode ser perturbada por um conflito armado, uma pandemia pode instaurar um caos generalizado e a instabilidade política, económica, financeira e social num dado país pode despoletar consequências negativas extensíveis a outros países.

Neste capítulo, o objetivo é enquadrar o impacto que a COVID-19 teve na atividade turística, tomando como referência algumas crises anteriores, cujo efeito negativo no turismo foi também relevante.

A principal conclusão – que deriva já da conclusão do capítulo anterior – é que a pandemia causada pelo SARS-CoV-2 teve um impacto no turismo global sem paralelo. Contudo, olhando para crises anteriores, podemos dizer que a principal razão para este resultado não foi o facto de se tratar de uma crise sanitária, mas sim a sua natureza global. No geral, o que temos observado é que as crises com maior impacto no turismo global são aquelas que põe em causa os fundamentos da globalização moderna: a circulação de pessoas e de bens e a estabilidade económica e do sistema financeiro internacional.

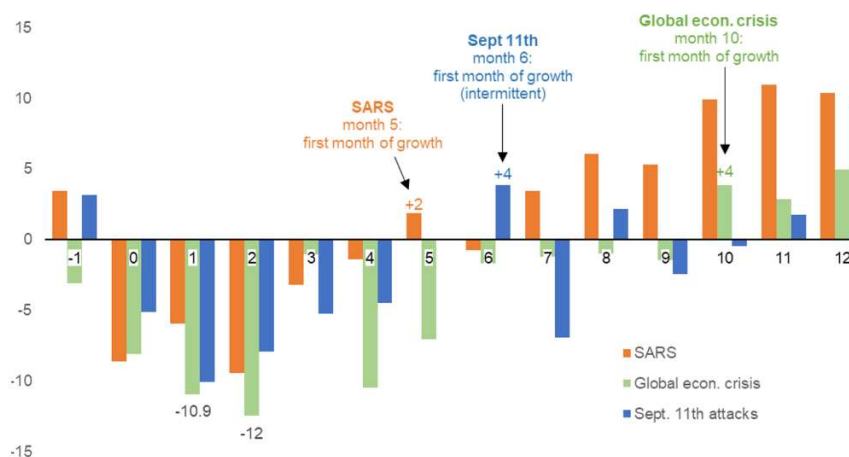
O próximo gráfico apresenta três exemplos de crises com impacto no turismo global e o número de meses decorridos após a crise até que se voltasse a atingir um crescimento do número de chegadas (globais) de turistas internacionais. São analisados três diferentes casos de instabilidade: uma crise sanitária (SARS-CoV-1), uma crise económica (crise financeira global de 2009) e o que podemos chamar como uma crise política ou social: os ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos da América.

De acordo com os dados apresentados no gráfico foi durante a crise financeira de 2009 que o decréscimo no número de chegadas se prolongou por mais tempo (10 meses). É de notar, contudo, que a crise financeira coincidiu parcialmente com a pandemia causada pelo vírus H1N1, o que pode justificar também este longo período de quebras no turismo global. Quanto aos ataques terroristas do 11 de setembro, o quadro é relativamente inconclusivo, com retomas de crescimento pontuais, mas consolidadas apenas ao fim de um ano. O evento com efeito negativo mais “temporário” foi o SARS-CoV-1, em larga medida porque, ao contrário dos outros eventos incluídos na análise, não se registou uma disseminação global desta crise.

Gráfico 20. Impacto de outras crises no turismo internacional

Impact of previous crises on international tourism

Of all crises, global arrivals returned to growth the fastest after SARS (5 months)



Note: Month 0 for Sept 11th crisis = Sept. 2001; for SARS = March 2003; for Global economic crisis = Jan 2009. Source: UNWTO

• Tourism has been very resilient in previous crises and has shown fast recovery. How have previous crises impacted international tourism in the different regions and how long did it take for them to recover.

• Find out in our in-depth analysis on the impacts of **Sept 11th attacks (2001), SARS (2003) and the Global economic crisis (2009)**.

Fonte: UNWTO (www.unwto.org/international-tourism-and-covid-19)

Este gráfico revela a vulnerabilidade do turismo a estes acontecimentos adversos, mas confirma também quão importante é a natureza global da crise para avaliarmos o seu impacto no turismo, independentemente da gravidade que atribuímos a cada situação (certamente que uma crise financeira é menos séria em termos humanitários, do que uma crise sanitária como o SARS-CoV-1 ou um ataque terrorista à escala do verificado no dia 11 de setembro de 2001).

Dito isto, é importante realçar que esta conclusão sobre o impacto destes fenómenos na atividade turística se aplica apenas quando falamos do impacto no turismo global. De facto, algumas crises sanitárias, políticas ou outras de natureza sobretudo local ou regional (como foram o SARS-CoV-1 ou a primavera árabe, de que falaremos adiante) tiveram efeitos no turismo das regiões afetadas que, pontualmente, são equiparáveis aos observados durante a COVID-19. As determinantes são quase sempre as mesmas: restrições à mobilidade, efeito medo ou desconhecimento sobre a realidade concreta. Em suma, apesar do inigualável impacto negativo da COVID-19 não podemos dizer inequivocamente que as crises sanitárias são piores que as restantes. Contudo, esta pandemia veio revelar problemas que tenderão a fazer das questões sanitárias uma das principais preocupações dos responsáveis e agentes turísticos. De facto, ao contrário do que se passa noutros tipos de crises, o turismo não é apenas uma vítima direta da crise sanitária; é também um potencial disseminador de crises

sanitárias, o que obrigará a um esforço de investimento na prevenção e no chamado turismo sustentável.

V.2. As crises sanitárias

Crises sanitárias podem ser definidas como eventos adversos que causam uma forte proliferação de doenças, como o caso da COVID-19. Essas crises podem ser causadas através do aparecimento súbito ou pouco provável de um vírus com altíssima taxa de contágio (caso do Ébola, SARS-CoV-1 ou SARS-CoV-2), ou simplesmente pelas condições de insalubridade, falta de higiene e falta de saneamento básico que afetam muitos países. Crises como essa geram um impacto significativo em saúde comunitária, perdas de vidas e também na economia. Como foi dito anteriormente, e comentado quando falamos sobre o efeito-medo, pessoas também possuem instintos de segurança e sobrevivência. É natural que turistas em potencial recusem a se deslocarem para áreas potencialmente perigosas, como epicentros de uma grave doença, ou mesmo para regiões associadas genericamente a riscos sanitários.

De acordo com Elysia & Wihadanto (2020), se os turistas que visitam estão insatisfeitos com as instalações de saneamento de um determinado país ou região, provavelmente não voltarão a estes destinos e também desencorajarão outros potenciais turistas.

A OMS (2019) mencionou que cerca de 827.000 pessoas morrem em países de baixo e médio rendimento como resultado de água, saneamento e higiene inadequados a cada ano, representando 60% do total de mortes por doenças diarreicas. Acredita-se que a falta de saneamento seja a causa principal em cerca de 432.000 dessas mortes, mas é principalmente evitável com o fornecimento de instalações de saneamento adequadas. Essas conclusões reduzem o potencial turístico de regiões, cuja beleza natural ou cultural poderia justificar um melhor aproveitamento do setor (Elysia & Wihadanto, 2020).

Para obter um enquadramento e uma comparação com a crise da COVID-19, podemos olhar para outras crises de natureza sanitária, como o Ébola de 2014 a 2016, que assolou a África Ocidental ou o H1N1 (gripe A) de 2009.

O período 2014-2016 foi o espaço de tempo com maiores casos de Ébola já registrados, apesar de a doença existir desde 1976. Os países mais afetados foram aqueles localizados no ocidente africano, com especial foco para Libéria, Guiné e Serra Leoa. Houve outros países afetados como Senegal, Mali, Costa do Marfim, Nigéria, República Democrática do Congo, dentre outros, porém apenas casos isolados, como podemos ver a seguir:

Tabela 21. Impacto do Ébola no epicentro da epidemia e em locais isolados (2014-2016)

Principais países Africanos afetados			
Países com altas taxas de transmissão	Total de casos (suspeitas, prováveis e confirmados)	Casos confirmados em laboratório	Total de óbitos
Guiné	3814	3358	2544
Libéria	10678	3163	4810
Serra Leoa	14124	8706	3956

Outros países afetados			
Itália	1	1	0
Mali	8	7	6
Nigéria	20	19	8
Senegal	1	1	0
Espanha	1	1	0
Reino Unido	1	1	0
Estados Unidos da América	4	4	1
Total	28652	15261	11325

Fonte: Maphanga & Henama (2019)

Assim como a COVID-19, o Ébola também tem uma altíssima taxa de transmissão, feita principalmente através do contato com fluidos corporais de pessoas infectadas com a doença, como saliva, suor ou leite materno, por exemplo.

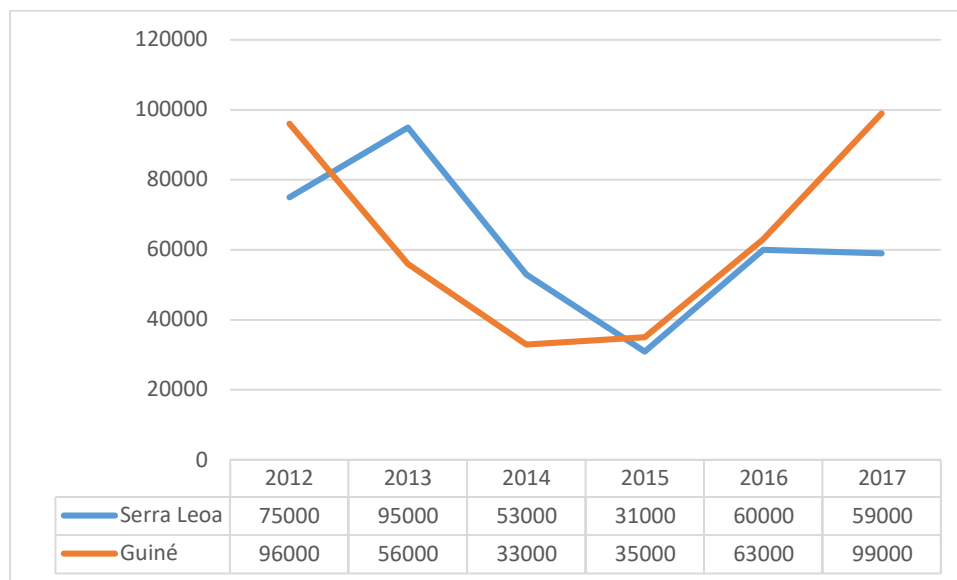
Para além dos devastadores efeitos sanitários mencionados acima, o Ébola também gerou um grave efeito no turismo dos principais países afetados. É natural que os números absolutos apresentados para retratar esta crise não sejam muito impressionantes, dado que o turismo não é uma atividade de grande relevo para a Guiné, Libéria ou Serra Leoa.

Para além de serem países caracterizados pela pobreza extrema, a sua economia funciona genericamente em torno da agricultura, pesca, floresta e indústria extrativa. Além disso, uma vez que o turismo não está consolidado na região, oscilações nos indicadores turísticos podem aparecer com mais frequência do que noutros países, como podemos notar abaixo (oscilações relacionadas, por exemplo, com conflitos militares e a instabilidade social e económica). Mesmo assim, é nítida a quebra turística verificada com o início do surto de Ébola em 2014.

Durante o período estudado, de 2012 a 2017, vemos uma máxima de chegadas de turistas para Serra Leoa de 95.000 em 2013 e de 96.000 para Guiné, em 2012. Durante o Ébola, esses números caem drasticamente, chegando a uma quebra máxima – do ano de pico ao ano de

mínimo – de 67% e 65%, respetivamente. Estes números não divergem muito do que temos observado nalguns países ocidentais durante a COVID-19 e ajudam a ilustrar o forte impacto que crises sanitárias têm na atividade turística dos países.

Gráfico 21. Queda na chegada de turistas durante o auge do Ébola na África Ocidental



Fonte: Knoema (<https://knoema.com/ATLAS>)

Maphanga & Henama (2019) notam que crises sanitárias deste tipo têm um efeito negativo poderoso na competitividade de toda a região africana como destino turístico. Realçam, em particular, que África recebe menos de 10% das receitas globais do turismo e que os surtos de doenças contagiosas prejudicam a ambição de reforçar o papel do setor do turismo no continente.

Outro exemplo de crise sanitária, amplamente relacionada com condições de saneamento deficiente, foi o surto de cólera em Moçambique, no período entre 2012 e 2015.

Segundo Langa et al. (2015), a cólera surgiu em Moçambique no início de 1970 quando a sétima pandemia se adentrou em território africano através do subcontinente Indiano, sendo que pelo menos três variantes são originadas do local. A principal onda da doença ocorreu de 1997 até 1999, mas há registo de diversas outras, como a de 2012 a 2015, que é aqui analisada.

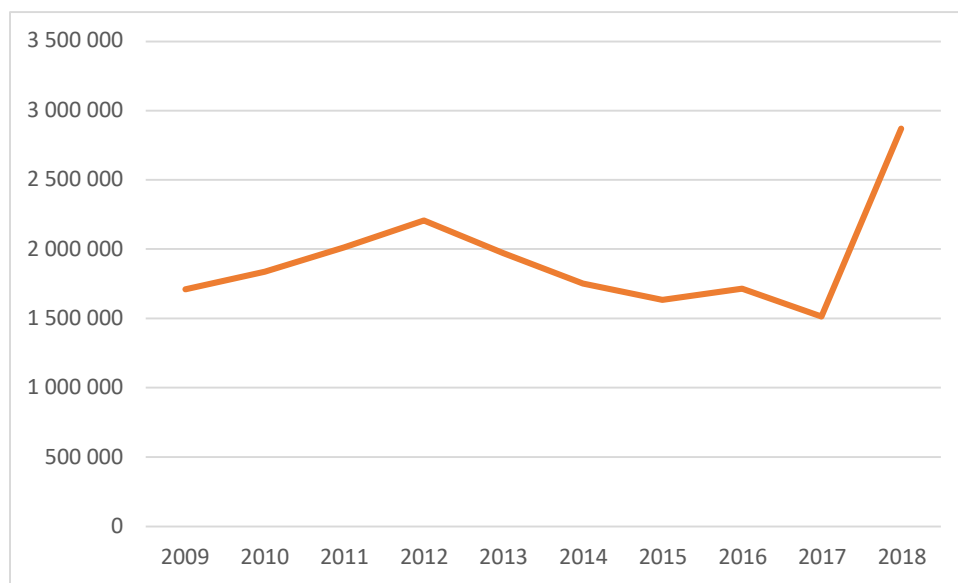
A OMS identifica Moçambique entre os países mais afetados em epidemias de cólera no mundo¹², devido à poluição das águas superficiais e subterrâneas e aos sistemas de tratamento

¹² https://www.who.int/gho/epidemic_diseases/cholera/epidemics_text/en/

de águas residuais inadequados, o que prejudica duplamente a indústria do turismo: afasta potenciais turistas e impede um investimento de qualidade no setor.

É válido lembrar que a cólera é uma doença endémica em Moçambique e desde 1973 que o país vive uma crise com a doença que não foi erradicada até os dias de hoje (ver, por exemplo, Cambaza et. al, 2020). Ainda assim, quando os números de cólera aumentam, isso tem um reflexo visível na diminuição da chegada de visitantes. Por isso, como era de esperar, o número de chegadas a Moçambique teve uma queda muito grande durante o surto de 2012 até 2015, que se prolongou de facto até 2017, como se pode constatar no gráfico seguinte.

Gráfico 22. Número de chegadas de turistas não-residentes a Moçambique em um período de 10 anos



Fonte: Knoema (<https://knoema.com/ATLAS>)

O gráfico apresentado acima ilustra o número de chegadas internacionais que Moçambique recebeu em dez anos, desde 2009 até 2018. Moçambique tem uma realidade turística muito diferente e mais interessante do que os países previamente estudados (Guiné e Serra Leoa) uma vez que os números dessa indústria são incomparavelmente maiores por parte de Moçambique. Durante todo o período do gráfico, este país africano segue com sua crise de cólera, porém é facilmente visto que quando surtos mais severos atacam o país – como no período entre 2012 e 2015 – o número de chegadas de turistas não-residentes cai. A quebra acumulada até 2017 rondou os 35%, mas os decréscimos anuais (apresentados na tabela seguinte) ficam ainda abaixo dos valores observados nos casos do Ébola ou da COVID-19, talvez porque a situação em Moçambique já esteja bem identificada e exista um razoável conhecimento das áreas a evitar ou dos destinos mais seguros.

Tabela 22. Chegadas de turistas estrangeiros em Moçambique

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 711 000	1 836 000	2 013 000	2 206 000	1 970 000	1 751 000	1 634 000	1 715 000	1 514 000	2 870 000
-	7,31%	9,64%	9,59%	-10,70%	-11,12%	-6,68%	4,96%	-11,72%	89,56%

Fonte: <https://www.worlddata.info/africa/mozambique/tourism.php>

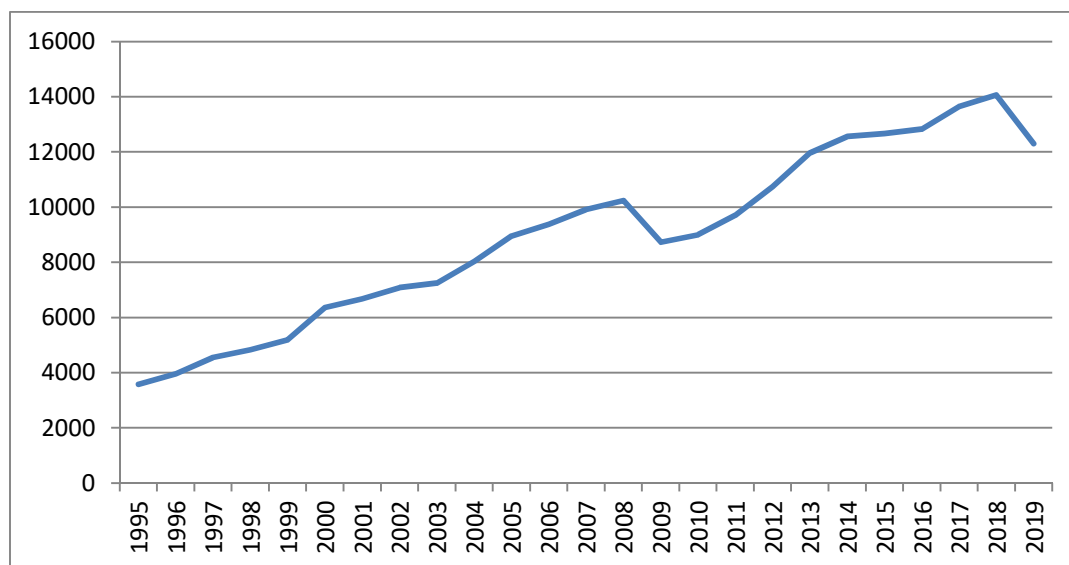
Saindo do continente africano, talvez o mais recente surto epidémico antes da COVID-19 seja o surto do H1N1 (ou gripe A) em 2009, que afetou todo o mundo, mas que foi primeiro reportado na América do Norte, em especial no México.

O H1N1, comumente conhecida como gripe suína ou gripe A, é uma variante de uma gripe sazonal originada através de uma combinação de vírus de pássaros, humanos e porcos, o que dá origem ao seu nome popular. Foi descoberto na primavera de 2009 e, devido ao enorme número de pessoas infetadas com a doença, a OMS declarou o H1N1 como uma pandemia. Já em agosto de 2010 foi declarado o fim da pandemia.

O México revelou-se o epicentro do H1N1 e foi, como tal, um dos países mais afetados por esta crise sanitária. De acordo com Viboud & Simonsen (2012), citados no estudo de Gössling et al. (2020), a doença causou aproximadamente 284.000 mortes no mundo inteiro, embora os números oficiais apontem para 18.450 (sendo que mais de 8.500 nas Américas, com principal incidência nos E.U.A, México e Brasil). Os números demonstram a gravidade da doença, que fez alertar os potenciais viajantes sobre a situação adversa em 2009 no México.

O turismo é a terceira principal fonte de receitas externas para os mexicanos, de acordo com Wilson (2008), citados no trabalho de Rassy & Smith (2013). A pandemia do H1N1, somada à crise financeira global do mesmo ano de 2009, levou a indústria turística do México a uma paragem virtual, embora durante um curto período de tempo (Rassy & Smith, 2013). Tomando como referência as receitas do turismo internacional no país (não foi possível encontrar dados homogéneos sobre o número de chegadas de turistas internacionais), o impacto da crise no turismo mexicano pode ser confirmado pelo gráfico abaixo: entre 2008 e 2009 as receitas do turismo internacional caíram quase 15%, interrompendo uma tendência de forte subida.

Gráfico 23: Receitas anuais do Turismo Internacional no México (mil milhões USD)



Fonte: Banco Mundial

A quebra de turismo no México durante o ano de 2009 não se assemelha à quebra causada pela COVID-19 (em 2009, a quebra anual estimada de chegadas internacionais rondou apenas os 2,5% a 6%, conforme a fonte consultada, ainda que em certos destinos mexicanos a quebra tenha atingido quase os 30%, conforme se mostrará à frente). Isso deveu-se, em larga medida, à rápida resposta no sentido de conter a propagação do vírus H1N1 (a facilidade de contágio, o pânico gerado e a divulgação da imprensa em torno do caso obrigaram a uma resposta muito pronta). Esta resposta pronta foi feita, inicialmente, pela orientação de não compartilhar utensílios de uso pessoal, de usar máscaras e de respeitar o distanciamento de pelo menos um metro de uma pessoa infetada, mas a medida mais eficaz foi a rápida vacinação para a doença, que foi mais fácil de produzir e distribuir do que a vacina para a COVID-19.

Contudo, esta quebra moderada na atividade turística durante o ano de 2009 esconde a realidade mais dura vivida durante o período de maior crise. A tabela seguinte mostra a quebra de atividade turística nos principais pontos turísticos mexicanos, sendo possível ver que houve decréscimos no número de chegadas que superaram os 60% durante o mês de maio (pico da crise), números que estão em linha com o que se registou em países da Europa durante o ano de 2020, embora no México esse efeito tenha sido mais pontual.

Tabela 23. Impacto do H1N1 nas chegadas a pontos turísticos do México

PONTO TURISTICO	MUDANÇA PERCENTUAL BASEADA NA MÉDIA DE 2007/2008		DURAÇÃO H1N1 (MESES)
	CHEGADAS TOTAIS 2009	CHEGADAS MAIO/2009	
Los Cabos	-14,70%	-44,70%	4
Cidade do México	-14%	-50,30%	8
Acapulco	-28,60%	-46,40%	1
Zihuatanejo	-19,50%	-49,00%	1
Guadalajara	-9,80%	-26,20%	2
Puerto Vallarta	-18,60%	-60,60%	4
Monterrey	-28,80%	-64,40%	1
Cancun	-5,30%	-62,50%	4
Cozumel	-11,60%	-52,30%	3
Mazatlan	-18%	-48,50%	4

Fonte: Rassy & Smith, 2013

Seria incorreto dizer que a pandemia do H1N1 foi a única causadora desse efeito negativo no turismo mexicano, uma vez que o ano de 2009 coincidiu também com uma relevante recessão económica, decorrente da crise financeira global e da quebra do mercado imobiliário nos Estados Unidos, que afetou o mundo todo. Nesse sentido há que lembrar o impacto que a crise financeira teve no turismo global. Ainda assim, as quebras no turismo global ficaram muito aquém do que se verificou no pico da crise sanitária no México, pelo que é razoável concluir que a situação sanitária e o “efeito-medo” nas pessoas foi o fator dominante da crise.

Recorde-se que a alta transmissibilidade da doença e sua rápida disseminação levaram a Diretora-Geral da OMS, Margaret Chan, a declarar o evento como uma ‘Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional’ em 25 de abril de 2009, conforme estabelecido no revisado “Regulamento Sanitário Internacional”. Tendo em conta que o México era o centro de maior preocupação, foi também um dos países mais afetados do ponto de vista do turismo.

A recuperação da atividade turística no México processou-se de maneira rápida, não só pelo fim da grave crise financeira, mas também pelo rápido desenvolvimento de uma vacina para a doença, como dito anteriormente. Este efeito seguramente impediu o interesse turístico no México de cair ainda mais. Já no dia 12 de junho de 2009, a farmacêutica suíça Novartis anunciava o primeiro imunizante contra o H1N1, e em outubro do mesmo ano a imunização massiva já ocorria em vários lugares do mundo, principalmente nos Estados Unidos.

O H1N1 (ou influenza A) é um vírus cuja natureza (diferente dos coronavírus) era já relativamente conhecida, o que permitiu uma resposta razoavelmente rápida das autoridades de saúde a nível global, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento de uma vacina. Por isso, o impacto causado por este choque, proporcionalmente, não se assemelha ao da COVID-19. Não deixa contudo de ser interessante verificar que, no auge da crise causada pela H1N1, se tenha observado nalgumas regiões do México uma quebra no turismo semelhante à que se registou em muitos países europeus devido à COVID.

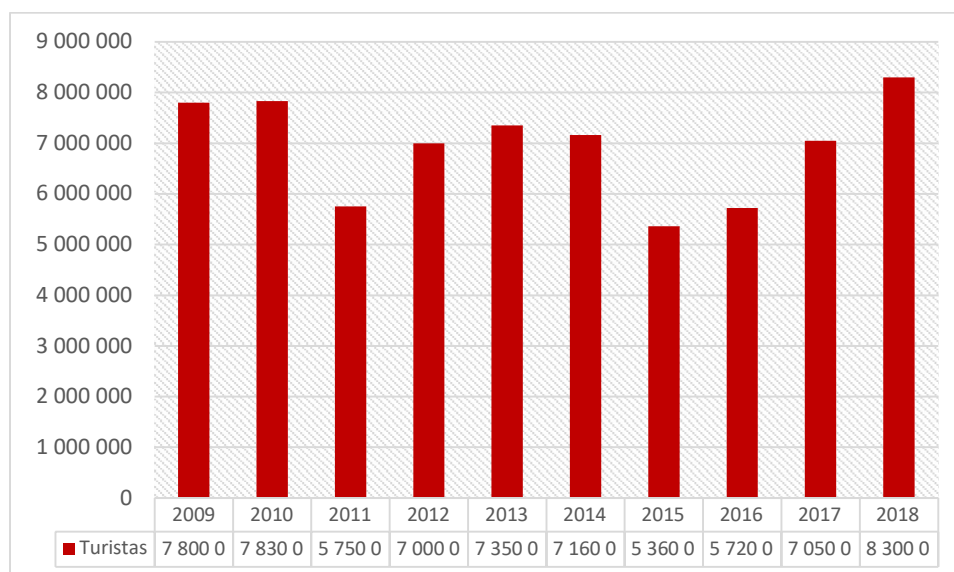
V.3. Crises políticas, sociais, humanitárias e económicas

Como já vimos, um dos eventos com maior impacto no turismo global foram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, que causaram um efeito semelhante ao de crises sanitárias: medo e restrições à mobilidade, principalmente. Este evento foi já abordado aquando da revisão da literatura, no capítulo III e no início deste capítulo. A conclusão principal foi a de que fenómenos que tenham visibilidade global e provoquem incerteza podem exigir medidas de correção destinadas à recuperação da confiança, sem as quais a recuperação do turismo poderá ser demorada. Neste caso em específico, a retoma da atividade turística foi possível graças à adaptação gradual à nova realidade, mas ainda hoje perduram algumas consequências, por exemplo na forma de viajar e na escolha de destinos turísticos.

Também as crises humanitárias produzem efeitos negativos sobre o turismo. As crises humanitárias - frequentemente, um dos corolários de outro tipo de crises (políticas, sociais, económicas, sanitárias) - são situações de emergência em que a vida de um grande número de pessoas se encontra ameaçada por diversos motivos possíveis e que requerem recursos extraordinários de ajuda humanitária para evitar uma catástrofe ou, pelo menos, limitar as suas consequências. No que diz respeito a este tipo de crise, temos por exemplo a primavera árabe, um movimento com dois anos de duração no Médio Oriente e no norte da África que visava a libertação de países face a governos ditatoriais, num contexto económico adverso, sobretudo para os jovens e para o setor privado, como notam Malik & Awadallah (2013). O movimento teve início na Tunísia, em dezembro de 2010.

A Tunísia é um país que recebe um número razoavelmente elevado de turistas anualmente. Entre 2009 e 2018, um período de 10 anos, este país africano recebeu em média 7 milhões de visitantes. Contudo, a quebra entre 2010 e 2011 (auge da crise política, social e humanitária) é notável, tendo atingido aproximadamente 25% de quebra. Além disso, como se verifica no gráfico seguinte o número de chegadas de turistas não-residentes só se aproximou dos níveis pré-crise já em 2013, sendo superado apenas em 2017: de facto, em 2015 e 2016 houve um outro importante decréscimo no número de turistas, causado principalmente, por um ataque terrorista reivindicado pelo estado islâmico em um luxuoso *resort* localizado no porto El Kantaoui.

Gráfico 24. Evolução do turismo da Tunísia em um período de 10 anos: 2009-2018



Fonte: <https://www.worlddata.info/africa/tunisia/tourism.php>

Thompson (2011) diz que o tempo de recuperação destas crises pode depender de vários fatores, incluindo a gravidade dos ataques e se os ataques são direcionados a turistas. Em qualquer caso, com base nos dados que já vimos sobre o efeito das crises sociais, humanitárias e políticas, vemos que à semelhança das crises sanitárias a recuperação se tende a processar de forma relativamente lenta.

Crises como esta são quase impossíveis de serem antecipadas ou previstas. Na verdade, até mesmo as pessoas que participaram dessas revoltas, incluindo ativistas de longa data, pareciam não ter previsto o evento (Goodwin, 2011). Goodwin também argumenta que é simplesmente impossível para cientistas sociais ou outros prever precisamente onde e quando revoluções ou revoltas em massa vão ocorrer, por razões muito simples que são exemplificadas por Timur Kuran (1995), como o facto de as pessoas poderem não revelar publicamente suas preferências pessoais, por medo ou vergonha.

Pode-se concluir a partir destas ideias que a indústria do turismo está em constante “ameaça”, uma vez que crises deste teor são muito difíceis de prever. Tal como a primavera árabe, muitas outras situações semelhantes ocorreram do dia para a noite. O turismo é um setor muito sujeito a grandes oscilações por estar particularmente dependente do enquadramento externo e de qualquer evento que afete a mobilidade, a segurança e a confiança das pessoas, sendo, por isso, muito sensível a qualquer tipo de crise de teor humanitário, político e, obviamente, sanitário.

Também as crises económicas são potencialmente muito negativas para o turismo, sobretudo se atingirem uma dimensão global. Como vimos, no plano global a crise financeira e económica de 2009 superou as crises do SARS-CoV-1 e dos ataques de 11 de setembro de 2001 em termos do período durante o qual o turismo se manteve em quebra. A razão para tal foi o facto da crise económica de 2009 ter afetado o mundo inteiro: por exemplo, a quebra verificada nas receitas turísticas internacionais em 2009, apresentada na tabela seguinte, é transversal a todas as regiões analisadas.

Tabela 24. Taxa de variação anual das exportações turísticas por região.

	2005	2007	2008	2009	2010	2011
Caraíbas	8,50	4,50	1,40	-7,70	6,30	5,20
Europa	6,60	14,80	9,60	-13,60	0,80	12,30
UE27	5,80	13,90	7,50	-13,90	0,00	11,80
América Latina	17,10	17,90	12,40	-5,60	11,10	13,50
Médio Oriente	12,00	19,30	20,30	-1,30	12,90	11,60
Norte de África	15,50	20,60	14,30	-7,50	8,30	-14,20
América do Norte	9,70	10,80	12,60	-15,30	10,80	8,10
Nordeste Asiático	11,50	14,20	14,80	-0,20	18,30	8,70
Oceania	7,70	6,20	-1,80	-5,60	20,50	4,40
Sudeste Asiático	4,80	28,40	7,00	-12,60	22,50	19,90
África Subsariana	14,10	17,80	3,50	-8,20	14,00	8,10

Fonte: Rodrigues, Guerreiro e Gouveia (2013)

De acordo com Rodrigues, Guerreiro e Gouveia (2013) não foi só a crise financeira a afetar a economia e, conseqüentemente, o desempenho da indústria do turismo. Outros fatores contribuíram para tal, como:

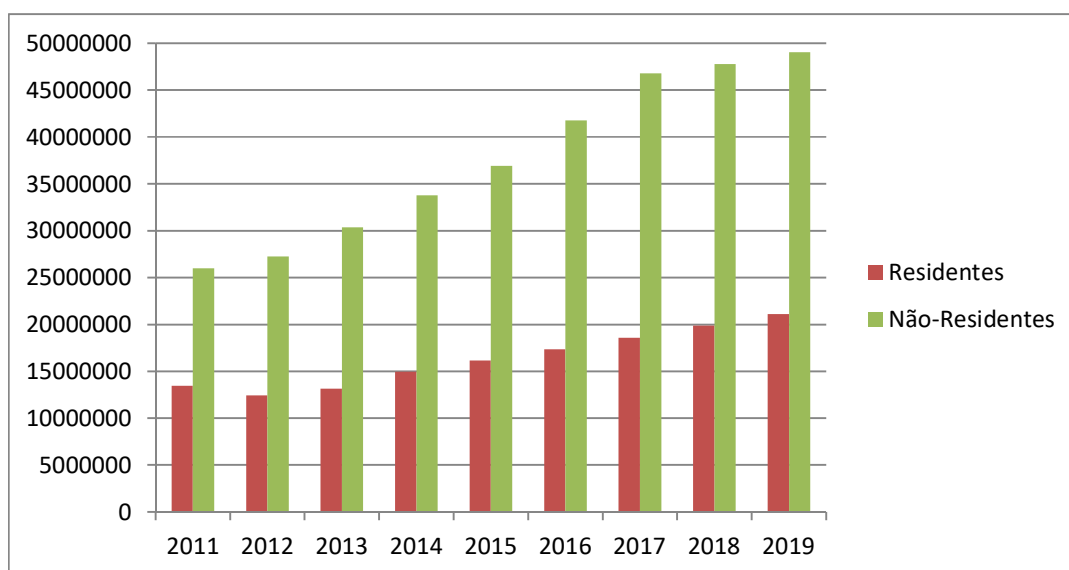
- O surto de gripe A, já analisado, que também afetou a mobilidade na Europa durante alguns meses.
- Os conflitos no Iraque, Afeganistão, Paquistão, Palestina, Sri Lanka e Índia, salientando-se os ataques terroristas de Mumbai em novembro de 2008;
- Os problemas climáticos, como sejam, as inundações na China, em Myanmar, no Brasil, no México e no Reino Unido; as ondas de calor e incêndios na Grécia e Itália; os ciclones e tornados, sobretudo nas Caraíbas e países circundantes; os tremores de terra na China, ou as erupções vulcânicas no Chile;
- Os preços elevados do barril de petróleo durante mais de seis meses do ano e as conseqüentes dificuldades sentidas pelas companhias aéreas.

Sendo assim, os números apresentados na Tabela 24 não são exclusivamente responsabilidade da crise financeira que teve origem nos Estados Unidos.

Dito isto, e ainda que o impacto da crise financeira tenha tido repercussões globais, a verdade é que não deixou marcas particularmente relevantes na atividade turística pós-crise, em parte porque este tipo de crises não costuma afetar a confiança dos agentes ou gerar um efeito-medo da mesma forma que as crises políticas, sanitárias e humanitárias.

Ao contrário das crises globais ou que afetam as principais economias do mundo, as crises locais e regionais tendem a afetar sobretudo o turismo residencial, como foi o caso de Portugal entre 2011 e 2013 (não há dados para o INE em 2010, mas o gráfico abaixo ilustra esta situação razoavelmente, bem como a rápida recuperação do turismo nos anos subsequentes). Já o impacto sobre o turismo não-residencial é menos claro, tendo a ver com vários fatores como a instabilidade e a incerteza gerada pela crise, o efeito da crise nas relações cambiais, a origem dos turistas e a própria dimensão da crise.

Gráfico 25: Número de dormidas em Portugal, 2011-2019 (por origem)

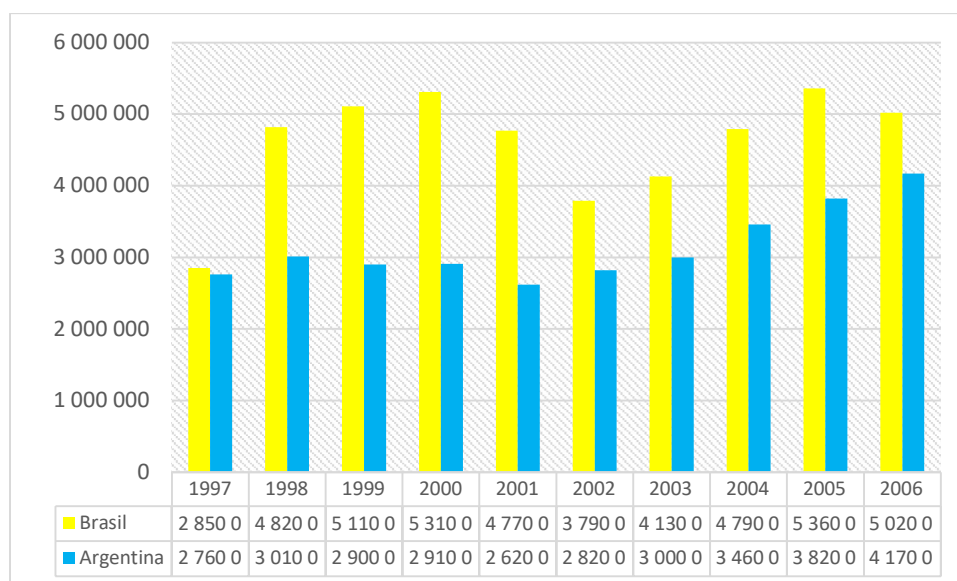


Fonte: INE

Um exemplo interessante de severa crise económica e financeira, mas de natureza regional, foi a crise económica e cambial que atingiu o Brasil e a Argentina, genericamente entre 1998 e 2002. Estas crises tiveram efeitos na economia e na estabilidade política e social destes países, o que prejudicou o turismo no Brasil e na Argentina, até devido às fortes relações económicas e turísticas entre estes países.

Como se pode ver no gráfico seguinte, o impacto no turismo não-residencial não foi negligenciável (no Brasil a quebra acumulada de turistas não-residentes entre 2000 e 2002 rondou os 30%, enquanto na Argentina a quebra entre 1998 e 2001 foi próxima dos 15%). Contudo, em ambos os casos, o período pós-crise trouxe uma recuperação relativamente rápida e forte do turismo não-residencial, estimulada pelo final da crise mas também pela desvalorização das moedas destes países.

Gráfico 26. Chegadas de turistas internacionais ao Brasil e Argentina durante a crise cambial (1998-2002)



Fonte: Worlddata.info

No geral, estes dados sugerem que as tensões económicas regionais podem ter uma repercussão relevante no turismo, sobretudo se acompanhadas por crises sociais e incerteza política (como foi o caso da crise no Brasil e na Argentina). Os efeitos tendem a ser mais graduais do que no caso das crises sanitárias e menos profundos do que nas crises globais, mas podem perdurar durante algum tempo.

VI. Análise estatística sobre o desempenho turístico relativo de regiões NUTS II

O objetivo principal deste capítulo prático é obter informação adicional sobre o desempenho turístico relativo de algumas regiões NUTS II de Portugal, tendo já em conta os dados totais para o país. Face ao conhecimento que dispomos sobre cada região, os resultados obtidos permitirão complementar a nossa compreensão sobre os efeitos específicos que a pandemia teve no turismo em Portugal.

Em concreto iremos avaliar de que forma é que as 3 regiões NUTS II designadas como “Alentejo”, “Área Metropolitana de Lisboa” e “Algarve” foram afetadas, em termos relativos, pela quebra do turismo em Portugal durante 2020. A intenção é avaliar quantitativamente de que forma os receios e as limitações à mobilidade causados pela COVID-19 afetaram de forma diferenciada estas regiões e, a partir dos resultados obtidos, tentar perceber o peso relativo que fatores como as restrições internacionais à mobilidade, as características turísticas das regiões ou o número de casos de COVID-19 reportados nessas regiões durante o ano tiveram influência na atividade turística durante a pandemia.

Tabela 25: Dormidas de turistas (pré-pandemia e 2020) e taxa de incidência da COVID-19, em Portugal e regiões NUTS II selecionadas

Região	Casos COVID-19 por 100.000 habitantes (2020)	Número de Dormidas Turísticas Residentes (variação 2019-2020)	Número de Dormidas Turísticas Não-Residentes (variação 2019-2020)
Total Nacional	4085,4	-7.508.523 (-35,6%)	-36.852.142 (-75,1%)
Alentejo	1622,4	-449.041 (-23,2%)	-660.534 (-66,0%)
A. M. Lisboa	4745,3	-1.973.018 (-50,4%)	-11.411.690 (-77,5%)
Algarve	1801,3	-1.171.986 (-23,5%)	-11.837.798 (-74,4%)

Fontes: DGS, INE e cálculos próprios

A escolha destas três regiões baseou-se nos seguintes fatores:

- Alentejo: foi uma das zonas onde a taxa de incidência da COVID-19 foi mais baixa no território nacional e onde as quebras no turismo também foram mais baixas.
- A. M. Lisboa: é uma zona de elevado turismo residencial e não-residencial, que sofreu uma forte quebra no turismo e registou uma elevada taxa de incidência da COVID-19, sobretudo durante o período de verão, em contraste com o que se passava no resto do país.
- Algarve: destino turístico de excelência, que apesar da reduzida taxa de incidência da COVID-19 foi bastante prejudicado pela forte quebra do turismo não-residencial.

Uma das fragilidades desta análise é o reduzido tamanho da amostra, dado que o INE só disponibiliza dados anuais comparáveis a partir de 2011. Por esta razão, os modelos que usamos são muito simples, sendo que no modelo base a variável endógena é o número de dormidas por região e as variáveis explicativas são os valores totais de dormidas em Portugal, distribuídos por “Dormidas de Residentes” e “Dormidas de Não-Residentes”. Note-se, contudo, que o período da amostra é suficiente para incluir não apenas os anos recentes de crescimento económico e de maior crescimento do turismo, mas também os anos de crise 2011-2012, que afetaram Portugal, outros destinos turísticos europeus como a Grécia e muitos outros países da Europa. Ou seja, em princípio este modelo capta já, indiretamente, alguns dos determinantes essenciais do turismo, como sejam a situação económica ou a estabilidade social (de facto a introdução de outras variáveis no modelo, como o rendimento disponível e a taxa de crescimento do PIB nacional, da zona euro e do Reino Unido não trouxeram significado adicional às regressões).

O modelo base que utilizamos neste capítulo pode ser descrito desta forma:

$$X_t = \alpha + \beta_1 * DR_t + \beta_2 * DNR_t + \varepsilon_t$$

Em que α = constante, β_1 = coeficiente associado à variável “Dormidas Residentes” e β_2 = coeficiente associado à variável “Dormidas Não Residentes”. Neste modelo, o número de dormidas de turistas numa dada região (X) é determinado em função do total nacional de dormidas de residentes (DR) e não-residentes (DNR). Basicamente, pretende-se estimar quantas pessoas dormiriam nessas regiões em função do número de dormidas totais que Portugal recebeu em certo ano. O modelo tem como premissa básica que a distribuição de dormidas por região é relativamente estável face ao todo nacional. Ou seja, se soubermos qual o comportamento das dormidas totais, de Residentes e Não-Residentes, em Portugal podemos ter uma ideia robusta das dormidas totais por região (a robustez estatística do modelo, parece dar validade a esta premissa).

Aplicando ao ano de 2020 o modelo estimado com base nos dados entre 2011 e 2019 é possível analisar de que forma é que, em 2020, o número de dormidas em cada região superou ou não o valor projetado pelo modelo, tendo já em conta a evolução global do turismo em Portugal durante este ano. Em termos simples, desvios positivos ou negativos face às estimativas podem ser interpretados como uma medida de melhoria ou de agravamento do desempenho relativo de cada região face ao desempenho global do turismo em Portugal.

Os resultados estão sumariados nas tabelas seguintes:

Tabelas 26, 27 e 28: Resultados sumariados dos testes práticos 1

ALENTEJO Modelo Base (2011- 2019)	α	β_1	β_2	R^2	Desvio de dormidas em 2020 face ao estimado pelo modelo
Valor do Coeficiente	-1.209.727,5	0,135	0,025		+ 890.027
t-student	-10,356	5,265	2,861		
Significância estatística	<1%	<1%	<5%	0,996	

LISBOA Modelo Base (2011- 2019)	α	β_1	β_2	R^2	Desvio de dormidas em 2020 face ao estimado pelo modelo
Valor do Coeficiente	-2.751.867,2	0,389	0,264		-513.119
t-student	-4,468	2,878	5,636		
Significância estatística	<1%	<5%	<1%	0,996	

ALGARVE Modelo Base (2011- 2019)	α	β_1	β_2	R^2	Desvio de dormidas em 2020 face ao estimado pelo modelo
Valor do Coeficiente	6.131.962,9	0,006	0,300		-1.974.343
t-student	13,976	0,059	8,974		
Significância estatística	<1%	-	<1%	0,997	

Os principais aspetos a destacar nestes resultados são os seguintes. O modelo estimado apresenta robustez estatística de acordo com os R^2 obtidos e a relação entre o número anual de dormidas nestas regiões e o turismo total residente e não-residente é estatisticamente significativa. A exceção é o caso do Algarve no qual a predominância do turismo não-residente faz com que, uma vez controlada esta variável, a evolução do turismo residente no país apresente uma correlação não significativa com o turismo total no Algarve. Este resultado irá influenciar de forma relevante algumas das restantes conclusões que vamos apresentar neste capítulo.

No Alentejo, o número de dormidas em 2020 superou largamente o valor projetado pelo modelo baseado nos dados entre 2011 e 2019. Os principais motivos terão sido alguns dos já mencionados anteriormente, tais como o fecho das fronteiras, o receio da COVID e o desejo das pessoas procurarem sítios menos concorridos para passar as suas férias, dando essa margem positiva à região alentejana que é historicamente a região menos visitada por turistas em Portugal. Isto significa (confirma) que a importância relativa do turismo nesta região

aumentou em 2020. Pelo contrário, em Lisboa e no Algarve o número de dormidas em 2020 ficou muito abaixo do valor projetado pelo modelo, mesmo considerando já a enorme quebra verificada a nível nacional.

Estes resultados não surpreendem, dado que era expectável que as regiões relativamente mais afetadas fossem aquelas que costumam receber mais turistas não-residentes. Contudo, os casos de Lisboa e do Algarve são diferentes. Como iremos perceber, enquanto no caso de Lisboa o mau desempenho relativo do turismo teve razões transversais, relacionadas com os casos de COVID-19, o efeito-medo e as restrições à mobilidade, afetando também o turismo de residentes, já no caso do Algarve o resultado negativo parece estar sobretudo associado às restrições à mobilidade internacional que foram impostas por diversos Estados, sendo que um dos casos mais relevantes foi o do Reino Unido que, conforme vimos anteriormente, tem uma importância histórica enorme no turismo algarvio.

Para desenvolver um pouco mais estes dados e as conclusões iniciais decidimos repetir esta análise mas apenas para o Turismo Residente. As limitações à circulação interna de residentes foram em menor grau do que no caso dos turistas não-residentes, especialmente no Verão. Por essa razão, a análise baseada apenas nos turistas residentes permite isolar melhor o impacto relativo de outros motivos, como o efeito-medo e a informação sobre o número de casos de COVID, no comportamento dos potenciais turistas e, em particular, na forma como isso influenciou os padrões típicos do turismo residente, para além de sabermos já que levaram a uma quebra substancial do turismo residente a nível nacional.

O modelo simplificado pode ser então descrito desta forma:

$$X_t = \alpha + \beta_1 * DR_t + \varepsilon_t$$

Em que α = constante e β_1 = coeficiente associado à variável “Dormidas de Residentes”. Neste modelo, o número de dormidas de turistas residentes numa dada região (X) é uma função do total nacional de dormidas de turistas residentes (DR). Os resultados estão sumariados nas tabelas seguintes:

Tabelas 29, 30 e 31: Resultados sumariados dos testes práticos 2

ALENTEJO Modelo Simples (2011-2019)	α	β_1	R^2	Desvio de dormidas em 2020 face ao estimado pelo modelo
Valor do Coeficiente	-736.884,3	0,126		+ 517.997
t-student	-8,799	24,895		
Significância estatística	<1%	<1%	0,989	

LISBOA Modelo Simples (2011-2019)	α	β_1	R^2	Desvio de dormidas em 2020 face ao projetado pelo modelo
Valor do Coeficiente	352.391,5	0,172		- 749.647
t-student	2,641	21,395		
Significância estatística	<1%	<1%	0,985	

ALGARVE Modelo Simples (2011-2019)	α	β_1	R^2	Desvio de dormidas em 2020 face ao projetado pelo modelo
Valor do Coeficiente	1.541.684,3	0,159		+ 108.173
t-student	5,721	9,804		
Significância estatística	<1%	<1%	0,932	

Neste caso já é possível ir um pouco mais longe nas conclusões, não havendo evidência de que o efeito-medo tenha desempenhado um papel absolutamente decisivo no comportamento dos turistas residentes. Em concreto, para além do papel do efeito-medo evidenciado pela quebra do turismo residente a nível nacional, o que se passou em 2020 a nível regional parece traduzir, mais genericamente, o tradicional efeito-substituição, devido a questões de saúde pública ou à necessidade de encontrar alternativas perante as restrições existentes.

É certo que o desempenho relativo do turismo residente no Alentejo e em Lisboa acompanha a taxa de incidência da COVID-19 nestas regiões: baixa taxa de incidência da COVID-19 no Alentejo pode ter atraído mais turistas residentes do que o habitual, enquanto o inverso se passou no caso de Lisboa.

Contudo, no caso do Algarve não encontramos um desvio que permita estabelecer uma relação entre a taxa de incidência da COVID-19 e a procura de turistas residentes. De facto, o número de dormidas de residentes no Algarve foi cerca de 110.000 acima do estimado pelo modelo, o que sugere que a quebra relativa e absoluta do turismo na região do Algarve se

ficou a dever sobretudo à quebra do turismo não-residente. Uma conclusão possível para este resultado é que para os residentes fazer turismo no Algarve terá sido uma alternativa natural face aos impedimentos ou riscos de saída do país, independentemente da distribuição regional dos casos de COVID.

Face aos resultados obtidos a partir destas 3 regiões, analisámos ainda o caso da região Norte, dado que essa foi a região com maior taxa de incidência da COVID-19 por 100.000 habitantes.

Os resultados obtidos mostram que o peso relativo do turismo do Norte em 2020 se manteve como esperado pelo modelo. A importância menor do turismo de não-residentes fez com que o Norte não fosse particularmente afetado em termos relativos. Além disso, o turismo de residentes manteve-se em linha com o estimado face ao comportamento do turismo residente total em Portugal, sugerindo a ausência de correlação significativa entre a (elevada) taxa de incidência da COVID-19 nesta região durante 2020 e o seu desempenho turístico relativo.

Este resultado pode ser explicado pelo facto de os picos da pandemia nesta região terem ocorrido sobretudo no início da mesma e no final de 2020, coincidindo em muito com as restrições que foram impostas genericamente a todo o país. Acresce que a região Norte mistura realidades turísticas muito diferentes: algumas onde existe muita densidade populacional e outras vastas áreas onde se pode praticar mais um turismo de natureza e rural, onde os riscos sanitários serão em princípio bem menores.

Em suma, podemos sintetizar os resultados desta nossa análise em três grandes pontos:

1 - As regiões mais afetadas pela quebra na atividade turística foram aquelas mais dependentes do turismo estrangeiro, o que seria de esperar face às restrições às viagens entre países.

2 - Há evidência de um efeito substituição na procura turística favorecendo regiões mais rurais ou com menor densidade populacional, como o Alentejo. Este efeito já tinha sido reportado a um nível mais genérico por Seraphin & Dosquet (2020) e Vaishar & Št'astná (2020), citados no artigo de Silva (2021).

3 - Dentro deste efeito substituição existe alguma evidência do efeito-medo. A quebra genérica do turismo residencial no país e a própria procura de regiões rurais, demonstram o receio provocado pela pandemia. Também o caso da Área Metropolitana de Lisboa mostra como o aumento de casos no período de verão prejudicou o turismo na região. Contudo, a

atividade turística no Algarve e no Norte mostram alguma insensibilidade (em termos relativos) à taxa de incidência da COVID-19, confirmando que a proximidade e o conhecimento da situação podem mitigar esse efeito-medo e sugerindo que as restrições à mobilidade (sobretudo de turistas não-residentes) foram decisivas para explicar a dimensão do impacto negativo da pandemia sobre o turismo em Portugal durante 2020.

Conclusão

A pandemia da COVID-19 causou efeitos ímpares no mundo inteiro, em todos os povos. Ainda há muito por saber, visto que este trabalho está a ser escrito em plena pandemia. Muitos países ainda estão com baixa taxa de vacinação, outros são ainda mais resistentes quanto à aceitação das vacinas, o que gera uma grande incerteza para o futuro. Nunca foi vivido nada parecido até hoje. O caso da COVID-19 marcou uma nova era de preocupações, medidas de precaução e adoção de novas práticas.

Nessa dissertação foram analisadas pandemias passadas: H1N1, Ébola, crises de cólera em países menos desenvolvidos, e muitas outras. Foram também analisadas crises não sanitárias, como instabilidade política e social ou crises financeiras. Todas estas crises tiveram como consequência comum a queda no turismo das regiões mais afetadas. A explicação para isso é simples: humanos possuem um forte instinto de sobrevivência e com a COVID-19 não foi diferente. Além de boa parte da população mundial estar receosa em viajar para outros países, os números referentes ao turismo mundial baixaram ainda mais devido às indicações da OMS e às políticas internas que os países adotaram de forma independente.

Sendo assim, foi razoavelmente simples concluir que a economia de todos os países seria afetada, uma vez que a atividade turística é fonte de receita para todos (ainda que para alguns mais, para outros menos).

A relação entre a pandemia e a quebra na economia foi também muito marcada pela dimensão do setor turístico em cada país. No essencial, países mais expostos ao setor turístico (sobretudo de praia) foram os que mais sofreram, embora tenha havido variações e exceções consoante as restrições à mobilidade impostas por cada país. Esses países mais dependentes da atividade turística devem reconhecer que existem diversas lições importantes neste evento, tornando-se assim de muita relevância reforçar o investimento e o conhecimento sobre a sustentabilidade do setor: a globalização não trouxe só mais clientes, trouxe também mais desafios, exigências e riscos. Portugal, por exemplo, estava preparada para receber um alto número de turistas em 2020; uma vez que isso não se tornou realidade o desequilíbrio nas contas externas, no crescimento económico e nas finanças públicas foi imediato e bastante forte.

Para o futuro, podemos apenas especular sobre a evolução da situação pandémica e do desempenho do setor turístico. O secretário-geral da OMT, Zurab Pololikashvili, afirmava que a campanha de vacinação viria ajudar a restaurar o turismo, fazendo com que 2021

apresentasse dados superiores a 2020. Isso, de facto, tornou-se realidade para muitos lugares, visto que apesar de a pandemia não ter sido tratada como “encerrada” pela OMS, países já estavam a abrir fronteiras no ano de 2021. Contudo, o final do ano veio refrear a confiança a este respeito e levantar novas dúvidas sobre a forma como a COVID-19 vai estar presente nas nossas vidas e afetar a mobilidade das pessoas.

Apesar de todo esse cenário adverso, há analistas que acreditam que as perspectivas para o futuro do turismo em Portugal continuam a ser positivas, pelo menos em termos relativos. Por exemplo, a agência canadiana especializada em serviços financeiros, DBRS, acredita que esse choque será apenas temporário, que provavelmente não resultará em mudanças estruturais no que diz respeito ao turismo em Portugal. Na análise da DBRS afirma-se que um dos principais motivos para crer nessa saída positiva é que “as características que, antes da crise, tornaram Portugal atrativo para os visitantes a nível global irão manter-se durante muito tempo após a pandemia”.¹³

Nas palavras da própria agência, “não houve uma alteração estrutural nas características que antes da crise tornaram o país num destino atrativo para os visitantes globais. As pessoas visitam Portugal por causa dos seus atrativos naturais, bom tempo e boas ligações à Europa. Quando a pandemia estiver controlada, a procura turística no país deverá, após algum tempo, recuperar totalmente.”

Contudo, esta pode ser apenas uma análise de curto a médio prazo. Sabemos que há aspetos nesta pandemia que podem levar a alterações estruturais, algumas de menor relevo, outras de maior impacto caso a situação pandémica fique de alguma forma presente nas nossas vidas e os receios de viajar se mantenham, ainda que a um nível mais moderado que o atual.

Vimos que durante o auge da pandemia, com as fronteiras fechadas e ainda sem vacinas disponíveis, o turismo de residentes teve um comportamento pouco diferente do que costuma ter. Regiões menos visitadas tiveram a tendência de atrair potenciais turistas residentes em Portugal. Por exemplo, a região alentejana foi relativamente menos afetada pela pandemia. Nesse sentido, alguns efeitos positivos terão advindo da mesma, como um melhor conhecimento do potencial turístico de todo o país. Mas nunca é de mais dizer que ainda há muito que se saber sobre o futuro da indústria. Novas variantes do vírus estão a surgir e, com elas, novos desafios e medidas também. Talvez a principal dificuldade seja encontrar um equilíbrio – a nível de investimentos e de políticas – que defenda o crescimento da atividade

¹³ <https://www.dbrsmorningstar.com/research/373367/portugals-tourist-sector-will-fully-recover-eventually>

turística, sabendo que este setor é, ao mesmo tempo, muito vulnerável a crises sanitárias e, ao mesmo tempo, um fator de disseminação dessas crises.

Dentro das dificuldades enfrentadas neste trabalho, fica claro a falta de material literário. A COVID-19 é uma pandemia recente e, no momento, ainda não existem conclusões científicas quanto ao vírus. Em qualquer caso, trabalhos futuros sobre este tema exigirão uma análise mais profunda que aqueles efetuados sobre pandemias passadas e a compreensão de as preferências turísticas estão em constante mudança consoante a envolvente, as circunstâncias de cada região e as próprias preferências dos consumidores. Comparar a forma como os países reagiram à pandemia ou o tipo de turismo que cada um privilegia é certamente um bom ponto de partida para compreender que passos podem ser dados para tornar o turismo mais sustentável e menos vulnerável a choques externos.

VII. Referências Bibliográficas e Webgráficas

Aaker, D. (1998). *Marcas – Brand Equity gerenciando o valor da marca*. Negócio Editora. São Paulo.

Andersen, K. G., Rambaut, A., Lipkin, W. I., Holmes, E. C. e Garry, R. F. (2020). *The proximal origin of SARS-CoV-2*. *Nature Medicine*, 26(4): 450–452. <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9>

Banco de Portugal. (2020). A Economia Portuguesa em 2019. *Boletim Económico de Maio*. Lisboa.

Bhat, T. A., Kalathil, S. G., Bogner, P. N., Blount, B. C., Goniewicz, M. L. e Thanavala, Y. M. (2020). An Animal Model of Inhaled Vitamin E Acetate and EVALI-like Lung Injury. *New England Journal of Medicine*, 382(12): 1175–1177. <https://doi.org/10.1056/nejmc2000231>

Blake, A. e Sinclair, M. T. (2003). Tourism Crisis Management: US Response to September 11. *Annals of Tourism Research*, 30(4): 813–832. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(03\)00056-2](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(03)00056-2)

Bretschger, L., Grieg, E., Welfens, P. J. e Xiong, T. (2020). COVID-19 infections and fatalities developments: empirical evidence for OECD countries and newly industrialized economies. *International Economics and Economic Policy*, 17(4): 801-847. <https://doi.org/10.1007/s10368-020-00487-x>

Burkle Jr, F. M. (2006). Globalization and disasters: Issues of public health, state capacity and political action. *Journal of International Affairs*, 59(2): 241-265.

Cambaza, E. M., Mongo, E., Anapakala, E., Nhambire, R., Singo, J. e Machava, E. (2020). *An Update on Cholera Studies in Mozambique*. Em: Umar Bacha (ed.), *Healthcare Access-Regional Overviews*. IntechOpen. Londres.

Cardoso, A. e Santos, M. (2004). Os Guias de Turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 8: 157-180.

Coelho, M. e Mayer, V. F. (2020). Gestão de serviços pós-covid: o que se pode aprender com o setor de turismo e viagens. *Gestão e Sociedade*, 14(39): 3698-3706. <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3306>

Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do turismo em Portugal: Os primórdios. *Fluxos & Riscos - Revista de Estudos Sociais*, 1(1): 127-149.

Elysia, V. e Wihadanto, A. (2020). The Impact of Poor Sanitation on Tourism Development: a Global Review. *Indonesian Journal of Urban and Environmental Technology*, 3(2): 220-231. <https://doi.org/10.25105/urbanenvirotech.v3i2.6720>

Farzanegan, M. R., Gholipour, H. F., Feizi, M., Nunkoo, R. e Andargoli, A. E. (2021). International tourism and outbreak of coronavirus (COVID-19): A cross-country analysis. *Journal of Travel Research*, 60(3): 687-692. <https://doi.org/10.1177/0047287520931593>

Fernandes, N. (2020). *Economic Effects of Coronavirus Outbreak (COVID-19) on the World Economy*. IESE Business School Working Paper No. WP-1240-E

Fotiadis, A., Polyzos, S. e Huan, T. C. T. (2021). The good, the bad and the ugly on COVID-19 tourism recovery. *Annals of Tourism Research*, 87: 103-117. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.103117>

Goodrich, J. N. (2002). September 11, 2001 attack on America: A record of the immediate impacts and reactions in the USA travel and tourism industry. *Tourism Management*, 23(6): 573–580. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(02\)00029-8](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(02)00029-8)

Goodwin, J. (2011). Why we were surprised (Again) by the Arab spring. *Swiss Political Science Review*, 17(4): 452–456. <https://doi.org/10.1111/j.1662-6370.2011.02045.x>

Gössling, S., Scott, D. e Hall, C. M. (2020). Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, 29(1): 1–20. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>

Hung, K. K., Mark, C. K., Yeung, M. P., Chan, E. Y. e Graham, C. A. (2018). The role of the hotel industry in the response to emerging epidemics: a case study of SARS in 2003 and H1N1 swine flu in 2009 in Hong Kong. *Globalization and health*, 14(1): 1-7. <https://doi.org/10.1186/s12992-018-0438-6>

Korstanje, M. E. (2011). The fear of traveling: A new perspective for tourism and hospitality. *Anatolia*, 22(2): 222–233. <https://doi.org/10.1080/13032917.2011.597935>

Kubeka, A. (2019). As rotas do vinho no centro de Portugal como produto turístico. *Actas da 97ª Conferência Científica de estudantes e pós-graduados da Universidade Estatal da Bielorrússia (disponíveis online)*. Universidade Estatal da Bielorrússia, Minsk. pp. 566-569

Kuran, T. (2010). The Inevitability of Future Revolutionary Surprises. *The American Journal of Sociology*, 100(6): 1528–1551. <https://doi.org/10.1086/230671>

Langa, J. P., Sema, C., De Deus, N., Colombo, M. M. e Taviani, E. (2015). Epidemic waves of cholera in the last two decades in mozambique. *Journal of Infection in Developing Countries*, 9(6): 635–641. <https://doi.org/10.3855/jidc.6943>

Malik, A e Awadallah, B. (2013). The Economics of the Arab Spring. *World Development*, 45: 296-313. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.12.015>

Maphanga, P. M. e Henama, U. S. (2019). The tourism impact of ebola in Africa: Lessons on crisis management. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 8(3): 1–13.

Mercês, D. M., da Silva Abdias, G., Moreira, T. A., Lima, F. L. O. e de Vasconcellos Neto, J. R. T. (2020). Doença de coronavírus 2019 (Covid-19): mecanismos, diagnóstico diferencial e influência das medidas de intervenção. *Research, Society and Development*, 9(8): e921986075. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6075>

Miralles, C., Moretto, L. e Schmitt, V. (2008). Gestão de marcas e arranjos produtivos: A marca “Vinho do Porto.” *Comportamento Organizacional e Gestão*, 14(1): 85–95.

Ouriques, H. R. (2007). O desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo. *Caderno Prudentino de Geografia*, 29: 55-67.

Pine, R. e McKercher, B. (2004). The impact of SARS on Hong Kong’s tourism industry. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 16(2): 139–143. <https://doi.org/10.1108/09596110410520034>

Rassy, D. e Smith, R. D. (2013). The economic impact of H1N1 on Mexico's tourist and pork sectors. *Health economics*, 22(7): 824-834. <https://doi.org/10.1002/hec.2862>

Rodrigues., P., Guerreiro, R. e Gouveia, P. (2013). *The world tourism exports cycle*. Banco de Portugal, Boletim Económico de Verão: 69-91.

Seraphin, H. e Dosquet, F. (2020). Mountain tourism and second home tourism as post COVID-19 lockdown placebo. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 12(4): 485–500. <https://doi.org/10.1108/WHATT-05-2020-0027>

Silva, L. (2021). The impact of the COVID-19 pandemic on rural tourism: a case study from Portugal. *Anatolia: An International Journal of Tourism and Hospitality Research* (edição online). <https://doi.org/10.1080/13032917.2021.1875015>

Thompson, A. (2011). Terrorism and tourism in developed versus developing countries. *Tourism Economics*, 17(3): 693-700. <https://doi.org/10.5367/te.2011.0064>

To, K. K. W., Tsang, O. T. Y., Leung, W. S., Tam, A. R., Wu, T. C., Lung, D. C., Yip, C. C. Y., Cai, J. P., Chan, J. M. C., Chik, T. S. H., Lau, D. P. L., Choi, C. Y. C., Chen, L. L., Chan, W. M., Chan, K. H., Ip, J. D., Ng, A. C. K., Poon, R. W. S., Luo, C. T., e Yuen, K. Y. (2020). Temporal profiles of viral load in posterior oropharyngeal saliva samples and serum antibody responses during infection by SARS-CoV-2: an observational cohort study. *The Lancet Infectious Diseases*, 20(5): 565–574. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30196-1](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30196-1)

Tsionas, M. G. (2021). COVID-19 and gradual adjustment in the tourism, hospitality, and related industries. *Tourism Economics*, 27(8): 1828–1832. <https://doi.org/10.1177/1354816620933039>

Turismo de Portugal. (2020). *Turismo em números - 2019*. METD. Lisboa.

UNWTO (2021). *COVID-19 and Tourism. 2020: A Year in Review*. UNWTO. Nova Iorque

Vaishar, A. e Šťastná, M. (2020). Impact of the COVID-19 pandemic on rural tourism in Czechia: Preliminary considerations. *Current Issues in Tourism* (edição online). <https://doi.org/10.1080/13683500.2020.1839027>

Viboud, C. e Simonsen, L. (2012). Global mortality of 2009 pandemic influenza A H1N1. *The Lancet Infectious Diseases*, 12(9): 651–653. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(12\)70152-4](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(12)70152-4)

Wilson, TD. (2008). Economic and Social Impacts of Tourism in Mexico. *Latin American Perspectives*, 35(3): 37–52. <https://doi.org/10.1177/0094582X08315758>

Referências Webgráficas

<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040524> (acedido em 15/03/2021)

<http://www.metis.med.up.pt/index.php/Coronav%C3%ADrus> (acedido em 15/12/2021)

http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx
(acedido em 17/10/2021)

https://covid19.who.int/?gclid=Cj0KCQiAgomBBhDXARIsAFNyUqOW_Wuj2SMvXcvJmLw940GGKMfuXS98vAs1EP9fmhepnDanvAbzAUcaAlSTEALw_wcB (acedido em 15/12/2021)

<https://covid19estamoson.gov.pt/atualizacao-medidas-natal-e-ano-novo/> (acedido em 15/12/2021)

https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response_pt (acedido em 15/03/2021)

https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/overview-commissions-response_pt (acedido em 15/03/2021)

https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/public-health/eu-vaccines-strategy_pt (acedido em 15/03/2021)

<https://eco.sapo.pt/2021/02/02/pib-cai-68-na-zona-euro-em-2020-abaixo-dos-76-de-portugal/>
(acedido em 15/03/2021)

https://en.as.com/en/2020/10/23/latest_news/1603452972_180848.html (acedido em 15/03/2021)

<https://expresso.pt/opiniao/2021-03-02-Nao-havera-retoma-da-economia-em-Portugal-sem-a-recuperacao-do-turismo> (acedido em 15/03/2021)

<https://neomarca.pt/pt/dicas/perfil-do-turista-que-visita-o-algarve/> (acedido em 17/10/2021)

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/06/15/populacao-portuguesa-aumenta-pela-primeira-vez-em-uma-decada.htm> (acedido em 17/10/2021)

<https://observador.pt/2020/06/18/covid-19-portugueses-estao-proibidos-de-entrar-em-seis-paises-da-uniao-europeia/> (acedido em 15/12/2021)

<https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/grecia> (acedido em 17/10/2021)

<https://pt.knoema.com/atlas/Guin%c3%a9/topics/Turismo/Indicadores-chave-do-Turismo/N%c3%b0-amero-de-chegadas> (acedido em 17/10/2021)

<https://pt.knoema.com/atlas/Mo%c3%a7ambique/topics/Turismo/Indicadores-chave-do-Turismo/N%c3%b0-amero-de-chegadas> (acedido em 17/10/2021)

<https://pt.knoema.com/atlas/Serra-Leoa/topics/Turismo/Indicadores-chave-do-Turismo/N%c3%b0-amero-de-chegadas> (acedido em 17/10/2021)

<https://regiao-sul.pt/2020/12/09/economia/algarve-e-o-destino-europeu-mais-procurado-pelos-turistas-britanicos/520750> (acedido em 15/03/2021)

<https://rr.sapo.pt/2021/02/10/pais/estirpes-de-covid-19-em-portugal-ha-uma-nova-variante-a-preocupar-os-investigadores/noticia/226191/> (acedido em 15/03/2021)

<https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/> (acedido em 15/03/2021)

<https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6564> (acedido em 15/03/2021)

<https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/PowerBI/Sustentabilidade/receitas-no-pib.aspx> (acedido em 17/10/2021)

<https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/PowerBI/taxas-de-ocupacao.aspx> (acedido em 17/10/2021)

<https://turismodocentro.pt/regiao/viseu-dao-lafoes/> (acedido em 15/12/2021)

<https://vejaonline.jp/2018/06/06/japao-espera-receber-40-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2020/> (acedido 15/12/2021)

<https://www.acm.gov.pt/-/covid-19-medidas-orientacoes-e-recomendacoes> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-estatistico?mlid=1900> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2020/10/13/covid-19-council-adopts-a-recommendation-to-coordinate-measures-affecting-free-movement/> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.dbrsmorningstar.com/research/373367/portugals-tourist-sector-will-fully-recover-eventually> (15/12/2021)

https://www.ecb.europa.eu/pub/economic-bulletin/articles/2021/html/ecb.ebart202101_03~c5595cd291.en.html (acedido em 15/03/2021)

<https://www.efe.com/efe/portugal/economia/destinos-rurais-ser-o-fundamentais-na-recupera-do-turismo-mundial-em-2021/50000443-4415682> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.efe.com/efe/portugal/economia/destinos-rurais-ser-o-fundamentais-na-recupera-do-turismo-mundial-em-2021/50000443-4415682> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.gbta.org/blog/domestic-business-travel-continues-to-trend-toward-recovery/> (acedido em 17/10/2021)

<https://www.hospitalitynet.org/news/4013195.html> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.indexmundi.com/facts/indicators/ST.INT.ARVL/rankings> (acedido em 17/12/2021)

<https://www.mayoclinic.org/diseases-conditions/swine-flu/symptoms-causes/syc-20378103> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.melhoresdestinos.com.br/ilha-da-madeira-em-portugal.html> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.nytimes.com/article/coronavirus-timeline.html> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.presstur.com/empresas---negocios/hotelaria/revpar-do-alojamento-turistico-portugues-cai-para-menos-de-metade-de-2019/> (acedido em 17/10/2021)

<https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-turkey-cases-idUSI7N2GP02D> (acedido em (15/03/2021)

<https://www.revistabula.com/20790-as-100-cidades-mais-visitadas-do-mundo/> (acedido em 17/10/2021)

<https://www.rfi.fr/br/geral/20150302-mocambique-registra-quase-5-mil-casos-de-colera-0> (acedido em 17/10/2021)

<https://www.schengenvisainfo.com/news/who-can-travel-to-germany-this-summer-what-are-the-rules/> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.sciencemag.org/news/2020/03/mutations-can-reveal-how-coronavirus-moves-they-re-easy-overinterpret> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.theguardian.com/travel/2014/jul/12/-sp-portugal-alentejo-region-europe-finest-beaches> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.unwto.org/country-profile-inbound-tourism> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.unwto.org/international-tourism-and-covid-19> (acedido em 15/03/2021)

<https://www.unwto.org/international-tourism-growth-continues-to-outpace-the-economy> (acedido em 15/12/2021)

<https://www.unwto.org/unwto-tourism-dashboard> (acedido em 17/10/2021)

<https://www.voltaaomundo.pt/2021/02/08/turismo-em-portugal-vai-recuperar-totalmente-palavra-de-especialistas-internacionais/noticias/870282/> (acedido em 15/03/2021)

https://www.who.int/gho/epidemic_diseases/cholera/epidemics_text/en/ (acedido em 15/12/2021)

<https://www.worldatlas.com/articles/10-most-visited-countries-in-the-world.html> (acedido em 15/03/2021)

VIII. Anexo - Inquérito ao Turismo de Não-Residentes

“COVID-19 research: Impact on tourism economics”

Neste anexo apresentamos o inquérito efetuado a vários indivíduos sobre o impacto da COVID-19 e sobre o seu conhecimento relativo a Portugal como destino turístico. O anexo inclui as questões colocadas e um sumário das respostas obtidas. O inquérito foi enviado para aproximadamente 200 pessoas que fazem parte de uma empresa farmacêutica alemã com escritórios nos Países Baixos e no Reino Unido (locais onde obtivemos a maioria das respostas). O número total de respostas validadas foi de 73. A origem das respostas foi variada. Obtivemos respostas de cidadãos britânicos, holandeses, iranianos, belgas, brasileiros, americanos, búlgaros, entre outros.

COVID-19 research: Impact on tourism economics

Hello all!
My name is Rodrigo, I am currently enrolled within a Master's degree in Portugal, and the main topic of my thesis aim to understand how does the COVID-19 affected the tourism economy of Portugal, a country that relies a lot on this activity in order to keep the accounts balanced.

An important part of this research is to understand the tourists behavior, therefore, I kindly ask for a few moments of your attention to fulfill the below questionnaire.

All the information within this questionnaire is confidential, and will be used only for academic purposes. Your participation is really important for the success of this thesis.

I thank you in advance for your time. If you have any doubts regarding this questionnaire, please feel free to contact me via e-mail:
rjunqueirasantos@gmail.com

 rjunqueirasantos@gmail.com (não compartilhado) 
[Alternar conta](#)

***Obrigatório**

What is your nationality? *

Sua resposta _____

Do you usually take holidays outside your country? *

- Almost always
- Oftentimes
- Rarely

In 2020, did you take holidays outside your country? *

- Yes
- No, due to anything related to COVID-19
- No, due to reasons other than the COVID-19

If you left your country in 2020 (for holiday), was your choice of destination determined by COVID-19 factors?

- Yes, mostly due to trip restrictions
- Yes, due to personal fears
- No, COVID-19 did not interfered in my choice.

Supposing that in the year of 2022 we will be already back to normality. To what extent will your choice of destination in the coming years be influenced by COVID-19 data of 2020 and 2021? *

- A lot: I will still be very worried of COVID-19
- A little: I might be kinda worried
- Nothing: If in 2022 we will be back to normality, it no longer worries.

Supposing that in 2022, we will be back to normality. When do you plan to go back to your holiday routine before the pandemics? *

- Right away in 2022
- 2023-2024
- Only after 2024

Do you usually take holidays in Portugal? *

- Frequently
- Sometimes
- No

Do you intend to come back?

- Yes
- No
- I have never been to Portugal

How would you classify your interest in the Portuguese tourism? *

	1	2	3	4	5	
No interest at all	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very interested

Rank the following destinations in Portugal according to your preference *

	No Opinion	1 (Low Interest)	2	3	4	5 (High Interest)
Lisbon	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
North (Porto, Braga, Guimarães...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Center (Alentejo, Coimbra, Serra da Estrela...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
South (Beaches of Algarve...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Portuguese Islands (Açores, Madeira...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

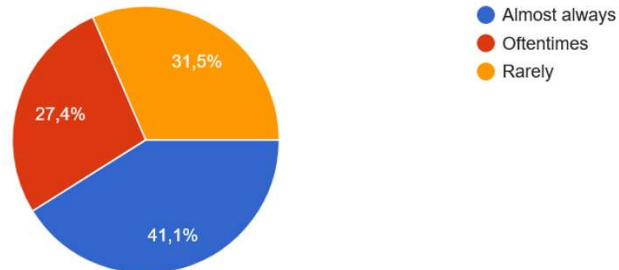
Supposing that in 2022, we will be closer to normality. Does the decision of taking holiday in Portugal will depend on the COVID-19 data of 2020 and 2021? *

- Yes, but only in 2022
- Yes, until 2023-2024
- Yes, even after 2024
- No

Respostas ao Inquérito ao Turismo de Não-Residentes

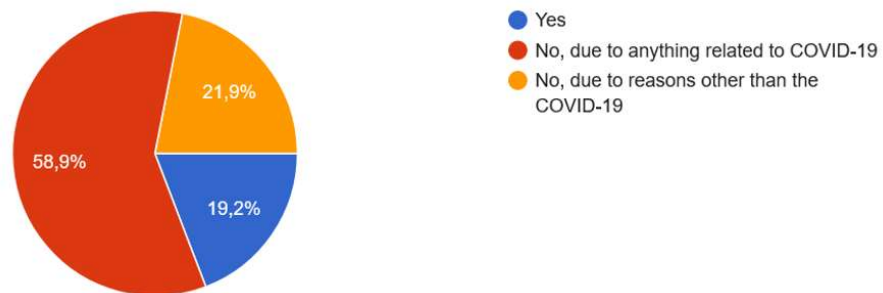
Do you usually take holidays outside your country?

73 respostas



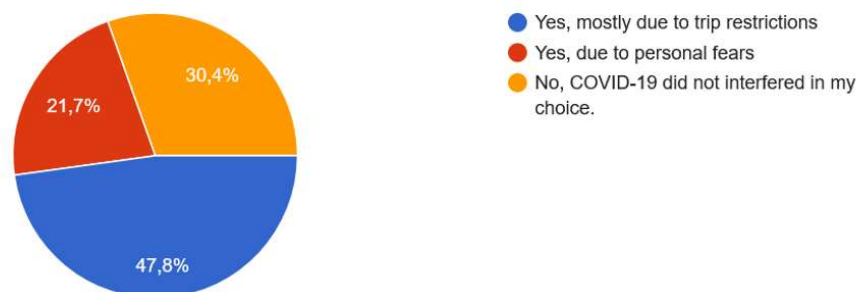
In 2020, did you take holidays outside your country?

73 respostas



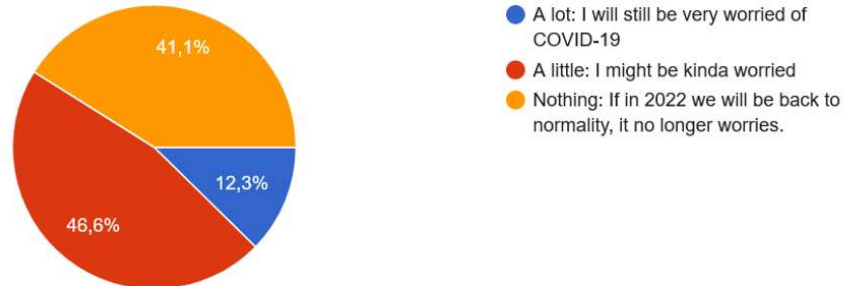
If you left your country in 2020 (for holiday), was your choice of destination determined by COVID-19 factors?

46 respostas



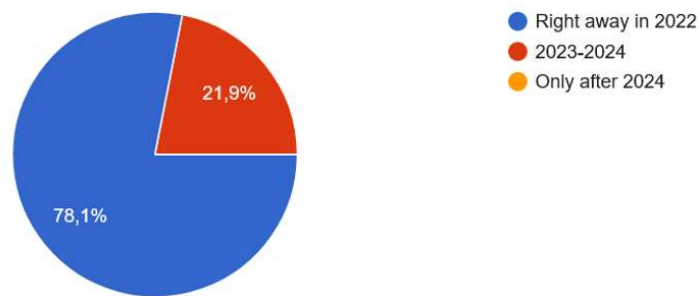
Supposing that in the year of 2022 we will be already back to normality. To what extent will your choice of destination in the coming years be influenced by COVID-19 data of 2020 and 2021?

73 respostas



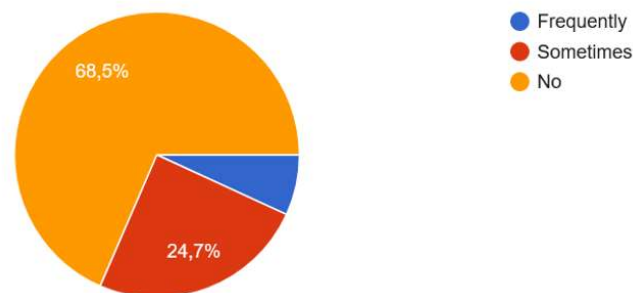
Supposing that in 2022, we will be back to normality. When do you plan to go back to your holiday routine before the pandemics?

73 respostas



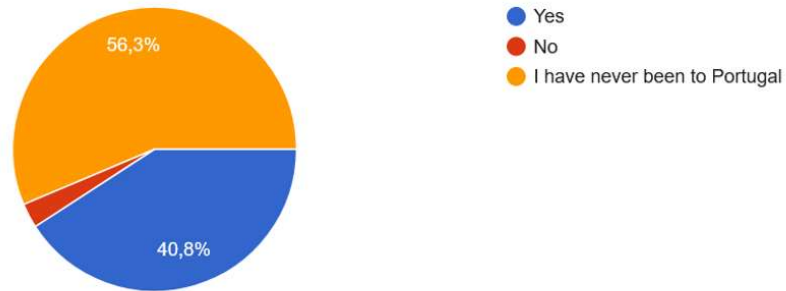
Do you usually take holidays in Portugal?

73 respostas



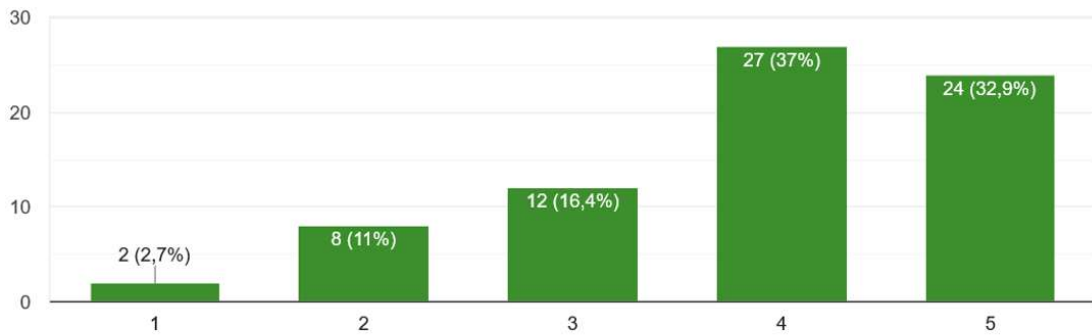
Do you intend to come back?

71 respostas

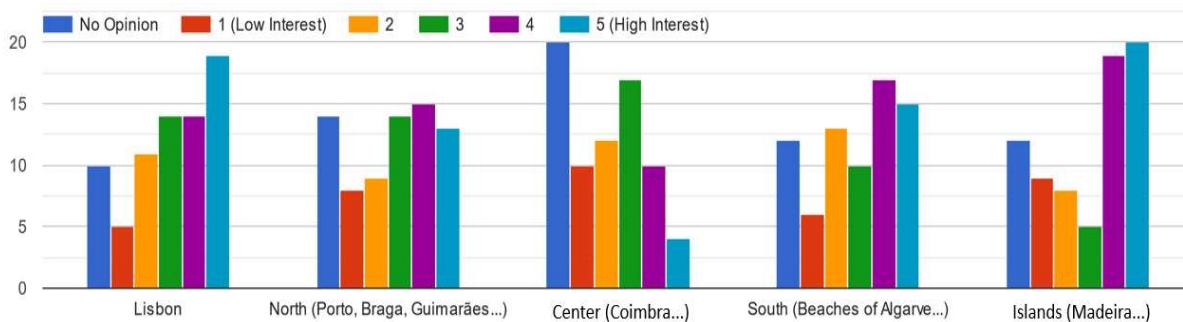


How would you classify your interest in the Portuguese tourism?

73 respostas



Rank the following destinations in Portugal according to your preference



Supposing that in 2022, we will be closer to normality. Does the decision of taking holiday in Portugal will depend on the COVID-19 data of 2020 and 2021?

73 respostas

